

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

LARISSA EMANUELLE MIGUEL DA CRUZ

**CONTRIBUIÇÕES À REFLEXÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
A PARTIR DA REALIDADE DOS/AS ESTUDANTES DA UFPE**

RECIFE  
2023

LARISSA EMANUELLE MIGUEL DA CRUZ

**CONTRIBUIÇÕES À REFLEXÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
A PARTIR DA REALIDADE DOS/AS ESTUDANTES DA UFPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior

RECIFE  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cruz, Larissa Emanuelle Miguel da.

Contribuições à reflexão da Política de Assistência Estudantil a partir da realidade dos/as estudantes da UFPE / Larissa Emanuelle Miguel da Cruz. - Recife, 2023.

97 : il., tab.

Orientador(a): Adilson Aquino Silveira Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Assistência Estudantil. 2. Educação Superior. 3. Trabalho. 4. Transferência Monetária. I. Silveira Júnior, Adilson Aquino . (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

LARISSA EMANUELLE MIGUEL DA CRUZ

**CONTRIBUIÇÕES À REFLEXÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
A PARTIR DA REALIDADE DOS/AS ESTUDANTES DA UFPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 09/05/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Soraia de Carvalho (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Ao fim desta etapa, agradeço primeiramente a Deus pela graça de ter comigo pessoas especiais que sempre me incentivaram e contribuíram para essa conquista. Nos momentos em que a insegurança e o desânimo se faziam presentes, ele foi meu alicerce para seguir e acreditar que sou capaz.

Agradeço à minha família, minhas tias e tios que não mediram esforços para ajudar na minha formação antes mesmo de entrar na universidade. Aos meus avós pelos conselhos e preocupação com minha saúde e segurança. A minha irmã Lívia, a pequena que sempre me dá abraços confortantes ao longo do dia, que ficava empolgada toda vez que eu voltava para casa e me puxava a orelha para sair da frente do computador e descansar.

Ao meu pai Sérgio Roberto, pelo incentivo aos estudos e a conquistar minha independência, obrigada por cada esforço e abdicção para que nunca me faltasse nada, pelas madrugadas na fila do ônibus e por cada gesto de carinho. Agradeço em especial à minha mãe, Alexandra, por sempre vibrar a cada pequena conquista, por estar presente em cada passo que dou e por nunca deixar que eu acreditasse ser incapaz de alcançar meus objetivos, obrigada Mainha pelas orações, apoio e paciência em cada momento de dificuldade. Como a senhora mesma diz, essa conquista é nossa.

Agradeço as amizades que construí ao longo desses anos, em especial as que tive o prazer de conhecer enquanto morava na Casa dos Estudantes, obrigada a cada um/a pelas palavras de apoio e pelos momentos de descontração e risadas que fizeram essa trajetória muito mais leve. Agradeço aos colegas que contribuíram para pesquisa, pelo compromisso e confiança em compartilhar suas trajetórias. Aos meus colegas de turma 2019.1, por cada contribuição, troca de aprendizados e apoio, principalmente no período remoto. E por fim, a todos/as professores/as que fizeram parte da minha formação.

## RESUMO

O presente trabalho traz à reflexão o tema As determinações e os efeitos da Política de Assistência Estudantil da UFPE na vida dos/as estudantes. Objetiva sistematizar os aspectos determinantes da assistência estudantil, através da vivência dos/as universitários/as. Para tanto, a pesquisa buscou compreender o papel da Política de Assistência Estudantil na reprodução da vida social e das condições materiais de permanência; analisar as condições de socialização e organização política dos/as estudantes e apresentar as contribuições e os limites da PAE/UFPE para o aproveitamento educacional e expectativa profissional dos/as estudantes. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo com os/as ex-discentes que concluíram a graduação na UFPE e que estiveram inseridos nos programas da PAE durante sua trajetória acadêmica. Os dados foram coletados mediante a realização de entrevistas semiestruturadas e analisados a partir do método materialismo-histórico dialético, considerando a visão de totalidade da teoria social crítica marxista. Foi observado que a política tem resistido a duras penas diante do contexto de subfinanciamento das políticas sociais, de precarização do trabalho e da vida, dentre outros aspectos que conformam o regime de acumulação flexível do capital e o ultraneoliberalismo, característico das ações nos últimos governos. São múltiplas as demandas do corpo discente, e que sobretudo a PAE da UFPE, continua sendo determinada por interesses contraditórios, pois ao mesmo tempo que responde à pressão dos/as estudantes por condições de permanência têm sido funcional ao capital por garantir as condições de reprodução da força de trabalho e de consumo.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Educação Superior. Trabalho. Transferência monetária.

## ABSTRACT

The present work brings to reflection the theme The determinations and effects of the UFPE Student Assistance Policy in the lives of students. It aims to systematize the determining aspects of student assistance, through the experience of university students. Therefore, the research sought to understand the role of the Student Assistance Policy in the reproduction of social life and the material conditions of permanence; analyze the conditions of socialization and political organization of the students and present the contributions and limits of the PAE/UFPE for the educational achievement and professional expectations of the students. For this, a field survey was carried out with former students who completed their graduation at UFPE and who were included in PAE programs during their academic career. Data were collected through semi-structured interviews and analyzed using the dialectical-historical materialism method, considering the totality of Marxist critical social theory. It was observed that the policy has resisted hard penalties in the context of underfunding of social policies, precariousness of work and life, among other aspects that make up the regime of flexible accumulation of capital and ultraneoliberalism, characteristic of actions in recent governments. The demands of the student body are multiple, and that, above all, the PAE of UFPE, continues to be determined by contradictory interests, since, at the same time that it responds to the pressure of the students for conditions of permanence, they have been functional to the capital by guaranteeing the conditions of reproduction of the workforce and consumption.

**Keywords:** Student Assistance. College education. Work. Money transfer.

## LISTA DE QUADROS/FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Quadro 1</b> – Linha do tempo das Políticas de Assistência Estudantil no Brasil.....                     | 31 |
| <b>Quadro 2</b> – Redimensionamento das bolsas e auxílios da assistência estudantil na UFPE.....            | 46 |
| <b>Figura 1</b> – Orçamento da PAE na UFPE e os recursos destinados para as Bolsas Níveis (2015-2019) ..... | 50 |
| <b>Quadro 3</b> – Salários mínimos nominais e necessários entre dezembro de 2016 e dezembro de 2022.....    | 56 |
| <b>Quadro 4</b> – Dimensões objetivas e subjetivas da qualidade de vida.....                                | 70 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AE – Assistência Estudantil

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAA – Centro Acadêmico do Agreste

CAC – Centro de Artes e Comunicação

CadÚnico – Cadastro Único

CAV – Centro Acadêmico de Vitória

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CE – Centro de Educação

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CIN – Centro de Informática

CTG – Centro de Tecnologia e Geociências

DA – Diretório Acadêmico

DAE – Diretoria de Assistência Estudantil

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EC – Emenda Constitucional

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FMI – Fundo Monetário Internacional

FONAPRACE – Fórum de Pró-reitores de Assuntos Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MCE – Movimento das Casas dos Estudantes

MEC – Ministério da Educação

MPC – Modo de Produção Capitalista

NAE – Núcleo de Apoio a Eventos

NAEST – Núcleo de Assistência Estudantil

NASE – Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante

OE – Organização Estudantil

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAE – Política de Assistência Estudantil

PL – Projeto de Lei

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PROAES – Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

SENCE – Secretaria Nacional de Casas de Estudantes

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 11 |
| <b>2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E SUAS TENDÊNCIAS RECENTES</b> ..   | 21 |
| 2.1 Resgate histórico da assistência estudantil no Brasil .....   | 21 |
| 2.2 A terceira fase da assistência estudantil no Brasil: tendências atuais .....  | 32 |
| 2.3 A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco .....                                    | 42 |
| <b>3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DOS/AS ESTUDANTES: ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS</b> .....          | 53 |
| 3.1 Relação trabalho e assistência: a centralidade do critério de renda e os programas de transferência monetária ..... | 54 |
| 3.2 Socialização e organização política dos/as estudantes: desafios e possibilidades .....                              | 61 |
| 3.3 Aproveitamento acadêmico e expectativa profissional dos/as estudantes: limites e contribuições .....                | 68 |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 77 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 82 |
| <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....   | 89 |
| <b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b> .....   | 91 |
| <b>ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....   | 95 |

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema parte do interesse de contribuir com a discussão acerca das determinações e os efeitos da Política de Assistência Estudantil da UFPE na vida dos/as estudantes. Assim, este trabalho tem como objetivo geral sistematizar os aspectos determinantes da assistência estudantil, através da vivência dos/as universitários/as, considerando a historicidade da política no país, seu caráter contraditório e a percepção dos/as estudantes quanto ao atendimento de suas demandas ao longo dos últimos anos.

Considerando-se os rebatimentos do regime de acumulação flexível do capital no âmbito das políticas sociais, sobretudo da educação superior, juntamente à implementação das agendas políticas ultraneoliberais de Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), bem como a pandemia do coronavírus (2020-2022), tivemos a precarização da vida dos/as estudantes e conseqüentemente o aumento da demanda pelos programas e serviços da Política de Assistência Estudantil da UFPE, impondo novos desafios à sua gestão.

Nesta perspectiva, o presente estudo exige a compreensão da relação que se estabelece, no bojo do capitalismo monopolista, entre: trabalho, assistência social e educação. Este esforço visa corroborar o entendimento acerca da determinação da Assistência Estudantil, em sua totalidade. De caráter introdutório e para fins de maturação das questões levantadas nas demais seções, este tópico não dá conta de toda discussão, mas lança mão de relevantes contribuições de autores/as que se debruçam sobre a temática.

É válido ressaltar que a relação tríade (trabalho, assistência e educação) antecede a fase atual do capitalismo, tendo suas raízes ainda no Brasil Colônia, período em que o ensino era voltado à aceitação do controle português, através da evangelização dos escravizados e dos colonos não cristãos. Essa relação, de interesses e intencionalidades, também está relacionada ao desenvolvimento do país e às contradições de classe. Com o surgimento do trabalho assalariado, novas relações sociais se estabeleceram, exigindo um novo perfil de trabalhador: sem autonomia sobre a produção, e tendo como única forma de subsistência a venda da sua força de trabalho aos capitalistas, detentores dos meios de produção (SOUZA, 2017).

Na fase industrial do capitalismo, com o regime de produção taylorista/fordista, a relação entre educação e trabalho era “[...] mediada pela força física, pelas mãos ou por habilidades específicas que demandavam coordenação fina ou acuidade visual” (KUENZER, 2005, p. 9). Neste período, as desigualdades econômicas e sociais eram muito mais

naturalizadas, de modo que os problemas enfrentados pela classe trabalhadora eram respondidos pela benemerência/assistencialismo da igreja católica, e repressão por parte do Estado. Apenas com a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, quando acirra-se a relação capital e trabalho que o Estado assume “[...] o papel de “empresário” da classe capitalista, desenvolvendo um conjunto de políticas provenientes de recursos públicos” (SOUZA, 2017, p. 73), assim, tanto a assistência social quanto a educação “[...] são acionadas pelas necessidades advindas do mundo do trabalho como condição para que os indivíduos exerçam um papel ativo na sociedade.” (SOUZA, 2017, p. 66).

De antemão, partimos da caracterização do atual regime de acumulação flexível, ilustrada em Boschetti (2016): “O aumento do desemprego de longa duração e de empregos temporários [...] a institucionalização da flexibilização e precarização do trabalho, baseada na redução do custo do trabalho e forte redução da massa das horas trabalhadas.” (BOSCHETTI, 2016, p. 138), aspectos esses que, segundo a autora, expressam a subtração dos direitos trabalhistas, enquanto significativa medida de enfrentamento à crise do capital na busca por superlucros. Neste ínterim, a classe trabalhadora se vê cada vez mais obrigada a negociar as condições para sua própria posição de subalternidade, ou seja, de manutenção do emprego, ainda que condicionada à supressão dos seus direitos.

A precária e frágil regulação das relações trabalhistas tem excluído do acesso à proteção social metade das famílias Latino Americanas e Caribenhas, as quais encontram-se apartadas dos sistemas de seguridade social (BOSCHETTI, 2016, p. 159). Mas não só, “[...] a organização e as condições das relações de trabalho se modificam, em âmbito mundial” (SOUZA, 2017, p. 85), dessas condições decorre o aumento do exército industrial de reserva, ou, superpopulação relativa, a qual é composta por trabalhadores parciais ou inteiramente desempregados, podendo se apresentar como flutuante, latente e estagnada.

A primeira forma refere-se à parcela da população que se encontra desempregada nos períodos de recessão e empregada no período de crescimento, na medida em que “[...] o número de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporção decrescente em relação à escala da produção” (MARX, 2013, p. 469), servindo para puncionar os salários para baixo. A latente, por sua vez, corresponde aos trabalhadores rurais, os quais, diante das condições de precarização do campo, flui constantemente para as cidades. Enquanto a estagnada que a estagnada corresponde à parcela da população desempregada ou que consegue sobreviver através de “bicos”, “[...] ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível.” (MARX, 2013, p. 470).

Diante desse contexto, impera tanto nos países de capitalismo central quanto nos países periféricos, a tendência de ampliação da assistência social. Esta que, através da administração da pobreza, tem sido significativa na reprodução da superpopulação relativa flutuante, inclusive nos países desenvolvidos, onde a política era voltada apenas à reprodução da superpopulação relativa estagnada (BOSCHETTI, 2016). Aqui se apresenta a relação central entre o trabalho e a assistência social, pois segundo Moraes (2010), o Estado capitalista tem estruturado a proteção dos trabalhadores através das políticas sociais, concebidas enquanto um conjunto de medidas voltadas ao atendimento das necessidades básicas.

Neste movimento, sob as recomendações dos organismos internacionais – FMI, BID, BIRD, OCDE – os modelos de proteção adotados pelo sistema capitalista e implementados pelo Estado têm constituído respostas à desigualdade, objetivando a mitigação das expressões da questão social, principalmente da pobreza. Não por acaso “[...] o combate à pobreza assume posição prioritária e de política específica em todas elas” (MORAES, 2010, p. 179) o que consequentemente confere centralidade à assistência social.

Nesta mesma linha, Boschetti (2016) destaca a tendência geral de crescimento dos programas de transferência monetária, que em outros termos consistem em prestações assistenciais, concedidas sob critérios de renda. Ainda que seja uma tendência predominante tanto em países centrais quanto periféricos, cabe ressaltar que as condições de trabalho, desemprego e desigualdade social são particulares em cada economia. Não obstante, “[...] as transformações contemporâneas do Estado social, em suas diferentes formas e matizes nacionais, desmistificam a crença da social-democracia na possibilidade histórica de assegurar proteção universalizada pelo trabalho na sociabilidade capitalista.” (BOSCHETTI, 2016, p. 165). Além disso, a própria necessidade de reprodução da superpopulação relativa põe em evidência a impossibilidade da garantia do pleno emprego na ordem social vigente.

Frente a essa condição, o Estado, sob interesse da classe dominante, aciona as políticas de ativação para o trabalho, as quais “[...] expressam e concretizam essa contemporânea relação de atração e rejeição entre trabalho e assistência social.” (BOSCHETTI, 2016, p. 167). No âmbito da assistência, elas consistem em “[...] programas assistenciais pífios, focalizados e recheados de condicionalidades” (BOSCHETTI, 2016, p. 165), que, sem a perspectiva de universalidade, são estratégicos para a regulação do mercado de trabalho e manutenção do desemprego estrutural, na medida em que se mantém a baixos custos nos períodos de crise estrutural.

Diferentemente das prestações previdenciárias, que possuem vinculação com o trabalho e sem condições de recurso, os benefícios assistenciais promovidos mediante a Política de Assistência Social independem da contribuição direta à seguridade social e são destinados à minimização das problemáticas vivenciadas pela classe trabalhadora, sem que haja perspectiva de prevenção ou superação destas. O acesso a esses benefícios está condicionado a critérios, como: “[...] idade, deficiência, moradia, participação em atividades sociais ou comunitárias, disposição do beneficiário ou de sua família para trabalhar ou realizar atividades de inserção social ou qualificação profissional” (BOSCHETTI, 2016, p. 164), além da devida comprovação da situação de pobreza, mediante atendimento dos critérios de renda.

Tendo em vista as particularidades da formação social e econômica dos países de economia dependente, sobretudo o Brasil, Boschetti (2016, p. 157) reitera, à luz de Fernandes (2009), que

A desigualdade estrutural que impera na América Latina e Caribe alimenta-se e se reproduz da forte concentração de renda e propriedade, baixos rendimentos, elevado índice de desemprego, informalidade e precarização das relações de trabalho e insuficiente ou inexistente acesso a serviços públicos, como educação, saúde e habitação, que caracterizam nosso capitalismo dependente.

Nestes países, cuja herança colonial persiste, as políticas de ativação ao trabalho são estrategicamente voltadas para a garantia do consumo e contenção da crise estrutural. Estrutural também é a condição de pobreza e desigualdade socioeconômica destes. Como suscitado anteriormente, essa realidade é enfrentada pela esfera governamental através do que Mota (2008) caracteriza como o “mito da assistência social”, ou seja, da crença em que a Política de Assistência Social, por si só, será capaz de enfrentar a pobreza e desigualdade social. (BOSCHETTI, 2016). Por outro lado, há também a ideia da educação como panaceia, ou seja, como alternativa para o enfrentamento da desigualdade na medida que pretensamente garantiria a ascensão social dos/as estudantes das camadas populares.

Outro fator contundente para a presente análise é o neoliberalismo, ou, em termos atuais, o ultraneoliberalismo. As implicações desta ideologia no continente sul-americano, sobretudo no Brasil, ocorreram em sua face mais conservadora e ortodoxa (SOUZA, 2017). Mediante o processo de contrarreforma do Estado, caracterizado pela precarização das relações de trabalho, financeirização e reestruturação produtiva, tem-se, sob o ideário neoliberal, a imposição de um Estado mínimo – para o social – conferindo ao capital privado e estrangeiro um espaço de atuação no âmbito das políticas sociais. Essa incidência tem posto em xeque o modelo de Seguridade Social, idealizado na Constituição de 1988, haja vista as predominantes tendências de seletividade, focalização e assistencialização das políticas sociais, na medida em que “[...]”

prioriza-se e promove-se articulação com o setor privado na prestação de serviços sociais importantes para a valorização do capital.” (MORAES, 2010, p. 178).

No que tange ao processo de assistencialização das políticas sociais, é imperativo considerarmos sua funcionalidade à desoneração do capital e oneração do trabalho, quanto ao financiamento destas. Posto que esse processo consiste, sobretudo, na desvinculação das políticas sociais, que conformam a Seguridade Social, e na manutenção de políticas focalizadas na população mais pobre. Em outros termos, refere-se

[...] a trajetória na qual, por um lado, na Seguridade Social, a Assistência Social passa a adquirir centralidade dentre as políticas sociais; e sua dimensão assistencial se torna um dos elementos constitutivos das demais políticas sociais, na medida em que o combate à pobreza torna-se uma função específica e prioritária. Por outro lado, o processo de precarização e privatização dos serviços sociais é a lógica instalada no trato das expressões da questão social. (MORAES, 2010, p. 179, grifo nosso).

Com a agudização dos problemas sociais no período pandêmico, entre os anos 2020 e 2022, a assistência social ganhou expressividade através do “auxílio emergencial”, haja vista, o cenário de 12, 6 milhões de pessoas desempregadas e cerca de 20 milhões submetidas ao trabalho precarizado. Não obstante, sob o Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2023), marcadamente de extrema direita, ultraneoliberal e facistizante, as propostas para o atendimento à população mais precarizada foram medíocres em comparação ao favorecimento do setor financeiro — mediante as flexibilizações dispostas no “orçamento de guerra” (EC nº 106/2020) — sendo apresentada inicialmente a proposta do repasse de R\$ 200,00 mensais às pessoas inscritas no CadÚnico, que por pressão social e intervenção do Congresso foi alterado para R\$ 600,00 (BOSCHETTI; BEHRING, 2021).

Quanto à cobertura do benefício, “[...] Dos 108 milhões de trabalhadores(as) que solicitaram o auxílio emergencial, somente 68 milhões receberam, chegando a 44% dos domicílios brasileiros.” (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 78). Ainda assim, superou as solicitações por seguro-desemprego, correspondente a 4,2 milhões até agosto de 2020; pondo em evidência o papel cada vez mais incisivo do benefício assistencial na reprodução da força de trabalho em detrimento dos direitos trabalhistas, que, conforme discorrido anteriormente, sofreram significativos ataques.

Isso posto, consideramos que as discussões levantadas até o momento subsidiaram a compreensão dos aspectos que conformam o vínculo entre trabalho e assistência social, suscitando o entendimento de como o Estado e o capital tem respondido às demandas de reprodução da força de trabalho, diante do atual regime de acumulação flexível, caracterizado pela precarização das relações trabalhistas. Como apresentado, a assistência social, através dos

benefícios assistenciais de transferência monetária, tem se constituído como uma das principais políticas de administração da pobreza, sendo funcional à legitimação do Estado e reprodução do MPC.

No que tange à relação entre educação e trabalho, Kuenzer (2000), à luz do princípio educativo gramsciano, tem buscado compreender o novo papel atribuído ao Estado neoliberal sob o regime de acumulação flexível. Este que, segundo a autora, tem aprofundado as diferenças de classe e a dualidade estrutural, tida como expressão da polarização das competências (intelectual e instrumental). A esse respeito, a autora esclarece:

A divisão entre os que possuem os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho cada vez mais se acentua na acumulação flexível, acirrando-se, ao contrário do que diz o novo discurso do capital, a cisão entre o **trabalho intelectual**, que compete cada vez a um número menor de trabalhadores, estes sim, com formação flexível resultante de prolongada e contínua formação de qualidade, e o **trabalho instrumental** cada vez mais esvaziado de conteúdo (KUENZER, 2005, p. 12, grifo nosso).

Assim, as novas formas de valorização do capital têm exigido, atualmente, a educação de trabalhadores de um “novo tipo”, ou seja, capazes de adequar-se com rapidez e eficiência aos novos métodos flexíveis de organização e gestão do trabalho. Métodos sobre os quais, Gounet (1999) apud Kuenzer (2005, p. 4) estabelece uma crítica, considerando que

[...] se aparentemente amplia o conteúdo do trabalho ao substituir a linha pela célula de produção, onde um trabalhador cuida de várias máquinas, na verdade cada vez mais esvazia sua atividade, reduz os requisitos de qualificação e intensifica o uso da força de trabalho, explorando-o ainda mais.

Destarte, tem-se conferido à educação e formação profissional o papel de adaptar os trabalhadores às novas técnicas e minimizar os efeitos do desemprego, haja vista, que como mencionado anteriormente e reiterado por Segnini (2000), não há garantia de pleno emprego no mercado de trabalho brasileiro, ou seja, o trabalho formal, enquanto ponte para o acesso aos direitos sociais, não é uma realidade de toda população, o que se tem atualmente é justamente o contrário: um mercado de relações trabalhistas flexíveis, diversas e precárias.

Essa nova configuração do mundo do trabalho, caracterizada por uma economia global, pelo processo de reestruturação produtiva e o estabelecimento de novas formas de relação entre o Estado e a sociedade civil, tem apresentado novas demandas de disciplinamento da classe trabalhadora, e, por conseguinte, novas demandas do capitalismo à escola e mais propriamente ao trabalho pedagógico, que se adapta através de novos conteúdos, métodos, espaços e formas de controle, enviesados pela ideologia neoliberal (KUENZER, 2005).

No que diz respeito ao papel da escola no disciplinamento para o trabalho, Kuenzer (2005), através da teoria crítica marxiana, apresenta que historicamente esse espaço tem se

constituído como uma das formas de materialização da divisão entre atividade intelectual e material, ou seja, enquanto espaço onde o saber teórico é dissociado da práxis, provocando uma distribuição desigual entre o conhecimento científico e o saber prático e, por conseguinte, um maior grau de alienação dos trabalhadores. Isso se dá mediante a reprodução desta lógica no ambiente escolar, através dos conteúdos, métodos e formas de organização e gestão, haja vista que “[...] não por coincidência, é a classe que detém o poder material que possui também os instrumentos materiais para a elaboração do conhecimento.” (MARX; ENGELS, s.d. apud KUENZER, 2005, p. 3).

Quanto ao trabalho pedagógico, cabe considerarmos que seja ele escolar ou não, está condicionado às determinações das relações sociais e produtivas da ordem social vigente, a existência de práticas pedagógicas autônomas não é viável no capitalismo, apenas ocorreria com a superação da relação contraditória entre o capital e o trabalho. Pois, como afirma Libâneo (1998, p. 22 apud KUENZER, 2005, p. 5), o trabalho pedagógico

[...] em uma sociedade dividida em classes, onde as relações sociais são de exploração, ele desempenhará a função de desenvolver subjetividades tais como são demandadas pelo projeto hegemônico, neste caso, o do capital. Neste sentido, pode-se afirmar que a finalidade do trabalho pedagógico, articulado ao processo de trabalho capitalista, é o disciplinamento para a vida social e produtiva, em conformidade com as especificidades que os processos de produção, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, vão assumindo.

Diante dessas limitações, Kuenzer (2005) enfatiza que o que pode ser feito dentro dos limites da ordem capitalista é a execução de práticas pedagógicas contraditórias, ou seja, práticas direcionadas e significativamente dependentes pelas/das posições políticas da escola e dos profissionais de educação no trato do projeto político-pedagógico. Não obstante, tem se preconizado, mais recentemente, o “Escola sem partido”, que consiste basicamente num movimento contra a educação “doutrinária” nas escolas e universidades, o que, na verdade, consiste no combate ao pensamento crítico, à problematização da realidade e à uma escola democrática, indo contra a própria liberdade de ensino e aprendizagem resguardada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A exemplo destas investidas, tem-se o projeto de Lei nº 867/2015, o qual versa que “Art. 3º São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). E o mais recente projeto de Lei nº 45/2023 apresentado pelo Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim do PTB (CNTE, 2023), além da adesão entre os

entes públicos há um considerável apoio por parte da própria comunidade escolar e sociedade civil como um todo, o que evidencia o potencial ideologizante do próprio movimento.

Retomando a discussão acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nas relações trabalhistas, apresentadas por Kuenzer (2005), consideremos que, mediante a crescente incidência da ciência e tecnologia nos processos produtivos e sociais, estes que estão a serviço dos processos de acumulação capitalista, a relação entre educação e trabalho tem sido mediada pelo conhecimento, sendo este “[...] compreendido enquanto domínio de conteúdos e de habilidades cognitivas superiores” (KUENZER, 2005, p. 9). Essas habilidades superiores correspondem às atividades cognitivas e comportamentais, tais como

[...] análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante. (KUENZER, 2005, p. 9).

Para o atendimento dessas demandas, tem-se exigido uma nova dialética entre o mundo do trabalho e a educação. Nesta perspectiva, Kuenzer (2005) apresenta a “exclusão includente” e a “inclusão excludente”, enquanto nova forma de dualidade estrutural que estabelece as relações entre educação e trabalho. O primeiro processo consiste na implementação de estratégias de exclusão do mercado formal somadas às estratégias de inclusão no mercado de condições precarizadas, através dele “[...] trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade” (KUENZER, 2005, p. 14), enquanto que o segundo processo – inclusão excludente – visa incluir os indivíduos em variados níveis e modalidades da educação escolar, que não atendam os padrões de qualidade necessários à “[...] formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo” (KUENZER, 2005, p. 14-15).

Dentre as estratégias de “inclusão”, são dignas de destaque: a substituição da escolarização básica por cursos aligeirados de formação profissional, estes que são vendidos como favoráveis à melhoria das condições de empregabilidade; a certificação meramente formal dos cursos supletivos, salvaguardado algumas exceções; como também, a aligeirada formação superior em IFES de qualidade questionável. Haja vista que através destas e outras estratégias ditas inclusivas, têm-se na realidade excluído boa parcela da população do acesso ao trabalho em condições dignas, pois, nos termos de Kuenzer (2005) tratam-se de certificações

vazias, que por essa mesma condição “[...] fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência (KUENZER, 2005, p. 15), conferindo total responsabilidade aos indivíduos pela posição que ocupam no mercado de trabalho. Assim, a educação, ao articular-se com o processo de exclusão includente, através dos processos de “inclusão” fornece ao capital uma força de trabalho “[...] disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades, como reza a boa cartilha do toyotismo.” (KUENZER, 2005, p. 15).

Nesta mesma perspectiva de análise, Segnini (2000) sustenta a tese de que a relação entre educação e trabalho é tão necessária quanto insuficiente para o desenvolvimento social e econômico, ao considerar que a qualificação para o trabalho ultrapassa os limites da escolaridade e formação profissional, pois consiste numa relação social (de classe, de gênero, etnia e geracional), ou seja

[...] os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais – família, escola, empresa, etc. – somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, de sua subjetividade, de sua visão de mundo, constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele, trabalhador, valor de uso, que só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo. (SEGNINI, 2000, p. 79).

Essa relevância para o processo produtivo tem a ver, segundo a teoria marxista, com a capacidade do trabalhador gerar o mais-valor necessário à auto expansão do capital. Para ilustrar essa realidade, recorreremos à célebre comparação realizada por Marx e Engels (2011, p. 119):

[...] um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação.

Portanto, diante dessa discussão em torno das relações sociais estabelecidas no capitalismo, e mais propriamente sob o regime de acumulação flexível, podemos considerar, no que tange à Política de Assistência Estudantil, a relação entre assistência social e educação. Conforme Souza (2017), a inserção da classe trabalhadora na escola, com todas as implicações inerentes a esse processo, exigiu a articulação entre tais políticas para responder às desigualdades de classe, transparecidas no ambiente escolar. Em síntese, essa relação se deu sem o devido delineamento das particularidades de cada política, provocando um falso antagonismo entre ambas, o que se justifica pela exigência de mútuas reciprocidades que são muitas vezes negligenciadas. Essa negligência não ocorre por acaso, trata-se, pois, das necessidades de valorização do capital conduzindo o rumo das políticas sociais.

Assim, tornou-se pertinente questionarmos: Como a Política de Assistência Estudantil da UFPE tem respondido às variadas demandas dos/as universitários/as, na conjuntura dos últimos seis anos? Para responder à essa problematização foram traçados três objetivos: (1) Compreender o papel da Política de Assistência Estudantil na reprodução da vida social e das condições materiais de permanência; (2) Analisar as condições de socialização e organização política dos/as estudantes; e (3) Apresentar as contribuições e os limites da PAE/UFPE para o aproveitamento educacional e expectativa profissional dos/as estudantes.

A fim de atingir esses objetivos, dividimos o trabalho em três capítulos mais as considerações finais. O primeiro é a introdução, o segundo refere-se a assistência estudantil no Brasil e suas tendências recentes, no qual é apresentado, inicialmente, uma revisão de literatura acerca da historicidade da assistência estudantil no país, caracterizando as três fases da política; no segundo momento, tem-se a maturação da discussão em torno da recente fase dessa política, apresentando suas tendências atuais e, por último, um panorama geral da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco.

No terceiro e último capítulo, apresentamos as análises dos resultados da pesquisa de campo em três subseções, correspondentes aos objetivos específicos, respectivamente. Para a obtenção dos dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada cujo roteiro foi elaborado considerando os principais aspectos da vida e trajetória universitária dos/as entrevistados/as, estes que a partir da exposição de suas experiências representam o universo de discentes da UFPE. O processo de seleção destes se deu mediante o estabelecimento de critérios como a condição de ex-estudante de graduação, de ter ingressado na universidade por cota escola pública e ter sido usuário/a da PAE.

Considerou-se ainda a importância de diversificar as modalidades de programas e serviços da AE, aos quais os mesmos tiveram acesso, e os cursos a fim de ampliar as possibilidades de análise da realidade. Após a entrevista os relatos foram tratados e analisados à luz da teoria social crítica marxista, tendo como método de apreensão da realidade o materialismo histórico-dialético. Importante ressaltar que a entrevista se deu mediante a submissão do projeto ao comitê de ética, respeitando os critérios éticos da pesquisa.

## 2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E SUAS TENDÊNCIAS RECENTES

O presente estudo demanda a compreensão da Política de Assistência Estudantil em sua historicidade, ou seja, em como ela tem se situado ao longo dos variados contextos políticos, econômicos e sociais. Para tanto, construiu-se neste capítulo um resgate histórico da assistência estudantil destacando seus principais avanços e/ou retrocessos, consistindo numa importante etapa para compreender as determinações da assistência estudantil atualmente.

Diante destes aspectos, parte-se da concepção de que a assistência estudantil enquanto política social acompanha todas as inflexões das demais políticas, assim, é imperativo destacar as tendências em sua *terceira fase* — divisão utilizada por Kowalski (2012) para caracterizar os momentos significativos da história da assistência estudantil no Brasil — com vista a apreender como a política tem se configurado nos últimos anos.

### 2.1 Resgate histórico da assistência estudantil no Brasil

As primeiras iniciativas de assistência aos estudantes brasileiros têm seu início na segunda década do século XX, quando em 1928 o presidente Washington Luís promove a construção da “Casa do Estudante Brasileiro”, na França. Neste período, os beneficiários tratavam-se, conforme Duarte Jr (2020, p. 90), de “[...] uma camada de privilegiados que podiam sair do país para se matricular nas consolidadas universidades europeias.”, ou seja, filhos da elite brasileira, considerando o restrito acesso à educação no país.

As primeiras ações de assistência estudantil em solo brasileiro foram os programas de alimentação e moradia universitária, com a abertura da “Casa do Estudante do Brasil” e do Restaurante Universitário (RU), em 1930, no Rio de Janeiro. Em 1931, sob o governo de Getúlio Vargas, foi instituída a “marca de nascença” da AE na universidade (KOWALSKI, 2012, p. 100), pois com o reconhecimento da educação como direito público regularizado pelo Estado, houve a instituição da Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto nº 19.851/1931, através da qual foram promovidas bolsas de estudos aos estudantes “reconhecidamente pobres”, dos institutos universitários (IMPERATORI, 2017, p. 286).

Ademais, a lei supracitada foi incluída na Constituição de 1934, a qual previu o financiamento da educação no país assegurando a assistência estudantil em seu Art. 157,

quando dispõe que “[...] parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934), na tentativa de “[...] integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória”, tendo em vista a estruturação do ensino superior nesse período, marcada pela construção de cidades universitárias e investimentos institucionais na AE (SILVEIRA, 2012, p. 53).

Em destaque está o público-alvo da assistência estudantil – estudantes oriundos das classes populares – os quais são, segundo Duarte Jr (2020, p. 84), “[...] potencial utilitário, das sobras do fundo de financiamento da educação”, aspecto que o fez afirmar que a assistência estudantil “[...] sempre significou uma questão de classes no interior da política educacional”, sendo essa uma importante questão para pensar o reconhecimento da assistência estudantil como política social, que só ocorre na *terceira fase* da AE, a qual será tratada a posteriori e mais detalhadamente no próximo tópico.

A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi um significativo marco na trajetória da AE brasileira, ainda na *primeira fase* de sua institucionalização. Entretanto, não há consenso acerca do que determinou sua criação, sendo duas as hipóteses: enquanto resultado do incentivo do Ministério da Educação, criado em 1937; e outra que demarca sua criação em 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes. No qual

Foi aprovado um plano de reforma educacional que pretendia solucionar problemas educacionais, auxiliando os estudantes com dificuldades econômicas, o que sinalizava o início de uma conscientização por parte dos estudantes da importância que deve ser dada à assistência estudantil nas universidades brasileiras. (SILVEIRA, 2012, p. 53)

Assim, podemos considerar que independente da forma como a UNE foi criada, esta assumiu uma importante posição na defesa da assistência estudantil no ensino superior. Principalmente após o texto constitucional de 1937, o qual define fundos de financiamento próprios para o custeio da educação e da AE, rompendo com a perspectiva da Constituição de 1934, quando enfatiza o dever da família e o papel das entidades sindicais e empresariais no fomento à educação e confere ao Estado um papel secundário (DUARTE JR, 2020, p. 84). Conforme disposto nos artigos:

Art. 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular. (...) Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole. (BRASIL, 1937).

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a

possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumprir-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Diante disso, é válido destacar a intrínseca vinculação da assistência estudantil à política educacional, quando Duarte Jr (2020, p. 85) enfatiza: “Se é secundário o papel atribuído ao Estado na oferta da educação para a classe trabalhadora, com as medidas de apoio aos estudantes não é diferente, apenas reproduz a mesma lógica, sem qualquer previsão nesse cenário.”. O que evidencia a dependência direta da AE em relação aos rumos da educação em cada conjuntura histórica.

Na década de 1940, a assistência estudantil foi estendida para todos os níveis de ensino, com a promulgação da Constituição de 1946, o financiamento da educação passa a ser compartilhado entre estados, municípios e União, como previsto em seu Art. 169 e a assistência estudantil é reiterada no Art. 172, segundo o qual “[...] cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946), abordando também questões relativas à saúde dos discentes (DUARTE JR, 2020, p. 85).

Em 1961, ocorre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 4.024, a qual estabelecia a assistência estudantil enquanto um direito a ser garantido igualitariamente a todos os estudantes, com a promoção de assistência social, médico-odontológica e de enfermagem (SOARES; AMARAL, 2022).

Em pouco menos de uma década, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), num período em que o “[...] ensino superior se expandiu, resultando na ampliação do número de matrículas de 300 mil, em 1970, para um milhão e meio, em 1980”. Diante deste cenário, o departamento vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, foi responsável pela implantação dos programas de assistência estudantil, como: Bolsa Trabalho, Bolsa de Estudo, programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica (IMPERATORI, 2017, p. 287). Estes que estavam respaldados pela LDB nº 5.692 de 1971, que previa uma assistência educacional que garantisse a eficiência escolar, para tanto incluía inclusive auxílios para transporte, vestuário e demais formas de assistência familiar, entretanto limitava-se ao atendimento de alunos necessitados (SOARES; AMARAL, 2022).

Um dos programas de maior relevância foi o Bolsa Trabalho, instituído através do Decreto nº 69.927 em 1972, o objetivo era proporcionar aos estudantes “carentes de recursos financeiros” oportunidades de exercício profissional em órgãos e entidades públicas ou particulares (SOARES; AMARAL, 2022), ao promover “[...] o alinhamento formal entre a prática de estágio com a institucionalização de assistência estudantil” (DUARTE JR, 2020, p. 92).

Em síntese a *primeira fase* da assistência estudantil no Brasil é caracterizada pelo atendimento restrito aos alunos oriundos da classe média, por uma política educacional voltada ao direito à educação, à organização e à participação dos indivíduos na academia, bem como, por uma ineficiência dos programas em garantir a permanência dos beneficiários, o que de certa forma justifica-se pela ausência de um projeto de esfera nacional exclusivo para a assistência estudantil (KOWALSKI, 2012, p. 101).

O início da *segunda fase* da política de assistência estudantil é demarcado pelo período de redemocratização do Brasil a partir de 1980, movimento que surge diante da crise econômica estabelecida durante a *autocracia burguesa*. Um dos primeiros acontecimentos que marcaram a trajetória histórica da AE neste momento foi a criação da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira em 1985, resultado de uma nova proposta de política educacional que recomendava a realocação das verbas para o custeio de ações da AE em IES que não haviam sido contempladas. Entretanto, devido a autonomia de cada universidade na gestão dos programas a proposta não foi efetivada (SILVEIRA, 2012).

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), representado por Pró-Reitores, Sub-Reitores, Coordenadores e demais responsáveis pelas questões de âmbito comunitário e estudantil nas IFES brasileiras, os quais tinham por objetivo alcançar a redemocratização do ensino superior através da incorporação de estudantes de baixa renda nas instituições, com a clareza de que “[...] não bastava garantir o acesso; era também necessário fomentar condições concretas para permanência desses alunos nas universidades.” (KOWALSKI, 2012, p. 93). Outra importante frente política de apoio às questões educacionais e de assistência estudantil criada na mesma época foi a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Ambos

[...] defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do

curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa renda (VASCONCELOS, 2010, p. 604).

Logo, consistiram em importantes instrumentos e espaços de luta pela AE, nas discussões do Fórum era consensuado o reconhecimento dos desafios das IES na manutenção dos estudantes matriculados, bem como enfatizavam que a redemocratização da universidade apenas seria efetivada com a garantia da permanência dos alunos de baixa renda. Esses aspectos foram fortalecidos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo em vista o compromisso com o processo de democratização da educação, “[...] mediante a universalização do acesso e da gestão democrática, centrada na formação do cidadão.” (SILVEIRA, 2012, p. 59), quando em seu Art. 206, institui que o ensino será ministrado em consonância com o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

As últimas décadas do século XX foram marcadas pela extinção do DAE em 1980, pela fragmentação das ações de assistência estudantil em cada instituição de ensino (IMPERATORI, 2017, p. 288) e o início do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1990, com seu modelo de política neoliberal, que provocou

[...] no campo da Educação, um processo de desmonte das universidades públicas brasileiras, e a ação de ofertar vagas em universidades particulares fortalece essa política, vindo ao encontro dos pressupostos ideológicos desse sistema, centrando no mercado e induzindo os direitos sociais como a educação a virarem mercadoria (SILVEIRA, 2012).

A assistência estudantil é atingida com a limitação orçamentária e discussões fragmentadas e restritas a algumas IFES. Neste ínterim, tem-se a aprovação da LDB nº 9394, em 1996, que embora reitere em seu Art. 3 o princípio da igualdade de condições de permanência, a mesma se apresenta “de costas para a assistência estudantil” ao não mencionar nenhum tipo de financiamento a PAE (KOWALSKI, 2012).

A nível mundial, é realizada em 1998 a Conferência de Paris, palco da aprovação da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, a mesma enfatiza a relevância social dos programas que compõem a assistência estudantil oferecidos nas IFES (KOWALSKI, 2012), consistindo num importante instrumento de legitimação da Política de Assistência Estudantil.

No início do século XXI, foi promulgado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, a Lei nº 10.172/2001, e em decorrência das reivindicações por parte dos representantes educacionais, a exemplo do FONAPRACE, a assistência estudantil no ensino superior foi contemplada no texto, sendo mencionada entre os objetivos e metas para o Brasil:

Meta 33. Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.

Meta 34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, 2001).

Além de propor a política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das instituições de ensino superior (SILVEIRA, 2012).

Em suma, essa *segunda fase* caracterizou-se pela maturação da política de assistência estudantil, mediante a criação de ações mais significativas e equânimes para atender os estudantes em situação de vulnerabilidade social, pois consistiu num período fértil para o desenvolvimento das políticas sociais, dada as condições criadas pelo movimento de redemocratização do país (KOWALSKI, 2012).

E, por fim, emerge uma *terceira fase* (KOWALSKI, 2012), marcada pela instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, como parte integrante do projeto de democratização do acesso ao ensino superior, que se pretendia condicionar através das ações dispostas nas diretrizes do programa:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes: I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; **V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil**; VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Embora se apresente como um avanço no âmbito da educação e da assistência estudantil, a forma como foi implementado: acelerada e antidemocrática, assim como o próprio conteúdo que reforça a valorização da produtividade das IFES em detrimento da qualidade do ensino, demonstram sua fragilidade, cujas problematizações serão discutidas mais adiante.

No mesmo ano foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):

O ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal,

resolve: Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Educação Superior – SESU, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, na forma desta Portaria (BRASIL, 2007).

Representando um “[...] marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil”, bem como a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil como direito social (VASCONCELOS, 2010, p. 606), tendo em vista que o programa consiste numa fonte legítima de repasse de verbas para a política em questão, as quais custeiam exclusivamente os programas de auxílio a discentes de baixa renda (KOWALSKI, 2012). Entretanto, mesmo prevendo no seu artigo 7º e 8º o repasse de recursos às IFES

[...] Não deixa claro de onde sairão os recursos orçamentários para a política de assistência estudantil, isto é, deixa uma lacuna importante, pois os programas a serem desenvolvidos pelas IFES dependem dos recursos financeiros que forem alocados e, não menos importante, da infraestrutura (física e de pessoal) que possa ser criada em cada uma delas para a implementação e o acompanhamento dos mesmos. (KOWALSKI, p. 116).

Os programas da assistência estudantil devem estar articulados com atividades de ensino, pesquisa e extensão, ainda que o com foco principal seja a permanência dos estudantes nos cursos de graduação. Nesta perspectiva, como disposto no Art. 2º [...] Parágrafo único, Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I — moradia estudantil; II — alimentação; III — transporte; IV — assistência à saúde; V — inclusão digital; VI — cultura; VII — esporte; VIII — creche; e IX — apoio pedagógico. (PNAES, 2007).

Em 2010, alguns decretos foram sancionados, dentre os quais destacam-se: o Decreto nº 7.234 acerca da regulamentação do PNAES, conferindo maior estabilidade ao programa e o status de política pública de direito à assistência estudantil; Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária; Aprovação do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica. Logo, são objetivos do programa:

Art. 2º São objetivos do PNAES: I — democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II — minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III — reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV — contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Neste período também foi lançado o Projeto de Lei do PNE para o decênio 2011-2020, “[...] o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES” (KOWALSKI, 2012, p. 100), além de propor a

viabilização da igualdade de oportunidades, a contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico e a prevenção às situações de retenção e evasão por insuficiência financeira, o mesmo se dirige aos estudantes das IFES prioritariamente aos oriundos da rede pública de ensino e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, inclusive os IFS e suas particularidades (SOARES; AMARAL, 2022).

Em 2015, o decreto supracitado torna-se lei através do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 1.270, apresentando algumas mudanças como a inclusão do atendimento aos estudantes de pós-graduação e a ampliação da prioridade para estudantes cotistas, negros, indígenas, mulheres e parte da comunidade LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis; Transexuais e Transgêneros) (KOWALSKI, 2012, p. 100).

Diante do exposto, é pertinente ressaltar a relação entre o PNAES e o REUNI, esta que se estabeleceu diante da conjuntura contrarreformista no âmbito do ensino superior nos anos 2000, conferindo à Assistência Estudantil a função de mitigar os problemas impostos pelo REUNI. Nesta perspectiva, a política é voltada à sustentação da produtividade nas IFES e ao apaziguamento das relações políticas entre governo e entidades estudantis, como a UNE, consistindo numa verdadeira barganha política. Haja vista,

[...] a assistência ao estudante universitário ocupava uma posição estratégica no interior do movimento estudantil universitário: tanto servia de justificativa para a adesão da diretoria majoritária da UNE e demais coletivos estudantis ao PL 7.200/06 e ao REUNI, como levava todo o movimento estudantil (adesistas e opositoristas) a convergir na pressão ao governo para instituir um PNAES. A portaria 39 do MEC e o Decreto-lei 7.234, de 2010, sem dúvida, levaram os estudantes a grandes comemorações, pois todo o movimento estudantil se sentiu contemplado (LEITE, 2015, p. 439)

Assim, ao responder minimamente às demandas dos estudantes oferecendo as condições necessárias para a conclusão dos seus cursos superiores, a assistência estudantil atua como instrumento de conformação das classes subalternas ao projeto educacional dominante, conferindo à educação o *status* de investimento, ou seja, “um ativo” que garante aos indivíduos uma maior vantagem no mercado de trabalho. O Estado, ao prover este serviço, pressupõe a garantia da equidade social, aqui entendida como igualdade de oportunidades (NASCIMENTO, 2013). A esse respeito, na (2015, p. 433) enfatiza que

A determinação política do PNAES se materializou na correlação de forças entre os três principais sujeitos políticos (UNE, SENCE E FONAPRACE), que exerciam uma forte pressão “por dentro” (gestores) e “por fora” (movimento estudantil) sobre o governo federal, no período de 2003 a 2006, para que desse uma resposta concreta a tais demandas. Tal resposta traduziu-se na instituição do PNAES, no âmbito da SESu/MEC, através da portaria do MEC nº 39, de dezembro de 2007.

Tais demandas originam-se diante do contexto de inserção de uma “significativa parcela de estudantes universitários pobres que, sem um apoio institucional, através de ações/programas assistenciais, não teria condições concretas para prosseguir sua vida acadêmica e concluir seus cursos.” (LEITE, p. 426). Assim, dentre os objetivos do REUNI destacam-se as propostas de Redução da Evasão e Políticas de Permanência para os estudantes. Neste ínterim, o governo federal instituiu o PNAES no mesmo ano, sinalizando a existência de uma complementaridade entre os programas, relação que se estabelece em nome de uma suposta “democratização” da universidade e “[...] esconde determinações centrais que nos alertam para suas contradições.” (NASCIMENTO, 2013, p. 120).

Na época de criação o Plano de Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), contou com o apoio tanto do governo quanto da própria Andifes, os quais consideravam que o decreto “[...] garantiria a autonomia das universidades, pela liberdade de decisão sobre sua participação no programa e na elaboração dos seus planos” (CISLAGHI, 2010, p. 148 apud MARQUES, 2014, p. 112). Não obstante, essa dita “liberdade” nunca foi alcançada, como exposto anteriormente, esse processo ocorreu de forma acelerada e antidemocrática, de modo que em virtude do estímulo orçamentário, as instituições federais de ensino superior viram-se obrigadas a aderir ao Reuni.

A este respeito, é consenso entre os autores que o processo de adesão ao plano foi permeado por embates no âmbito das universidades, conforme Marques (2014, p. 115) “[...] a comunidade acadêmica reagiu aos eixos estruturantes do programa, com uma série de protestos, discussões, atos públicos e outros mecanismos políticos que desvelavam os elementos que estavam obscurecidos na proposta”. Elementos dentre os quais, destaca-se a precarização dos cargos em detrimento da lógica da expansão, tendo em vista o aumento das vagas sem que houvesse o devido planejamento das universidades, tanto no que diz respeito à contratação de docentes e técnicos administrativos quanto à estrutura física adequada para receber um maior quantitativo de discentes.

Entretanto, os debates que giram em torno do PL 7.200/06 demonstram que a reação contrária à reforma universitária não foi hegemônica, conforme disposto em Leite (2015), na Tese do coletivo estudantil *Reconquistar a UNE*, apresentada ao 49º Congresso da UNE, realizado em 2005, a entidade propõe “[...] ao governo federal que usasse de sua força político-social para deslocar a correlação de forças para a esquerda e garantir melhorias na educação brasileira” (LEITE, p. 434). Para tanto, foi proposto o encaminhamento de um plano emergencial no âmbito do ensino superior que viabilizasse uma acelerada ampliação do

quantitativo de universidades, do acesso ao ensino público e do controle sobre a educação superior privada, bem como, a criação de uma rubrica específica para a assistência estudantil (LEITE, 2015).

A autora chama atenção para o processo de divisão e polarização que se gesta no interior do movimento estudantil, mais especificamente da UNE. O que implicou na formação de dois grupos: um formado por coletivos estudantis que defendiam a reforma universitária em nome dos “possíveis” avanços e mudanças que esta propunha, sendo este majoritário, e por outro lado, estavam os coletivos de oposição denominados de Oposição de Esquerda (OE) os quais criaram o movimento “Frente de Luta contra a Reforma Universitária”. O qual, assim como a SENCE, se opunham à possibilidade de abertura da educação para o capital estrangeiro, como também de uma ampliação de vagas pautada numa expansão precária e sem garantia de ampliação da política de assistência estudantil (LEITE, p. 437).

Diante deste contexto, não foram medidos os esforços para reverter o quadro de rejeição da contrarreforma universitária, desse modo

A instituição de um Programa Nacional de Assistência Estudantil, na segunda gestão do governo Lula, configurou-se em uma estratégia para se obter a adesão dos coletivos estudantis opositoristas à proposta de reforma universitária do governo, materializada no PL 7200/06 e no REUNI, cujo fim era a tentativa de passivização e de desarticulação/ despolitização da luta do movimento estudantil no interior das universidades (LEITE, 2015, p. 439)

Assim, as ações de assistência estudantil incorporada ao “pacote de autonomia universitária” consistiram na “cereja do bolo”, aos termos de Leher apud Marques (2014), para a instauração de um consenso entre os sujeitos políticos em disputa, com o Decreto presidencial de nº 7.234, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a assistência ao estudante passa a ser centralizada pelo Estado dada a condição do PNAES enquanto política de governo (LEITE, 2015). Por conseguinte, opera-se hoje no âmbito das IFES uma Assistência Estudantil Consentida, aos termos de Nascimento (2018), tendo em vista a funcionalidade da política na formação do “[...] consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes” (LEITE, 2015, p. 440).

Logo, a *terceira fase* da assistência estudantil foi e está sendo marcada por acontecimentos significativos para sua institucionalização como política social, tendo em vista o compromisso demonstrado pelos governos na inclusão de uma parcela da sociedade que não possuía condições de acesso e permanência à educação superior pública. Não obstante, reconhece-se a falta de concretude e expansão das ações de assistência estudantil para enfim sinalizar alguma igualdade de acesso. Pois, assim como as demais políticas, a AE está associada

aos rebatimentos de uma política e economia neoliberal, “sendo cada vez mais tratada como um ‘serviço’, portanto, passível de mercantilização.” (KOWALSKI, 2012, p. 102)

**Quadro 1 - Linha do tempo das Políticas de Assistência Estudantil no Brasil**

| <b>Decreto ou Lei</b>  | <b>Característica</b>  | <b>Público-alvo</b>   |
|--|--|---|
| Decreto nº 19.851 (BRASIL, 1931)                                       | Prevvia concessão de bolsa de estudos e serviço de atendimento médico e hospitalar ao corpo discente.  | Todos os estudantes   |
| Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1934)  | Prevvia que a União, os estados e o Distrito Federal deveriam reservar parte dos patrimônios territoriais para formação de fundos para a educação e que parte dele deveria ser aplicado em auxílios, por meio de fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. | Alunos necessitados   |
| Constituição dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1946)               | Regulamentava que cada sistema de ensino teria, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurassem condições de eficiência escolar aos alunos necessitados.  | Alunos necessitados   |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 (BRASIL, 1961) | Prevvia assistência social, médico-odontológica e de enfermagem aos alunos.  | Todos os estudantes   |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 (BRASIL, 1971) | Prevvia assistência educacional que assegurasse aos alunos eficiência escolar. Incluía auxílios para aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar.  | Alunos necessitados   |
| Decreto nº 69.927 (BRASIL, 1972)                                       | Institui o Programa Bolsa de Trabalho com o objetivo de proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares.  | Estudantes carentes de recursos financeiros   |
| Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988)          | Prevê, como dever do Estado, a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.  | Todos os alunos   |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996) | Traz o mesmo texto da Constituição Federal em relação ao dever do Estado de garantir o atendimento do educando a programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.  | Todos os alunos   |
| Portaria do Ministério da Educação nº 39 (BRASIL, 2007)                | Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).  | Estudantes de cursos de graduação presenciais e selecionados por meio de análise socioeconômica |
| Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2007)  | Dispõe sobre o Programa Nacional de  | Jovens da educação superior   |

|  |   |  |
|--|---|--|
| 2010)  | Assistência Estudantil. Prevê que as ações de assistência estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. | pública federal prioritariamente oriundos de escola pública e com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Inclui os institutos federais e suas especificidades.   |
| Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 1.270 (BRASIL, 2015) | Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Torna o decreto anterior em lei. (Ainda em tramitação no Congresso Nacional)  | Traz pequenas diferenças em relação ao texto do decreto, dentre elas a inclusão do atendimento aos estudantes de pós-graduação. Amplia a prioridade para estudantes cotistas, negros, indígenas, mulheres e parte da comunidade LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros). |

**Fonte:** Soares e Amaral (2022, p. 7) adaptado de Antunes (2018).

Portanto, diante de toda a historicidade da Política de Assistência Estudantil no Brasil – discutida ao longo do texto e representada no (Quadro 1) – a qual se fez por significativas conquistas, decorrentes das lutas sociais, mas também por retrocessos em virtude de agendas neoliberais, concordamos que “[...] a AE vem construindo seu percurso histórico, trilhando-o, muitas vezes, por caminhos incertos e descontínuos, mas fazendo sua história na formação e consolidação das políticas públicas do país.” (KOWALSKI, 2012, p. 102). Nesta perspectiva, o próximo tópico apresentará as principais tendências da Assistência Estudantil no país, principalmente no que tange às concepções que estão em jogo nesta *terceira fase* e como vem se configurando nas IFES.

## 2.2 A terceira fase da assistência estudantil no Brasil: tendências atuais

Apresentaremos uma breve introdução às tendências características da *terceira fase* da Política de Assistência Estudantil no Brasil, situando-a enquanto política social e, por conseguinte, considerando as contradições e concepções múltiplas existentes. Para tanto, faz-se necessária uma explanação da realidade enfrentada pelas políticas sociais, principalmente no que tange ao orçamento e a prioridade do fundo público brasileiro, para a posteriori dar centralidade às discussões que dizem respeito à assistência estudantil, mais especificamente.

Diante da concepção de que “[...] as políticas sociais [...] são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento [...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 51), infere-se que elas possuem um protagonismo estratégico na disputa pelo fundo público brasileiro, pois requerem investimento e uma mínima eficácia capaz de responder às demandas da classe trabalhadora e de amortizar os efeitos nefastos do capitalismo na sua fase atual, monopolista. Conforme disposto em Behring e Boschetti (2016, p. 174), à luz de Oliveira (1998):

O fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual pela repartição do financiamento público. Dessa forma, **o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas**. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública (grifo nosso).

Não obstante, o *espírito reformista* presente nos anos dourados, tão caro ao desenvolvimento das políticas sociais, através da organização política dos trabalhadores, vem sucumbindo diante do cenário “de estagnação, reação burguesa e neoliberalismo” (p. 141), no qual predominam-se ideias contra reformistas/contrarrevolucionárias, ou seja, num momento em que os direitos são negociáveis e as forças de resistência às investidas neoliberais encontram-se fragmentadas, a exemplo do próprio movimento dos trabalhadores, mediante os efeitos do desemprego, precarização e flexibilização das relações trabalhistas (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Outrossim, Machado (2017) se utiliza de Salvador (2012b) para tratar da questão orçamentária em sua obra e ressalta que para o autor, o orçamento é a expressão mais visível do fundo público sendo capaz de oferecer subsídios para a compreensão do processo de efetivação das políticas sociais, ou seja, para a mensuração da importância de cada política em determinada conjuntura histórica do país, seja na esfera econômica, social ou política. Diante disto, é indispensável atentar-se para a estrutura da carga tributária brasileira e seu impacto na esfera macroeconômica ao tratar do orçamento das políticas sociais, conforme enfatiza Teixeira (2005) apud Behring e Boschetti (2016), tendo em vista que a política fiscal executada no país até o momento estava em consonância com as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) desde 1998. Logo, se considerada uma tendência inerente à agenda neoliberal, compreendemos que até o presente momento:

Os recursos permanecem extremamente concentrados e centralizados, contrariando a orientação constitucional da descentralização. Além de concentrados na União, **também há concentração na alocação dos recursos nos serviços da dívida pública e para as políticas sociais que são financiadas pelo orçamento fiscal, a exemplo da educação**, reforma agrária e outras, as quais não estão contempladas no conceito constitucional restrito de seguridade social do Brasil (FBO, 2005). (grifo nosso)

Assim, é consenso a prioridade do pagamento da dívida pública em detrimento do financiamento das políticas sociais, inclusive da educação. Como também enfatizado por Behring e Boschetti (2016, p. 156) ao afirmarem que

A tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização.

No que diz respeito à educação, mais especificamente aos procedimentos orçamentários e financeiros para a destinação de recursos às universidades, o decreto presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010, define os critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais, os quais são:

I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período; II - a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; III - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente; IV - o número de registro e comercialização de patentes; V - a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação; VI - os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004; VII - a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e VIII - a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento (BRASIL, 2010a, não paginado).

Observa-se que a produtividade das instituições de ensino superior é requisito central para a alocação dos recursos de custeio, na prática há uma desconsideração significativa das particularidades de cada IFES, como o tempo de vigência, por exemplo. Desse modo, as instituições mais produtivas recebem mais recursos em detrimento das outras, que com menos recursos não atingem o mesmo nível de produtividade e são conseqüentemente rebaixadas no âmbito da produção científica do conhecimento (MACHADO, 2017).

Além do nível de produtividade das IFES, outro aspecto levado em consideração é o desempenho na avaliação da Capes e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos, pressupondo a consideração de aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente

(MEC, 2018). Ademais, há um acréscimo orçamentário às IFES que aderem ao SISU, embora este não signifique um aumento real de orçamento propriamente dito, pois trata-se de um “[...] incremento de demandas muito superior ao acréscimo dos recursos. Além do que, não há garantia do bônus, uma vez que o contexto é de grandes cortes nos orçamentos das políticas sociais” (MACHADO, 2017, p. 245).

O Sisu, por sua vez, fez parte do *hall* de programas responsáveis pela execução das políticas de expansão das universidades, juntamente com o Reuni e a lei de cotas, através das quais pretendia-se ampliar e democratizar o acesso e permanência no ensino superior. Esse processo contrarreformista, dada sua funcionalidade na agenda neoliberal, tem se implementado nas universidades brasileiras sob quatro eixos: financiamento, avaliação, autonomia universitária e assistência estudantil (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012).

No âmbito da assistência estudantil, tem-se a incorporação de uma seção específica intitulada “Políticas de Inclusão e Assistência Estudantil”, através do Anteprojeto de Lei da Reforma (PL 7200/2006), o qual enfatiza o dever das IFES na formulação e implantação de programas destinados à assistência estudantil, ações afirmativas e inclusão social em seus planos de desenvolvimento institucional. Com a maturação da política de AE através do PNAES/2010, tem-se o atendimento dos estudantes de graduação presencial e fica estabelecido como público prioritário os estudantes oriundos da rede pública de ensino ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. De tal forma, “[...] a luta por democratização e autonomia universitária teve como resposta a ampliação de vagas e a inclusão, porém, por meio de um modelo que não garante a real democratização do ensino” (MACHADO, 2017, p. 241).

Quanto ao seu financiamento, o art.8º do Decreto nº 7.234 versa que:

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010b, p. 5).

Assim, observa-se que não fica determinada uma parcela específica do orçamento para o custeio do programa, conferindo um certo limite à abrangência e efetivação da política de assistência, dependentes da dotação orçamentária. Logo, “a assistência estudantil emerge e se expande num contexto de grandes contradições” (MACHADO, 2017, p. 240). Pois, como ressaltam Nascimento e Arcoverde (2012, p. 174):

Se por um lado, a expansão da assistência estudantil manifesta a possibilidade de ampliação da abrangência da Política, no sentido de sua maior cobertura e compromisso com o provimento das condições de permanência do estudante no

ensino superior, **contraditoriamente, lidamos com a sua extrema focalização, seletividade, bolsificação** (grifo nosso).

Aqui reside o lócus do presente capítulo, que é justamente a compreensão dos processos de focalização, seletividade e bolsificação aos quais a Política de Assistência Estudantil está submetida no âmbito das IFES. Logo, não se pretende apresentar conclusões, mas sim, à luz das contribuições dos principais pesquisadores do tema, uma revisão de literatura que subsidie a análise das tendências da AE em sua *terceira fase*.

Para entender como a Política de Assistência estudantil vem se configurando nas instituições de ensino superior, é imprescindível considerar que sua implementação de forma “[...] reduzida a benefícios focalizados, emergenciais, destinados a um público específico, é fruto da forma como se configurou o assistencial, no Brasil, nos limites da formação social do país” (NASCIMENTO, 2012, p. 151). A este respeito Dutra e Santos (2017), fundamentados em Sposati (1987), enfatizam que o assistencial trata-se de um instrumento privilegiado do Estado, pois imbuído em praticamente todas as políticas sociais brasileiras tem o papel de dirimir as problemáticas sociais, decorrentes da relação contraditória entre capital e trabalho, entretanto o próprio sistema não permite a plena superação destas, o que implica considerar que no âmbito das políticas sociais este instrumento opera no sentido de compensar as carências expressas pela desigualdade social, ou seja, uma aparente conciliação entre capital-trabalho. Nesta perspectiva, partilhamos da compreensão de Nascimento (2012) quando afirma que

[...] a assistência estudantil, no âmbito da educação superior, manifesta o próprio caráter assistencial da Política de Educação. Essas ações surgem, no espaço universitário, a partir das reivindicações dos movimentos sociais organizados em defesa do provimento, pelas instituições educacionais e Estado, das condições materiais e imateriais necessárias à permanência dos estudantes nessa modalidade de ensino (p. 149)

Tal entendimento fortalece a ruptura com alguns equívocos teóricos acerca da assistência estudantil. Os quais são, segundo Nascimento (2012): (1) a concepção da assistência estudantil enquanto extensão das ações da Política de Assistência Social, o que implica consequências ao planejamento e operacionalização da AE, uma vez que sua regulamentação e estruturação não se baseia nos limites da política de Assistência Social; e (2) o conceito restrito de “necessidades”, que reduz as necessidades estudantis às de sobrevivência.

Quanto ao primeiro aspecto, é importante ressaltar que a assistência estudantil, no âmbito da Política de Educação superior, aparece como uma das ações assistenciais previstas pela União, que, sob representação do MEC, destina-se ao atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes oriundos das classes populares. Logo, conclui-se que

[...] a assistência estudantil não está vinculada à Política de Assistência Social e, portanto, não se submete aos preceitos de sua regulamentação, devendo, sim, ser entendida enquanto política educacional - uma vez que se trata de ações de cunho assistencial desenvolvidas no âmbito da educação (NASCIMENTO, 2012, p. 152).

O segundo equívoco, por sua vez, refere-se ao fato de historicamente as necessidades dos estudantes estarem sendo equiparadas à concepção de necessidades de sobrevivência. Na perspectiva marxiana, existem duas categorias de necessidades, as naturais – necessidades físicas – e as necessidades socialmente determinadas (NASCIMENTO, 2012, p. 153). Sobre esse entendimento, Gomes Jr e Pereira (2013, apud DUARTE Jr, 2020) destacam que

É da compreensão dos autores que as gerações das necessidades humanas individuais estão muito mais vinculadas às necessidades geradas pelo sistema capitalista de produção, do que mesmo pelas necessidades biológicas mínimas de sobrevivência dos sujeitos, retificando que as necessidades são, portanto, “sociais”, e que devem ser satisfeitas na esfera do Estado.

É sob essa prerrogativa que os programas da assistência estudantil são focalizados em bolsas como auxílio financeiro, alimentação e moradia. Entretanto, se considerado o foco da política em prover as condições necessárias à permanência dos estudantes no ensino superior, é imprescindível ponderar as necessidades estudantis expressas nas dimensões tanto físicas quanto biológicas e sociais, ou seja, a importância de programas que as contemplem. Embora esteja disposto no PNAES, nem todas as IFES possuem programas de AE em todas as áreas estratégicas, o que ocorre de fato é uma redução ao que os autores concebem de “tripé” da assistência estudantil: a Bolsa Permanência (ou Bolsa Manutenção, no caso da UFPE), os Restaurantes Universitários e as Casas de Estudantes (NASCIMENTO, 2012).

Essa realidade atribui-se o fato de que as ações e discussões realizadas ao longo de todo percurso histórico da assistência estudantil no país, não foram suficientes para formar um conceito único e consensual desta, pelo contrário, existem diferentes concepções em disputa direcionando a forma como a política é operacionalizada nas IFES; se enquanto ações de assistência ao discente como gasto desnecessário, e como medida assistencialista, fundamentada na ideia de concessão ou favor; ou enquanto um investimento ou direito (DUTRA; SANTOS, 2017).

A própria concepção de assistência estudantil enquanto investimento é contraditória, pois reforça a noção de produtividade, pressupondo a necessidade de um retorno, uma contrapartida por parte dos estudantes em algum momento. Assim, ainda que rompa com a ideia de gasto, enxergá-la como investimento é desfavorável para sua legitimação enquanto direito (DUTRA; SANTOS, 2017), além de conferir-lhe um caráter instrumental à medida que responde às propostas produtivistas das ações empenhadas em função da “democratização” do

ensino superior, o que evidencia “[...] a funcionalidade da assistência estudantil consentida às propostas contrarreformistas definidas pela agenda governamental, articuladas à construção do modelo de universidade operacional.” (NASCIMENTO, 2012, p. 12).

Contraditoriamente, houve, junto com a expansão da AE e sua integração à agenda contrarreformista nos anos 2000, o fortalecimento de tendências regressivas no âmbito da política, a saber: a exclusividade e rebaixamento do corte de renda como critério de acesso às suas ações; sua desistoricização mediante vinculação exclusiva ao REUNI, ou seja, a articulação do PNAES ao programa desconsiderando a historicidade da assistência na universidade pública; e a incorporação de uma lógica produtivista pelos serviços e programas desenvolvidos. Essa integração tem por justificativa quatro argumentos: (1) sua contribuição para o controle das taxas de evasão e retenção nas IFES; (2) sua contribuição para o aumento da produtividade das vagas nas IFES; (3) sua contribuição à promoção da rotatividade dos estudantes entre as IFES; e (4) o fortalecimento dos processos de “democratização” do ensino superior (NASCIMENTO, 2012).

Esses argumentos são pautas dos movimentos educacionais que lutam em defesa da garantia da universalização do acesso e permanência dos estudantes nas IFES, mas ao serem reformuladas sob os ideais conservadores, enfraquecem a concepção ampliada das dificuldades acadêmicas, provocando significativos impactos na forma como se gere e se estrutura a assistência estudantil. Nesse ínterim, o processo de “bolsificação” da assistência estudantil avança e a realidade encontrada na maioria das universidades é uma “[...] tímida presença de atividades de cunho pedagógico nos projetos e programas institucionais desenvolvidos nas IFES.” (NASCIMENTO, 2018, p. 14).

Esse processo consiste numa tendência da AE em materializar-se através da concessão de bolsas, nas mais diversas modalidades, isso ocorre quando as ações são “[...] centradas na transferência direta de recursos financeiros para os/as estudantes mais pauperizados, pois os determinantes que interferem para a evasão dos/as discentes são reduzidos à questão financeira” (CONSTANTINO, 2015, p. 187), expressando o caráter assistencialista e fragmentado do atendimento às demandas, em que as respostas são cada vez mais particulares, colocando em segundo plano os programas e serviços coletivos, estratégicos para o fortalecimento da organização política dos estudantes. Isso ocorre com o estabelecimento de critérios de renda, os quais

[...] vêm se apresentando, na realidade das IFES, como única alternativa de hierarquizar as vagas nos processos seletivos. A restrição do número de bolsas e vagas nos equipamentos e serviços da assistência estudantil fortalecem um tipo de consenso

institucional que considera a renda como sendo o principal critério emergencial. De tal modo, que as discussões de outros indicadores de acesso às ações não avançam. Isto significa rebaixar a assistência estudantil à dimensão restrita de um auxílio financeiro. (NASCIMENTO, 2018, p. 16).

A crítica, portanto, compartilhada entre os autores, é direcionada à lógica individualista que permeia as ações da AE, não se questiona a importância dos programas de cunho financeiro, mas sim a redução da política à estes.

Dessa maneira, podemos observar que a dicotomia entre seletividade/focalização x universalidade é um aspecto central nas discussões teóricas acerca da temática, e que sob *múltiplos olhares* é alvo de opiniões divergentes. Machado (2017) enfatiza que a forma como a política de AE é operacionalizada – seletiva, focalizada e condicionada – é uma lógica comum às políticas sociais, entretanto contraria os aspectos universalizantes e de promoção de justiça social, assim concebe como um retrocesso no âmbito da AE, inclusive.

Ademais, Duarte Jr (2020) expõe diferentes visões de autores ao apresentar que enquanto Pereira (2013), numa perspectiva mais crítica, considera a focalização de um determinado direito/política/serviço/benefício uma prática discriminatória que reproduz a “[...] lógica perversa de segmentação da pobreza, de taxação dos necessitados e contemplação dos miseráveis, compondo-se diametralmente oposto a perspectiva universalista das políticas.” (DUARTE JR, 2020, p. 143); para Cobo (2012), a focalização consiste numa forma de assegurar um maior grau de justiça social, impactando a superação da extrema pobreza, e não necessariamente a superação das desigualdades sociais.

Nesta mesma perspectiva, Silva (2014, p. 80), compreende a focalização como um “[...] requisito da universalização de direitos, podendo ser pensada em termos de políticas redistributivas compensatórias, como a alocação de bolsas para determinados segmentos ou como políticas redistributivas estruturais [...]”, ou seja, como um instrumento de elegibilidade, no sentido de atender a integralidade das pessoas que se inserem no perfil definido como prioritário, o que para ela consistiria numa discriminação positiva. Assim, Duarte Jr (2020), posiciona-se em consonância com a defesa de Silva (2014) e Simões (2013), ao entender que a universalidade e focalização são complementares e não opostas. Em defesa, argumentam que a focalização “[...] demanda ampla cobertura; boa qualidade dos serviços; estruturas institucionais adequadas; pessoal qualificado e cobertura integral das populações-alvo dos programas.” (SILVA, 2014, p. 82).

Diante disto, implica considerarmos que nessa perspectiva a focalização não se opõe à universalização, o que é levado em consideração é uma universalização relativa, quando toda a

população-alvo que demanda atenção especial deve ser incluída, ou seja, “[...] desde que materializado enquanto garantia de acesso para os que a eles façam jus. Do contrário, seria ideiação de um devir contemplativo” (DUARTE JR, 2020, p. 144).

Pensar uma Política de Assistência Estudantil a partir da concepção de universalidade, é concebê-la enquanto um conjunto de ações que garanta não só a permanência nos seus aspectos mais básicos, mas a promoção de uma formação plena e de qualidade aos universitários. Dessa forma, Dutra e Santos (2017) reiteram que a mesma não deve restringir-se ao atendimento dos estudantes das camadas mais populares, e sim propor ações que possam abarcar todos os estudantes, na perspectiva de uma política universalizadora, ou seja, com mais abrangência a fim de atender as necessidades das mais variadas naturezas. Nesse sentido, os autores salientam que

Em contraposição a essa proposta de uma AE de caráter focal e seletivo, se colocará a proposição de uma assistência aos estudantes pautada no princípio da universalidade. Nessa perspectiva, uma política de AE não deve limitar-se à elaboração e execução de mecanismos destinados apenas à população de baixa renda, mas deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal. Entretanto, **no cenário atual, não tem sido possível atender a demanda de forma universalizante, nem mesmo para aqueles ditos em situação de vulnerabilidade socioeconômica** (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 165, grifo nosso).

Posto isso, dois aspectos são dignos de destaque. Primeiramente, é sabido que o PNAES, no Decreto nº 7.234 de 2010 (BRASIL, 2010), que regulamenta a assistência estudantil em âmbito nacional, define como público-alvo prioritário da política os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, entretanto, além do fator de renda per capita familiar o critério se desdobra na observância das condições de moradia de acesso à bens (móveis e eletrodomésticos). Logo, “[...] não basta ser estudante regularmente matriculado para acessar uma bolsa financeira na assistência estudantil, é preciso que seja estudante e tenha origem familiar comprovadamente pobre.” (DUARTE JR, 2020, p. 138).

Outro aspecto retoma a questão orçamentária, como supracitado, na atual conjuntura, as instituições não têm conseguido inserir todos os estudantes, ditos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na cobertura da política. Isso resulta, sobretudo, sob a égide do social-liberalismo atual, dos frequentes ataques à política educacional, que consequentemente rebata na AE das IFES. A esse respeito chamamos atenção para o novo momento iniciado pelo golpe de 2016, em que “[...] o campo da Educação, que já vinha sofrendo com o contingenciamento de recursos no segundo mandato da presidente Dilma, alvo de cortes da ordem de R\$ 9,4 bilhões (CORREIO DO ESTADO, 2015 apud DUTRA e SANTOS, 2017,

p. 160), esteve submetido a fortes ameaças diante da austeridade do Governo Temer. Pois, como apontado por Vieira (2016) apud Dutra e Santos (2017) nas universidades federais que haviam sofrido um corte de 30% em seu orçamento no ano de 2015, previam-se cortes de até 45% nos seus investimentos em 2017.

Diante dos recentes cortes orçamentários na educação, professores/as e dirigentes de universidades discutem os desafios enfrentados nas instituições. O Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras das IFES e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, Nilton Brandão apontou a queda drástica do orçamento discricionário desde 2015, o qual corresponde ao recurso que deve ser direcionado a manutenção, como limpeza e segurança e tendo por base os dados do relatório do Observatório do Conhecimento, afirmou que

Os gastos discricionários da educação superior no Brasil eram de R\$ 14,9 bilhões em 2014, atingiu R\$ 15,67 bilhões em 2015 e de lá para cá ele vem caindo em queda livre. Em 2021, foi R\$ 5,5 bilhões. Veja, eu estou falando de R\$ 15 bi para R\$ 5,5 bi, uma queda de mais de 60% do orçamento discricionário. (Agência Câmara de Notícias, 2022).

Segundo a Agência Câmara de Notícias (2022), ele vincula o corte ao aumento de matrículas que por conseguinte gerou o aumento dos gastos. Ainda destaca a fala do Secretário Executivo da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, o qual garante que embora as universidades tenham aumentado a eficiência nos gastos ainda predomina o subfinanciamento do ensino superior nos últimos anos e dizendo que “Todos os ajustes que poderiam ter sido feitos nos últimos anos foram feitos, mas os ajustes chegaram ao limite. A situação agora é caótica” (Agência Câmara de Notícias, 2022), bem como, destacou

[...] a necessidade de estabilidade no planejamento de gastos com a retomada das aulas presenciais após a pandemia, e que é o próprio governo que provoca instabilidade. Ele acrescentou que **o perfil dos alunos nas universidades mudou, e os estudantes demandam mais assistência estudantil, e o orçamento é menor.** (Agência Câmara de Notícias, 2022, grifo nosso).

Portanto, é notória a prevalência das tendências históricas da Política de Assistência Estudantil aqui elencadas, e mais notória a importância de dar continuidade às discussões teóricas a fim de fortalecer a assistência estudantil e efetivá-la enquanto política pública de direito, financiada exclusivamente pelo Estado e direcionada ao atendimento de todos, através de equipamentos permanentes na infraestrutura das IFES, como enfatizado por Nascimento (2018).

### 2.3 A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco

Numa breve retomada histórica, podemos observar que a primeira década do século atual foi marcada por investidas governamentais no âmbito da educação superior. Sob o respaldo constitucional, que versa em seu art. 205 a educação enquanto direito de todos e dever do Estado e da família, foi elaborado em 2001 o Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2012) o qual estabelecia as metas de aumento dos investimentos e de ampliação do quantitativo de estudantes em todos os níveis da educação superior. Assim,

Ao definir como um dos seus objetivos prover as universidades das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, **o Reuni congregou esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública**, em atendimento ao disposto pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que estabeleceu o provimento da oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. (MEC, 2012, grifo nosso).

Nesta perspectiva, dentre as Universidades que aderiram ao REUNI, Decreto nº 6.096/2007, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)<sup>1</sup>, ainda que sob significativa resistência por parte das entidades estudantis, oficializa em 2008 o Acordo de Metas nº 30 firmado com o MEC através da Secretaria de Educação Superior (SESU). Conforme Arruda, o plano de adesão significou uma “[...] oportunidade concreta para que a instituição avance nas implementações do seu Plano Estratégico Institucional (PEI) e do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI).” (2011, p. 169), cujas condições se dariam através “[...] da expansão e reestruturação dos cursos de graduação, da renovação pedagógica, da mobilidade estudantil, do

---

<sup>1</sup>A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criada pelo Decreto-Lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946, inicialmente denominada Universidade do Recife (UR), consistiu numa conglomeração das escolas superiores que a antecederam, sendo estas a Faculdade de Direito (1827), a Escola de Engenharia (1895), as faculdades de Farmácia (1903), de Odontologia (1913), Medicina (1915), Belas Artes (1932) e Filosofia (1940). O primeiro reitor, Professor Joaquim Amazonas, idealizou o projeto de construção da Cidade Universitária, a qual foi iniciada em 1948. Em 1967, sob o regime ditatorial, a Universidade do Recife passou a denominar-se Universidade Federal de Pernambuco, integrando-se ao grupo de instituições federais do novo sistema de ensino superior brasileiro. Este, que tem suas bases no processo de modernização universitária que vinha se estendendo desde 1964 até 1968 com o estabelecimento da Reforma Universitária, através da Lei Federal nº 5.540. A mesma fixou as normas de organização e funcionamento da educação superior e sua articulação com a escola média, ainda que marcada “[...] por traços autocráticos tecnicistas que visavam modernizar o ensino superior sem mudar a ordem do poder estabelecida pelo golpe de 1964” (VERAS, 2014, p. 104), concretizou antigas reivindicações dos educadores e do movimento estudantil. Neste ínterim, tem-se no âmbito da UFPE as primeiras ações de assistência ao estudante através do Departamento de Expedição Escolar (DEE), que antecede a institucionalização da PAE na UFPE. Em síntese, a UFPE consiste hoje numa Instituição Pública de ensino superior, com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia didática administrativa, financeira e disciplinar. Funciona em três unidades: Recife na CDU e, desde 2006, em Caruaru e Vitória de Santo Antão, com o Centro Acadêmico do Agreste (CAA) e Centro Acadêmico de Vitória (CAV), respectivamente, resultantes do processo de interiorização da universidade (UFPE, 2023).

aperfeiçoamento dos programas de assistência estudantil e do crescimento da pós-graduação articulada com o ensino da graduação.” (REUNI/UFPE, 2007, p. 5 apud ARRUDA, 2011). Assim, podemos considerar que os rebatimentos dessa decisão foram significativos para estabelecer a Política de Assistência Estudantil (PAE) da UFPE, tal qual conhecemos hoje.

Vale sublinhar que, como exposto nas discussões anteriores, as ações de assistência ao estudante universitário antecedem os programas como PNAES e Reuni. No âmbito da UFPE, existia o Departamento de Expedição Escolar/DEE, o qual atuava entre as décadas de 60 e 70

[...] junto ao corpo discente, supervisionando e orientando o Diretório Central dos Estudantes, os diretórios acadêmicos e as Associações Atléticas, promovia e estimulava o intercâmbio sociocultural, ao mesmo tempo em que prestava assistência social, através de entrevistas e seleção de candidatos à bolsa de estudo e alimentação, além do encaminhamento dos estudantes às diversas clínicas do hospital universitário. (CUNHA, 2017, p. 85).

Além dessas ações, o DEE realizava a gestão de 8 restaurantes universitários e da frota de ônibus que atendiam gratuitamente os estudantes na rota centro/cidade universitária. Em meados dos anos 1970, o mesmo passa a ser nomeado Departamento de Assuntos Estudantis (DAE) dando ênfase aos programas de alimentação, moradia e assistência médico odontológica, num período em que a AE se institucionaliza na UFPE com a construção da Casa do Estudante Universitário (atual CEU-M).

Atualmente, a partir do PNAES, é a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) que, sob a gerência da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), realiza, dentre suas competências<sup>2</sup>, os estudos necessários à elaboração do parecer social para inclusão dos estudantes nos programas e auxílios (UFPE, 2023). A PROAES, gerencia a Assistência Estudantil da UFPE desde o ano de 2011, apresentando enquanto missão

[...] promover e consolidar políticas de gestão da vida acadêmica em suas diversas dimensões; qualificadas em ações multidisciplinares nos eixos da assistência estudantil, da cultura, do lazer e das atividades esportivas, com o objetivo de prover a igualdade de oportunidades aos estudantes da UFPE. **Oferecer ao discente condições materiais e psicológicas que assegurem o processo de formação acadêmica, o desenvolvimento de capacidade profissional e de cidadania** (UFPE, 2023, grifo nosso).

Para isso, contam com uma equipe multidisciplinar composta por médicos, enfermeiros, psicólogos/as, assistentes sociais e nutricionistas, a qual está alocada na sede do Núcleo de

<sup>2</sup> Resolução nº 15/2019-CEPE (p. 6)

Art. 22 Para a execução desta Resolução compete à DAE/PROAES:

I - realizar a seleção dos candidatos à PAE; II - realizar anualmente o acompanhamento do desempenho acadêmico dos beneficiários; III - reavaliar, quando necessário, a situação socioeconômica dos beneficiários, pelo Serviço Social; IV - cancelar a participação de beneficiário da PAE por infração ao disposto no § 4º do Art. 14 desta Resolução; V - coordenar a execução e fiscalização do cumprimento das normas desta Resolução.

Atenção à Saúde do Estudante - NASE, em Recife. A PROAES, por sua vez, funciona em um anexo ao lado da Reitoria junto à Diretoria de Esporte, Cultura e Lazer, à secretaria administrativa e ao setor financeiro. Importante salientar que o NASE materializa os dispositivos indicados pelo PNAES, Decreto nº 7.234/2010, referentes às ações na área de atenção à saúde, tais como: Acolhimento Psicológico; Centro de Testagem e Aconselhamento em Infecções Sexualmente Transmissíveis; Campanhas Sazonais de Promoção à Saúde e Vacinação; Treinamento em Grupo para Aprimoramento das Habilidades Sociais; Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. Cujo público-alvo são os/as discentes de graduação do campus Recife da UFPE que estejam inseridos na política de assistência estudantil da PROAES ou que comprovem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFPE, 2023).

Considerando a existência de três campi da UFPE – Recife, na sede Joaquim Amazonas; Caruaru, no Centro Acadêmico do Agreste (CAA) e Vitória de Santo Antão, no Centro Acadêmico de Vitória (CAV) – Cunha (2017, p. 87), aponta uma tendência da AE da Universidade em considerar as desigualdades sociais, no que diz respeito à distribuição de benefícios, número de estudantes assistidos e os valores das bolsas e auxílios: “[...] os programas são os mesmos, mas os recursos são distribuídos de forma a beneficiar os do interior, em função das necessidades diferenciadas, ou seja, por não dispor de RU e Residências Estudantis.”. Essa diferenciação pode ser melhor visualizada no Quadro nº 2, o qual apresenta a distribuição dos programas e seus respectivos valores por campus, além das alterações que vigoram desde março de 2022.

Outra tendência apresentada pela autora é a de retração das vagas para as bolsas e auxílios, dada a condição de déficit orçamentário da PAE/UFPE. Com a restrição dos recursos, a política não dá conta da ampliação do público da assistência, este que aumentou significativamente, por efeito da Lei de Cotas nº 12.711/2012. A qual dispõe, em seu Art. 2º que

As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, **no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas**, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições: I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o **caput** serão reservadas a **estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita**; e II - as vagas de que trata o **art. 1º da Lei nº 12.711, de 2012, serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência**, nos termos da legislação pertinente, em proporção ao total de vagas, no mínimo, igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade federativa onde está instalada a instituição, segundo o último

censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pelo Decreto nº 9.034, de 2017). (BRASIL, 2012, grifo nosso)

Consistindo assim, em um importante avanço no âmbito da política de ações afirmativas, esta que foi implementada nas instituições federais desde 2001. Conforme disposto em Silveira (2012, p. 42), tais ações “[...] buscam minimizar os efeitos das diversas formas de desigualdade social e a universidade exerce o seu papel de contribuir para a construção de uma sociedade democrática, expandindo o acesso ao ensino” haja vista que, a política de cotas corroboram para a igualdade, como bem aponta Castro (2008) apud Silveira (2012, p. 42) não no sentido “[...] da igualdade formal, mas material, a fim de se realizar, através de ponderações, a distribuição de bens sociais, tratando desigualmente os que se encontram em posições desiguais”. Daí a relação com a Política de Assistência Estudantil, esta que se configura, atualmente, enquanto política social indispensável para a permanência dos estudantes de baixa renda. Considerando que

[...] diversas expressões da questão social incidem nesses/as estudantes e seu grupo familiar: a insuficiência de recursos financeiros para a aquisição de material didático, e custeio de transporte e alimentação; dificuldades pedagógicas em decorrência das lacunas na formação do ensino fundamental e médio; necessidade de inserção no mundo do trabalho, mesmo que seja em atividades precárias, para contribuir na manutenção do grupo familiar e dificuldade de acesso às demais políticas sociais são alguns dos obstáculos vivenciados pelos/as discentes provenientes das classes populares. (CONSTANTINO, 2015, p. 99).

Entretanto, com o aumento da demanda em paralelo ao déficit orçamentário, a realidade presente é a de baixa qualidade e/ou insuficiência do atendimento ao público-alvo. Não obstante, Cunha (2017) enfatiza que a dificuldade orçamentária perdura desde a implantação da PAE no modelo PNAES, que iniciou de forma gradativa em 2011, impossibilitando a implementação de todas as ações de AE previstas no programa. Diante deste contexto, predominam as estratégias de pulverização dos recursos com a exclusão de vários programas e auxílios para a delimitação à programas como o antigo Bolsa Nível, o qual era fracionado em 4 (quatro) níveis de acordo com a faixa de renda do/a estudante, que não pode ultrapassar um salário mínimo e meio per capita familiar, tal “[...] adequação, como foi chamada pela gestão do programa, nada mais é do que um esfacelamento do orçamento da AE, perdendo a qualidade para a quantidade.” (CUNHA, 2017, p. 98).

A medida mais recente quanto à gestão da PAE foi o redimensionamento das bolsas e auxílios, através da Portaria Normativa nº 06 de 15 de fevereiro de 2022. Na qual está disposto que

Art. 1º As bolsas e auxílios da Assistência estudantil da PROAES passam a ter os nomes e valores constantes do Anexo I desta Portaria Normativa. § 1º O Auxílio Creche é regulamentado pela Portaria nº 02/2021, da PROAES. § 2º A Bolsa

PROMISAES é regulamentada pela Portaria nº 745/2012 do Ministério da Educação, que tem por base o Decreto nº 4.875/2003 do Ministério da Educação. § 3º O Auxílio Alimentação será pago, exclusivamente, a todos os estudantes beneficiários das Bolsas de Manutenção Estudantil 1 e 2 do Curso de Direito a partir do segundo período do curso - em virtude da ausência de Restaurante Universitário (RU) na Faculdade de Direito do Recife e do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV) - em virtude da ausência de Restaurante Universitário (RU) no Campus. § 4º O Auxílio Difícil Acesso - CAA será pago a todos os estudantes beneficiários das Bolsas de Manutenção Estudantil 1 e 2 do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), em virtude da localização do Campus ser fora do Perímetro Urbano da Cidade de Caruaru.

Art. 2º Os estudantes cadastrados nas bolsas e auxílios anteriormente à publicação desta Portaria, serão migrados automaticamente para as novas bolsas e auxílios, sem necessidade de participação em novo processo seletivo, conforme o Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de março de 2022.

Como descrito na própria portaria, esta foi implementada tendo em consideração “[...] a necessidade de reestruturação das nomenclaturas e valores das bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil da PROAES.” (UFPE, 2022, p. 1), sem explicitar os reais condicionantes. Assim, podemos observar a preocupação em “simplificar” a distribuição dos recursos, os quais se apresentam menos fracionados se comparado ao modelo anterior, e a criação de dois novos auxílios: o Auxílio Difícil Acesso, compensando o valor suprimido da antiga Bolsa Nível para os estudantes do CAA, e o Auxílio Internet.

#### **Quadro 2 - Redimensionamento das bolsas e auxílios da assistência estudantil na UFPE**

| <b>MODELO ANTERIOR</b>                                 |              | <b>NOVO MODELO</b>               |              |
|--|--------------|----------------------------------|--------------|
| <b>NOMENCLATURA</b>                                    | <b>VALOR</b> | <b>NOMENCLATURA</b>              | <b>VALOR</b> |
| BOLSA NÍVEL 4 + AUXÍLIO COMPLEMENTAR MORADIA REC.      | R\$ 700,00   | BOLSA MORADIA                    | R\$ 800,00   |
| BOLSA NÍVEL 4 + AUXÍLIO COMPLEMENTAR MORADIA CAA       | R\$ 700,00   |                                  |              |
| BOLSA NÍVEL 4 + AUXÍLIO COMPLEMENTAR MORADIA CAV       | R\$ 800,00   |                                  |              |
| BOLSA NÍVEL 4 + AUXÍLIO COMPLEMENTAR RESIDENTES RECIFE | R\$ 500,00   | BOLSA RESIDENTES                 | R\$ 600,00   |
| BOLSA NÍVEL 1 RECIFE                                   | R\$ 100,00   | BOLSA DE MANUTENÇÃO ESTUDANTIL 2 | R\$ 300,00   |
| BOLSA NÍVEL 1 CAA                                      | R\$ 200,00   |                                  |              |
| BOLSA NÍVEL 1 CAV                                      | R\$ 200,00   |                                  |              |

|                            |            |                                  |            |
|----------------------------|------------|----------------------------------|------------|
| BOLSA NÍVEL 2 RECIFE       | R\$ 200,00 |                                  |            |
| BOLSA NÍVEL 2 CAA          | R\$ 300,00 |                                  |            |
| BOLSA NÍVEL 2 CAV          | R\$ 300,00 |                                  |            |
| BOLSA NÍVEL 3 RECIFE       | R\$ 300,00 |                                  |            |
| BOLSA NÍVEL 3 CAA          | R\$ 400,00 |                                  |            |
| BOLSA NÍVEL 3 CAV          | R\$ 500,00 |                                  |            |
| BOLSA NÍVEL 4 RECIFE       | R\$ 400,00 | BOLSA DE MANUTENÇÃO ESTUDANTIL 1 | R\$ 400,00 |
| BOLSA NÍVEL 4 CAA          | R\$ 600,00 |                                  |            |
| BOLSA NÍVEL 4 CAV          | R\$ 700,00 |                                  |            |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (REC.) | R\$ 274,00 | AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO              | R\$ 300,00 |
| AUXÍLIO DIFÍCIL ACESSO     | -          | AUXÍLIO DIFÍCIL ACESSO           | R\$ 200,00 |
| AUXÍLIO INTERNET           | -          | AUXÍLIO INTERNET                 | R\$ 70,00  |

**Fonte:** Reprodução do quadro elaborado pela Proaes/UFPE (2022) com base nos anexos I e II da Portaria Normativa nº 06/2022.

Como disposto no quadro acima, a reestruturação consistiu principalmente na alteração dos nomes e valores das bolsas e auxílios, na criação de novos auxílios e na migração dos discentes assistidos para as novas bolsas. Assim, são disponibilizados no âmbito da Assistência Estudantil da Proaes/UFPE: o Programa de Bolsas e Auxílios de Manutenção Estudantil, o qual concede as bolsas de moradia e residentes aos estudantes de primeira graduação presencial, oriundos prioritariamente de escola pública, com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita e que não residem na Região Metropolitana de Recife.

A Bolsa Residentes consiste no repasse de recurso financeiro mensal para os/as estudantes de uma das Casas de Estudantes Universitários, com o valor atual de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para o custeio de parte das despesas com sua manutenção acadêmica, enquanto que a Bolsa Moradia consiste no repasse de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para o custeio de moradia (aluguel) e parte das despesas acadêmicas. Em ambos, as vagas são concorridas via participação em Editais do Programa de Moradia realizados, via de regra, semestralmente.

A Bolsa de Manutenção Estudantil 1 e 2, em substituição ao Bolsa Nível (1, 2, 3 e 4), equivale ao repasse pecuniário de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais), respectivamente, aos estudantes dos três campi. A definição da bolsa que o/a estudante classificado fará jus ocorre por análise dos critérios socioeconômicos.

O Auxílio Alimentação, por sua vez, que até 2019 concedia três refeições diárias (desjejum, almoço e jantar) no RU para os/as residentes das Casas de Estudantes Universitários, com o advento da pandemia da covid-19, consistiu no repasse de R\$ 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais) antes do reajuste para R\$ 300,00 (trezentos reais) em março de 2022, valor este que era destinado apenas aos estudantes do curso de graduação em Direito e do Campus Vitória (CAV) em virtude da distância física do Centro de Ciências Jurídicas e da ausência de um Restaurante Universitário, respectivamente. No campus Recife, o RU passou por uma reforma e tem previsão de reabertura em abril de 2023. Conforme noticiado pela Ascom/UFPE (2022)

O objetivo é requalificar a cozinha e ampliar o restaurante em mais 350 lugares, a fim de proporcionar aos estudantes mais conforto no horário de maior fluxo (12h às 13h). As modificações vão ampliar, em até 8.200 mil, a oferta de refeições por dia. A adequação da acessibilidade nas saídas do restaurante com a construção de rampas também está prevista. Quanto à ampliação, será construído um novo salão climatizado. O projeto de ampliação é da equipe da Diretoria de Planos e Projetos da Superintendência de Infraestrutura (DPP/Sinfra) da UFPE.

Ainda no *hall* dos programas de transferência monetária direta aos discentes, a PAE disponibiliza, via edital: o Auxílio Difícil Acesso, no valor de R\$ 200 (duzentos reais), para todos os estudantes do CAA beneficiários das Bolsas de Manutenção Estudantil 1 e 2, como complemento a essas, tendo em vista a localização fora do perímetro urbano da cidade e o Auxílio Internet, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) estudantes beneficiário/as das Bolsas de Manutenção Estudantil 1 e 2, como iniciativa de inclusão digital.

Além destes, as estudantes bolsistas da Assistência Estudantil nos três campi da UFPE, podem recorrer ao Auxílio Creche, instituído através da Portaria Nº 02/2021, o qual consiste na disponibilização de um Auxílio financeiro, no valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) integrado à Bolsa de Manutenção Estudantil, oferecido a estudantes que têm filho(s) na faixa etária de 0 (zero) até 3 (três) anos e 11 meses de idade, independentemente do número de filhos. São critérios para concessão e recebimento: disponibilidade de recursos financeiros; ser estudante bolsista da Assistência Estudantil da PROAES/UFPE; e ter filho(s) na idade de 0 (Zero) até três (03) anos e 11 meses, devidamente comprovado.

Diante do exposto, consideramos que embora o redimensionamento das bolsas e auxílios tenha significado uma aparente qualificação e ampliação das ações, a PAE acompanha

as tendências das políticas sociais, discutidas anteriormente, com a manutenção de ações seletivas e cada vez mais focalizadas em virtude do desfinanciamento da política. Podemos observar que a bolsificação ainda se constitui como um padrão da assistência estudantil, em entrevista<sup>3</sup>, a Assistente Social, servidora pública da UFPE, fez importantes considerações acerca dos principais desafios nessa área de atuação, que nos auxilia na compreensão de como tais tendências têm se expressado na dinâmica da PAE.

Tendo em vista que os/as assistentes sociais são os profissionais legitimados a atestar o grau de carência dos estudantes, sendo este o “[...] passaporte para o ingresso no aparato das exigências institucionais. E aqui reside, inclusive, uma das funções persistentes dentre as atribuições dos assistentes sociais: a triagem socioeconômica.” (SPOSATI, 2008, p. 30). Assim, a profissional relata que

São muitas as nuances e as especificidades da nossa atuação, mas falando especificamente da assistência estudantil, estas estão sempre associadas às condições de vulnerabilidade dos/das estudantes a possibilidade de acesso a condições de permanência na universidade. Hoje temos programas de incentivo à inserção dos/as estudantes neste espaço, mas precisamos pensar sobretudo nas condições de permanência. (ARRUDA; MEDEIROS, 2022, p. 2-3)

Para nós, hoje, **o maior desafio é que a gente consiga sair desse processo de bolsificação**, pois nós trabalhamos com editais, analisando o/a estudante, emitindo pareceres e afins. Por isso, levamos como pauta para a última reunião da gestão, a possibilidade de realizarmos uma formação com pessoas de outras universidades, a fim de estabelecermos um diálogo sobre alargar nossa atuação para além dos editais. Isso nos ajuda a pensar em outros projetos para os estudantes, que se somem aos de transferência de renda (ARRUDA; MEDEIROS, 2022, p. 3, grifo nosso)

Além disso, pondera acerca dos efeitos dos cortes orçamentários no âmbito da PAE, principalmente no período da pandemia do Covid-19

Outro aspecto são os recentes cortes do atual governo, que diminuiu e muito o número de bolsas, e impõe cada vez mais dilemas ao nosso trabalho, visto que a pandemia colocou muitas famílias em uma condição difícil e temos cada vez mais demanda para poucas bolsas. Diante disso, o que persiste, hoje, é a lógica de inserir o mais pobre do mais pobre. (ARRUDA; MEDEIROS, 2022, p. 4)

Os cortes aos quais a assistente social se refere tem se acentuado desde 2016 com a transição do Governo Dilma Rousseff para o de Temer, após o golpe. Tendo por principal determinante o desinvestimento progressivo do Ministério da Educação (MEC) com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, a qual congela, entre outros orçamentos, os investimentos da educação. Desde então as universidades têm enfrentado ataques ao seu funcionamento com as decisões governamentais realizadas nesses últimos seis anos, inclusive

---

<sup>3</sup> Material Didático elaborado para a disciplina Serviço Social e Processo de Trabalho no primeiro semestre de 2022 pelas discentes Maria Eduarda da Silva Arruda e Emmanuelle de Souza Medeiros.

no governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), cujo plano de governo previa poucas ações no âmbito da educação.

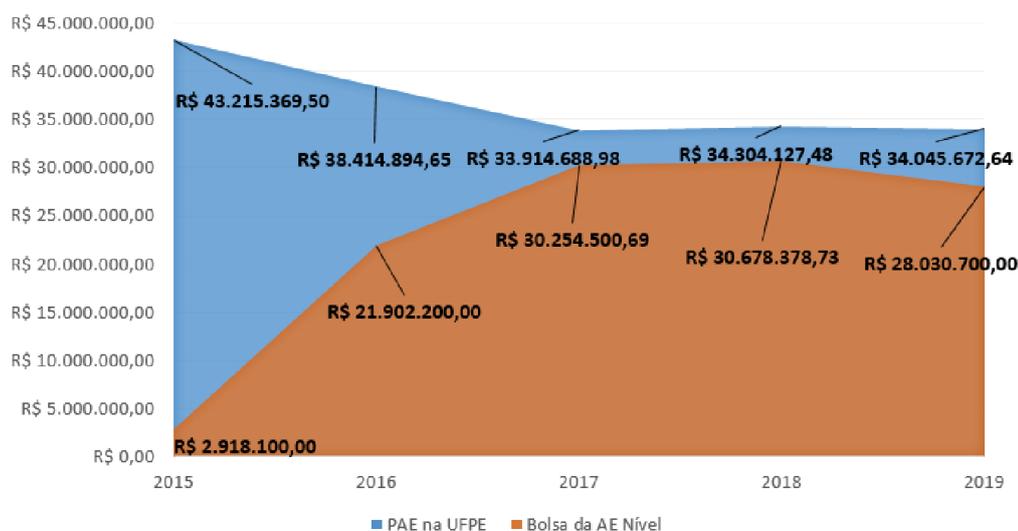
Segundo Sobreira (2016), cortes na assistência da UFPE atingem em cheio estudantes de baixa renda. A matéria, de 15 de agosto de 2016, aponta que as medidas prejudicaram cerca de 7,2 mil estudantes, os quais tiveram sua permanência na graduação posta em xeque, haja vista que no primeiro semestre de 2016 a UFPE apresentou redução de R\$ 3,4 milhões para as bolsas, estabelecendo um teto de R\$ 700 para os estudantes dos campi Vitória de Santo Antão e Caruaru e de R\$ 400 para os estudantes do campus Recife. Como exemplo, tem-se o depoimento do estudante de filosofia Felipe Ximenes, que teve seu auxílio negado no edital do primeiro semestre de 2016:

Meus pais têm renda inferior a um salário mínimo e meio. Estou no perfil que deveria ganhar auxílio moradia, mas ele me foi negado inicialmente. Durante todo esse semestre morei no Núcleo de Apoio a Eventos (NAE) da UFPE [...] quem mora no NAE é porque não tem outra opção. São quartos com oito pessoas, sem internet, sem local de estudo. Só cozinha e banheiro. É difícil ter uma vida acadêmica saudável morando lá. (SOBREIRA, 2023).

O NAE consiste num alojamento, com capacidade para 200 estudantes, que serve de apoio para eventos subsidiados ou não pela universidade, o local é disponibilizado para abrigar os participantes, além de ser uma alternativa para os estudantes que não foram assistidos pelos programas de moradia estudantil. Desde que seja comprovada a situação de vulnerabilidade socioeconômica, os que não possuem lugar para ficar podem alojar-se durante o período de 2 a 4 meses (SILVA; MENDONÇA, 2023). Como relatado pelo estudante, o NAE não possui condições para uma longa estadia, sua estrutura carece de segurança e condições higiênicas adequadas, consistindo numa última alternativa para os discentes que aguardam assistência.

Outro significativo ataque à educação, com rebatimentos na UFPE, foi o bloqueio de R\$ 55,8 milhões em 2019. Conforme, matéria do G1 PE, de 03 de maio de 2019, deste total, R\$ 50 milhões foram relativos à manutenção dos campi do Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão enquanto que os 5,8 milhões tinham como finalidade os investimentos, com isso a universidade alertou que se não houvesse o desbloqueio teriam sérias dificuldades para honrar contratos de manutenção, como energia elétrica, água, telefone, segurança, manutenção e conservação predial além de comprometer o ensino de graduação e pós-graduação.

**Figura 1** – Orçamento da PAE na UFPE e os recursos destinados para as Bolsas Níveis (2015-2019)



**Fonte:** Elaborado por Silva (2021, p. 52) com base nos documentos disponibilizados pela UFPE, 2021.

Silva (2021) observa que a partir do ano de 2016, em função dos impactos do corte financeiro do MEC e da diminuição do repasse de recursos para a UFPE, houveram reduções no orçamento da assistência estudantil na instituição. Conforme o gráfico acima, no ano de 2016, a AE teve redução de 11% no orçamento em comparação com o ano de 2015. Houve, nesse período, uma concentração dos recursos na antiga “Bolsa de assistência estudantil níveis 1, 2, 3 e 4”, com a diminuição dos valores destinados aos demais auxílios. (SILVA, 2021, p. 52).

Barros (2022), afirma que “À véspera de seu aniversário, UFPE só tem verba para funcionar até setembro após os cortes do MEC”, em matéria ao Brasil de Fato, dia 10 de agosto de 2022. A entrevistada Isa Sena, diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE) e integrante do Levante Popular da Juventude, relata

A gente teve recentemente o corte orçamentário de 7,2% que vem afetando grande parte das universidades e institutos federais de todo Brasil. Aqui no nosso Estado, não é diferente: a UFPE, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), os Institutos Federais (IFs), todos sendo afetados pelos cortes, correndo risco de fechar, de não conseguir fechar seus semestres a tempo (BARROS, 2022)

[...] a falta de verba para a instituição tem gerado uma cascata de consequências: a precarização da estrutura física, defasagem no número de bolsas, queda na produtividade científica e o estancamento das políticas de assistência estudantil que, somado à atual conjuntura econômica, finalmente descamba na evasão das salas de aula. “Os estudantes hoje têm que escolher entre colocar comida dentro de casa ou estudar. E o que é prioridade para o nosso povo é se manter vivo”. (BARROS, 2022, grifo nosso).

No mesmo ano, em dezembro, outra investida do governo de Jair Messias Bolsonaro, afetou diretamente a assistência estudantil da UFPE. Conforme matéria da TV Globo e G1 PE, de 07 de dezembro de 2022, o MEC obrigou a suspensão da assistência estudantil e pagamentos

de serviços de manutenção, em universidades e institutos federais, através de um decreto do governo federal do dia 1º que “zerou” a verba. A mesma estava disponível para gastos considerados não obrigatórios como bolsas estudantis, salários de funcionários terceirizados e pagamento de contas de luz e de água, consistindo num déficit de 33,4 milhões nas contas da UFPE. Como resposta à tentativa de fragilização das IFES, os estudantes da UFPE se mobilizaram na zona Oeste do Recife, em frente ao Restaurante Universitário (RU) e em um trecho da via local da BR- 101, interditando-a.

Portanto, as considerações acima apontam como a Política de Assistência Estudantil tem se expressado na Universidade Federal de Pernambuco. Assim como na maioria das IFES, a assistência ao estudante na UFPE está muito aquém da proposta pelo PNAES, seja em termos de cobertura, seja com a predominância de programas limitados à transferência de renda, que embora sejam cruciais para o atendimento de necessidades materiais mais imediatas, não dão conta de toda a complexidade que envolve as condições de permanência, a qual se manifesta em dois aspectos: material e simbólico. Cujas expressões serão apresentadas mais adiante, à luz das considerações verbalizadas pelos antigos estudantes.

### **3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DOS/AS ESTUDANTES: ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS**

Nesta seção, pretende-se apresentar a análise dos dados colhidos na pesquisa de campo, traçando o perfil dos ex-discentes e apresentando os marcadores sociais que os acompanharam durante a graduação, os quais foram determinantes para sua inserção nos programas da PAE. Além, de analisar como a política incide sobre os aspectos de renda, de socialização, de organização política, do desempenho acadêmico e da expectativa profissional dos discentes, os quais conformam uma visão de totalidade acerca da vivência em uma universidade pública federal, sobretudo na UFPE.

O primeiro entrevistado foi um homem cis hétero de 32 anos, cor parda, que mora com sua tia em Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife, desde 2006 após o falecimento de sua mãe. O mesmo, concluiu o ensino médio no ano de 2008 e cursou contabilidade nível técnico, mas não chegou a exercer a função, trabalhou na empresa Netuno Pescados e na antiga Contax, empresa de telemarketing, antes de ingressar na UFPE em 2016, por cota escola pública, no curso de Serviço Social. Na época, a renda familiar era proveniente do trabalho de sua tia como manicure, pois o mesmo encontrava-se desempregado, com sua inserção na PAE o mesmo teve acesso a antiga Bolsa Nível 4 e o direito às três refeições no RU. Esteve matriculado na universidade como graduando no período de 2016.2 a 2022.1 correspondentes aos anos civis 2016 a 2022, sem retenção.

A segunda entrevistada foi uma mulher cis hétero de 24 anos, cor parda, que no período da graduação residia na casa dos pais com seus irmãos em Glória do Goitá, região Zona da Mata de Pernambuco, a aproximadamente 65 km da capital. A mesma concluiu o ensino médio e ingressou na UFPE aos 17 anos, por cota escola pública, para o curso de farmácia. Neste período, a única renda familiar era oriunda do trabalho autônomo do seu pai como comerciante na Ceasa, com sua inserção na PAE a mesma teve acesso a antiga Bolsa Nível 3 e o direito às três refeições no RU. Esteve matriculada na universidade como graduanda no período de 2016.1 a 2021.2, correspondentes aos anos civis 2016 a 2022, sem retenção.

O terceiro entrevistado foi um homem cis hétero de 25 anos, cor branca, solteiro, e reside em Glória do Goitá/PE. O mesmo ingressou na universidade no semestre letivo 2016.1, através do sistema de cotas (escola pública) no curso Licenciatura Matemática que concluiu em 2021.1. Neste período, o principal provedor da renda familiar era seu pai através do trabalho como

agricultor e criador de animais, teve acesso tanto ao Auxílio Moradia quanto à Casa dos Estudantes e o RU no período de 2016 a 2022, no qual precisou prorrogar sua permanência no programa por mais seis meses.

### **3.1 Relação trabalho e assistência: a centralidade do critério de renda e os programas de transferência monetária**

Aqui pretende-se apresentar os efeitos dos programas de repasse monetário da PAE no contexto familiar e acadêmico dos discentes que, conforme expresso no Art. 5º do PNAES Lei nº 7234/2010, são, prioritariamente, oriundos da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. A presente análise terá por subsídios os relatos dos ex-bolsistas da PAE, as contribuições teórico-metodológicas de autores/as pertinentes às questões abordadas e a conjuntura política do país, com suas implicações sociais e econômicas.

Como ressaltado, é critério de atendimento que os bolsistas da PAE não possuam renda *per capita* familiar superior a um salário mínimo e meio. Observa-se que a renda possui maior peso dentre os critérios de análise socioeconômica dos estudantes, nos editais dos programas, visto que, além do estabelecimento de um teto (1,5 salário *per capita*), é considerado aquele/a candidato que apresenta menor renda, dada a realidade de retração das vagas.

Assim, diante da condição de baixa renda<sup>4</sup> dos bolsistas é pertinente nos atentarmos para as necessidades materiais dos estudantes, tanto as de cunho acadêmico quanto as de subsistência. A esse respeito, foi unanimidade entre os entrevistados a destinação de parte do recurso financeiro das Bolsas para o complemento da renda familiar, no sentido de suprir necessidades emergenciais ou de garantir um certo grau de independência financeira. É possível observar a preocupação dos estudantes em contribuir de alguma forma com as despesas familiares:

**[...] a partir do momento que entrou a bolsa nível aí já teve um impacto maior, porque aí foi um valor que dá para suprir, dava para complementar a renda, no sentido de ajudar para questão de mantimentos. Aí tem uma parte maior para isso, aí tem a parte das despesas pessoais passagem, xerox; as vezes é uma bolsa, necessidades assim... uma bolsa se rasgava, acabava, comprava outra e tal, então esses são os caminhos que tinha, é... livros, comprar um livro que tinha que comprar alguns livros... comprava com essa bolsa, então existia aí uns 80% para as despesas**

---

<sup>4</sup> São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário mínimo (R\$ 651,00) ou renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.906).

**familiares e 20% aí para a despesa pessoal né.** (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

Eu o administrava basicamente com alimentação, quando não dava tempo, coisas assim... que eu precisava no dia a dia, justamente para não sobrecarregar tanto meu pai, e para mim não era um complemento era um única Renda. **Quando eu comecei a ter acesso a assistência eu passei a não contar tanto com o meu pai, já que ele era a única fonte de renda da minha família né e minha mãe não trabalhava... então eu tentava fazer tudo com esse dinheiro,** na hora 300 reais era praticamente para tudo, então se eu precisava de algum produto de higiene, eu também comprava, alguma comida aqui na faculdade... já não contava mais com meu pai, como eu contava antes de receber a assistência, porque como ele é autônomo né, não tem assim... um padrão de salário. (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

Então a gente tem que dividir tudo com muita gente porque senão o dinheiro não dava, **e de alguma forma eu mandava algum dinheiro para minha mãe, para poder ajudar ela também...** e dava para administrar de alguma forma, tipo, aluguel, alimentação a gente somava tipo R\$ 200 de cada, cinco pessoas dentro da casa, pra fazer uma feira básica para poder passar a semana. (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática).

Como pode-se observar as pessoas responsáveis pela renda familiar dos ex-discentes estavam inseridas na informalidade, ou seja, sem garantia de um salário mínimo mensal. Com a inserção dos discentes nos programas da PAE, é criada uma expectativa com relação ao recurso financeiro, este que é diretamente transferido aos “bolsistas” que podem administrá-lo da forma que desejarem, conforme disposto em Constantino (2015, p. 102)

A escassez de recursos para o financiamento da assistência estudantil acarreta uma determinada maneira de gerir essa política, a qual se pauta pelo desenvolvimento de ações focalizadas nos mais pobres e centradas em serviços de natureza individual em detrimento das ações coletivas. Nesse contexto, os programas de bolsas e/ou auxílios assumem uma posição de destaque na política de assistência estudantil, **essas ações consistem na transferência de recursos diretamente para os/as estudantes,** os quais ficam “livres” para buscar no mercado a satisfação das suas necessidades.

Duarte Jr (2018) enfatiza que, a partir do ano 2000, o perfil das ações institucionais no âmbito da assistência estudantil tem sofrido significativas mudanças, como a prevalência de medidas de transferência de renda. Essas que, segundo o autor, são carro-chefe entre as demais e, por conseguinte, tem sido funcionais à reprodução do capital, pois

[...] mesmo sob a aparência de resolubilidade imediata para as vidas dos estudantes oriundos da classe trabalhadora, os referidos programas, também são funcionais ao capital, na medida em que injetam recursos diretos nas relações comerciais locais, ao repassarem os recursos financeiros para os estudantes e fomentarem a contratação de aluguéis e serviços de alimentação na iniciativa privada. (DUARTE JR, 2018, p. 8).

Além da retroalimentação do próprio mercado, através do fomento ao consumo nos comércios locais para o atendimento de necessidades relativas à dinâmica acadêmica, podemos considerar o papel que esses programas desempenham no complemento da renda familiar. Os relatos dos ex-bolsistas apontam para a insuficiência da renda, através do trabalho e dos auxílios assistenciais do governo, no que tange ao provimento de todas as condições de subsistência. Acerca desta questão, Almeida, Carmo e Silva (2013, p. 413) à luz da teoria marxista, enfatizam

que “[...] a lógica capitalista faz com que nem mesmo as necessidades básicas dos trabalhadores sejam supridas, como um bom salário para poder proporcionar uma melhor qualidade de vida, melhores condições de trabalho, menos exploração [...]”.

Tão pouco o Estado tem garantido uma plena proteção social, delegando à família “[...] a responsabilidade de prover as necessidades sociais de seus membros numa tentativa de reduzir ao máximo a dependência em relação aos serviços públicos demandados pela população.” (RETIZ, 2017, p. 7). Como referido anteriormente, os entrevistados possuem em comum o fato da pessoa responsável pela principal renda familiar desempenhar atividade informal/autônoma, o que potencializa os riscos de desproteção. Tendo em vista que se trata de

[...] um tipo de atividade econômica, ausente de direitos do trabalho, ou seja, não oferece as garantias e benefícios que só um trabalho com vínculos empregatícios, carteira assinada, pode proporcionar, tais como: férias, décimo terceiro salário, hora extra remunerada, FGTS, licença maternidade-paternidade, seguro desemprego, vale transporte, vale-refeição e outros direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. (DUARTE JR, 2018, p. 422).

Mas que se constitui como principal alternativa ao desemprego, pois como afirmam Almeida, Carmo e Silva (2013, p. 418) “O trabalhador vivendo um momento de necessidade, em busca de alguma renda para conseguir sustentar sua família, e sem ter um trabalho com a carteira assinada que o deixaria mais seguro, vai à busca de alguma atividade que lhe traga remuneração.” Assim, as ocupações como manicure, comerciante e criador de animais, por exemplo, ainda que apresentem suas vantagens, como a autonomia com relação aos horários de trabalho e possibilidade de ascensão, não contam com um “padrão de salário”.

Esse padrão é encontrado nos empregos formais, com o estabelecimento do salário mínimo, que conforme disposto no Art. 7º - IV da Constituição Federal de 1988, é

[...] aquele fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. (BRASIL, 1988)

Não obstante, os salários mínimos vigentes ao longo dos anos não correspondem à satisfação das necessidades elencadas na constituinte, tendo em vista a disparidade entre o salário mínimo vigente e o salário mínimo necessário. Observemos o quadro abaixo:

**Quadro 3** - Salários mínimos nominais e necessários entre dezembro de 2016 e dezembro de

2022

| Período | Salário mínimo nominal | Salário mínimo necessário |
|---------|------------------------|---------------------------|
|---------|------------------------|---------------------------|

|               |              |              |
|---------------|--------------|--------------|
| Dezembro 2022 | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.647,63 |
| Dezembro 2021 | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.800,98 |
| Dezembro 2020 | R\$ 1.045,00 | R\$ 5.304,90 |
| Dezembro 2019 | R\$ 998,00   | R\$ 4.342,57 |
| Dezembro 2018 | R\$ 954,00   | R\$ 3.960,57 |
| Dezembro 2017 | R\$ 937,00   | R\$ 3.585,05 |
| Dezembro 2016 | R\$ 880,00   | R\$ 3.856,23 |

**Fonte:** Quadro elaborada com base nos resultados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE, em 2023.

A pesquisa é realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a fim de apresentar como uma estimativa o que deveria ser o salário mínimo vigente. A mesma tem por base o Decreto lei nº 399, o qual dispõe que “[...] o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos”, em conformidade com o preceito constitucional supracitado (DIEESE, 2016, p. 10).

Diante do exposto, podemos inferir que existe uma forte relação entre o assistencial presente na PAE e o trabalho de modo geral, pois esta opera no interior da administração financeira das famílias – aqui em seu conceito ampliado – uma expectativa de renda com a qual os indivíduos podem “contar”, em determinado período do mês, com um certo grau de garantia, ou seja, é vista como uma renda padrão, ainda que limitada ao período de inserção do discente na instituição e nos programas da política.

Não podemos ignorar o fato de que as pessoas “chefes de família” com remuneração baixa, tiveram seus direitos negligenciados em algum momento da vida, principalmente no que se refere ao acesso à educação de qualidade, tendo em vista que o

[...] o sistema educacional que deveria ser um mecanismo de promoção e transformação social tenta camuflar as contradições existentes atendendo parcialmente e precariamente as demandas por educação e trabalho através de um

discurso firmado na inclusão social, porém uma inclusão que acontece dentro dos limites do sistema e para atender aos objetivos do capital. (RETIZ, 2019, p. 10).

Em consonância com isso, Gomes (2016) enfatiza que a universalização do acesso à educação, ainda que conferida como dever do Estado, na promoção e expansão quantitativa à toda a população, e com garantia de qualidade e bom rendimento, poucas pessoas conseguiam concluir o ensino fundamental, e tão pouco ingressaram no ensino médio. Assim, a condição de vulnerabilidade socioeconômica dos discentes é uma herança desse sistema que tem por base a desigualdade em suas mais diversas expressões (classe, raça, gênero, etc.), necessária para sua manutenção.

Por conseguinte, essa desigualdade está presente e em constante reprodução no ambiente acadêmico, uma vez que

[...] enquanto os filhos das classes dominantes e dos estratos médios da sociedade apenas dedicam-se aos estudos e às atividades relacionadas à formação, os filhos da classe trabalhadora são condicionados à formarem-se profissionalmente ao mesmo tempo em que se vêm obrigados a ocupar postos de trabalho para contribuir com a manutenção de suas famílias. (DUARTE JR, 2018, p. 5).

Não obstante, junto à desigualdade de classes, expressa por questões de renda, manifestam-se as disparidades com relação à raça, cultura, gênero e diferenças regionais. Segundo informações do IBGE (2010), apud Retiz (2017), enquanto que 66,6% dos estudantes brancos com idade de 18 a 24 anos frequentava o ensino superior, os estudantes pardos ou pretos correspondiam a apenas 37,4% de frequência no mesmo nível. Importante ressaltar que o maior número de pessoas frequentando o ensino superior são oriundas das classes com maior renda familiar per capita. No que tange a questões regionais, Gomes (2016, p. 5) observa, à luz de seu estudo interseccional sobre os modos de subjetivação dos/as universitários/as de origem popular, que

Para um/a jovem interiorano/a, que conquistou seu lugar na universidade, o trabalho de ascender socialmente, dá-se através da formação superior intelectual, obrigando-o a “se virar”, quando o mesmo não vem/tem o mesmo suporte econômico de jovens de famílias de “classe alta” (sic).

Contudo, dada a centralidade da rede de apoio – principalmente a família – nesse processo, podemos considerar a importância não só do apoio financeiro, mas também o apoio moral. Partindo do pressuposto de que para muitos pais e demais familiares o ambiente universitário lhes é estranho, é comum expressarem o desejo de que o/a jovem se insira o quanto antes no mercado de trabalho, priorizando o retorno financeiro mais imediato. A exemplo, temos o relato do ex-bolsista, morador do interior pernambucano e filho de agricultor e criador de animais:

[...] chegou o Enem, fiz o Enem. acho que nunca fui muito cobrado pelos meus pais com relação a isso, acho que até foi muito leve. **Meu pai de início que disse que era pra eu trabalhar porque o importante era ganhar dinheiro e não estudar**, e aí com isso tive mais motivação para poder passar. (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática).

Ao falar sobre seu processo de ingresso na UFPE, o jovem expôs o posicionamento de seu pai diante da realidade na qual ele já havia concluído o ensino médio e encontrava-se desempregado. Contudo, a partir do incentivo de uma amiga, ele cursou um pré-vestibular público em sua cidade, o qual frequentava todos os sábados e domingos até ingressar na universidade para o curso de Licenciatura em Matemática, de modo que encontrou no espaço acadêmico formas de suprir suas necessidades financeiras, recorrendo tanto aos programas da assistência estudantil quanto aos programas acadêmicos como residência pedagógica, o que contribuiu para o atendimento de ambas as necessidades: a formação profissional e a “renda”.

Sob outras condições, o entrevistado de 32 anos, morador de Jaboatão dos Guararapes, ingressou na universidade num lapso de tempo maior após concluir o ensino médio. O ex-discente retrata as experiências de trabalho que passou, das quais algumas são espectro da precarização do trabalho e demais tendências impostas pela atual fase de acumulação flexível do capital, a exemplo das empresas de telemarketing onde predominam-se altos níveis de rotatividade e incessante busca por produtividade, através das metas. Como podemos visualizar

[...] me formei em 2008 no ensino médio e fui direto para o curso técnico profissionalizante de contabilidade e acabei não exercendo na área [...] e aí fui para o telemarketing na época a Contax tava num *boom* gigantesco aí peguei esse período aí ... primeiramente a fábrica de peixe da Netuno que eu trabalhei na produção, depois foi a telemarketing em si três/quatro anos e tal, no intuito de conseguir o recurso para poder investir em concurso público. (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

O mesmo ingressou no curso de Serviço Social da UFPE em 2016, e assim que teve conhecimento se inscreveu nos editais da assistência estudantil, tendo sua inserção no antigo Bolsa Nível 4, que consistia no repasse mensal de um valor em pecúnia. O qual, segundo informado pelo entrevistado, pôde ser destinado para a reparação da infraestrutura de sua casa, o que evidencia a potencialidade assistencial da bolsa

[...] como teve essa grande importância da chegada da bolsa Nível fez com que a gente tivesse aí acesso a outros caminhos em outros meios né de poder aliviar lá em casa né os mantimentos lá de casa e é algumas questões de infraestrutura da casa né, por ser um pouco mais baixa e aí o teto de telha aí quando chovia muito acabava entrando água dentro de casa aí com isso deu para ajudar um pouco lá na casa. (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

Aqui não se pretende fazer julgamento acerca do que pode ser suprido ou não com o auxílio financeiro da PAE, tampouco descredibilizar os programas, é notório a importância dos recursos financeiros para a garantia da permanência material dos estudantes. O que se

problematiza é, justamente, a tendência que se opera nas IFES, em reduzir as ações de assistência ao estudante às bolsas e auxílios pecuniários, o que segundo Duarte Jr (2018, p. 12), provoca uma “[...] “mutação” de estudante universitário pobre, contemplado por programas de assistência estudantil, para ‘aluno-consumidor’”.

Outro fator agravante foi a pandemia da Covid-19 ocorrida entre o ano de 2020 e 2022, de modo que não podemos desconsiderar seus efeitos sobre a dinâmica do trabalho e do funcionamento das universidades. Contudo, é importante sublinhar que

[...] são as medidas econômicas e políticas demandadas pelo enfrentamento da crise estrutural que aumentaram a desigualdade e o desemprego para níveis alarmantes. Portanto, não é a pandemia da COVID-19 a responsável pela fome e pela miséria, por levar à morte os indivíduos pauperizados da classe trabalhadora, mas o próprio *modus operandis* do capitalismo, na efetivação diária do seu caráter destrutivo, sobretudo por possibilitar o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e a pauperização daqueles que produzem tal riqueza. (SOUZA, 2020, p. 08)

Não obstante, o distanciamento social, enquanto uma importante medida de contingenciamento do vírus, alterou significativamente as dinâmicas de trabalho, apresentando o *home office* e a suspensão de algumas atividades laborais como alternativas. As universidades, por sua vez, foram um dos primeiros espaços a suspender as atividades presenciais devido ao grande fluxo de pessoas que circulam todos os dias nos campi. A realidade pandêmica impôs desafios para toda a comunidade acadêmica, diante dos quais as ações da assistência estudantil consistiram em significativas medidas de enfrentamento.

No âmbito da PAE, houve a criação de algumas resoluções e portarias específicas para as ações durante a pandemia, com a permanência dos atendimentos psicológicos, apoio pedagógico, auxílio RU para todos os campi, além do edital de inclusão digital. Medidas estas que visavam atender as demandas da nova realidade, a qual foi expressa pelos ex-bolsistas da seguinte maneira

[...] como meu pai é autônomo e trabalha na Ceasa, as pessoas... elas não estavam indo lá comprar, ele não tava conseguindo vender, então assim foi bem... complicado, eu já tava no fim da graduação... então eu já ia perder o auxílio né. Só precisava apresentar o TCC e já tava finalizando o estágio, então passamos por alguns perrengues... E como tava tudo aumentando também acabou que esse dinheiro não fazia o mesmo efeito né para mim. **A continuidade da assistência de fato ajudou né... mesmo a gente não vindo presencialmente para a universidade... contar com esse dinheiro ajudou de alguma forma.** (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

Que teve gente mesmo que não tinha o computador né... então foi muito difícil, tipo esse dinheiro poderia ajudar a pessoa comprar um computador? Sim. Tô estudando em casa, mas esse dinheiro compra um computador, **como eu conheci pessoas que usavam o dinheiro para comprar um computador que era para poder estudar alguma coisa.** (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

E aí em 2020 como o RU fechou, teve a questão também da bolsa do RU que foi um auxílio complementar, ficou a bolsa nível, a bolsa do RU e o auxílio [Auxílio

emergencial do governo Federal], aí teve o complemento da renda, aliviou bastante. (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

O ano que eu entrei na política de bolsa foi no ano 2016.2, fui bolsista até 2021.1, eu peguei um pouco... peguei na verdade a pandemia toda, para mim foi de grande impacto receber o auxílio [...] (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática).

Em síntese, à luz dos relatos dos ex-alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil da UFPE (PAE), pudemos visualizar como as relações de desigualdade estão imbricadas no aumento pela demanda da assistência estudantil, haja vista a situação do mercado de trabalho, do aumento da inflação nos últimos anos e de todo o contexto de restrição orçamentária enfrentado pela política educacional, que conseqüentemente imprimem nos universitários os marcadores sociais que os definem como pessoas elegíveis para a inserção nos programas da assistência estudantil.

Diante do exposto, podemos considerar que a relação entre o trabalho e a assistência é intrínseca às determinações da PAE. Como exposto, as ações de assistência ao estudante têm se configurado enquanto compensatórias de carências, estas que são oriundas das condições de desemprego/subemprego e superexploração do trabalho, e que conseqüentemente repercutem nas condições de permanência dos/as discentes na universidade. Assim, a dimensão assistencial presente na maioria das políticas sociais, tem determinado o sentido dos programas e serviços da PAE, que não por acaso, refletem a tendência, das últimas décadas, do Estado e do capital intervirem sobre as condições de reprodução da superpopulação relativa através da transferência monetária, e dada a significância no processo de reprodução, das relações sociais, este tem sido o cenário, inclusive, das políticas educacionais.

### **3.2 Socialização e organização política dos/as estudantes: desafios e possibilidades**

Ingressar na universidade pública significa para muitas pessoas a realização de um sonho, que vem acompanhado com a esperança de ascensão social, através de um salário digno, acesso à direitos, de novas oportunidades de trabalho e de melhoria da condição de vida familiar, mas também se constitui no desafio de encarar as desigualdades reproduzidas neste espaço, que convenhamos não foi idealizado para a camada popular da sociedade. À vista disso, garantir a permanência dos/a estudantes pertencentes à essa camada tem se configurado como objetivo principal dos programas de assistência estudantil, no âmbito das IFES. Como discutido no tópico anterior, a transferência monetária, enquanto principal instrumento da PAE, tem sido

significativa no atendimento das necessidades materiais de permanência e reprodução social, numa perspectiva mais ampla.

Entretanto, autores/as observam que a permanência depende de um conjunto de condições que ultrapassam a esfera econômica. Santos (2009) apud Costa (2017, p. 16) considera a existência de duas categorias de permanência, as conceituando da seguinte forma:

A **permanência material** é caracterizada pelas condições objetivas de existência do estudante na universidade (comer, vestir, comprar material, etc.) e a **permanência simbólica** diz respeito às possibilidades que os estudantes têm de vivenciar a universidade, identificar-se com o grupo dos demais estudantes, ser reconhecido por estes e, portanto, pertencer ao grupo. (grifo nosso).

Assim, a permanência simbólica, segundo a autora, está relacionada à coexistência do estudante na universidade, o que implica considerar a necessidade/capacidade de socialização, esta que depende não apenas de fatores subjetivos, como a personalidade, mas de condições reais como a de construir vínculos com os demais discentes, ocupar os espaços para além da sala de aula e usufruir com qualidade as atividades acadêmicas. Para tanto, faz-se necessário ações de assistência ao estudante que estejam alinhadas à essas demandas, tendo em vista que

[...] para grande parte destes estudantes o ingresso na universidade é marcado pelo estranhamento. Trata-se de um mundo distante e distinto do seu (lembramos que muitos destes jovens são os primeiros da família a ingressar na universidade). Estes jovens “estrangeiros” ou outsiders, em geral vindos de um universo marcado pela escassez material e cultural, experimentam uma sensação de não pertencimento ao espaço acadêmico e para isso, muito contribui os tratamentos indiferentes, discriminatórios ou mesmo estigmatizante dos colegas de turma, às vezes sob forma de olhares, comentários, outras vezes, recusando a participação nos trabalhos de grupo, o que os deixam humilhados, ressentidos ou com um profundo sentimento de inferioridade. (SANTOS, 2009, p. 12 apud COSTA, 2017, p. 21).

A esse respeito, o relato da ex-bolsista elucida como os aspectos expostos acima se manifestaram na sua experiência acadêmica:

Entrar na faculdade era um sonho. Federal então... Eu me dediquei bastante, principalmente no terceiro ano do Ensino Médio, mas no primeiro período eu senti um impacto muito grande em relação às pessoas que vinham de escola particular [...] então assim eles viam coisa no terceiro ano principalmente na área de química que a gente dizia ‘meu Deus!’ eu nem cheguei perto de ver isso. (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

O impacto referenciado pela entrevistada, remete-se à sensação de inferioridade intelectual causada pela disparidade entre a educação básica particular e a pública, cuja realidade é determinada pela conformação da educação enquanto mercadoria, na medida em que a precarização da educação pública é funcional aos interesses da iniciativa privada. Além da problematização em torno da desigualdade de ensino, a entrevistada chama atenção para sua rotina cansativa, tendo em vista o período integral do curso e a distância entre a universidade e sua cidade no interior:

Então eu me senti muito inferior... mas eu acho que é só essa questão mesmo, que você... acaba que você fica mais tímido, você se sente incapaz, que é tudo novo e eu me sentia também muito cansada... por conta que eu tinha que chegar, sair de casa de 5:00 da manhã e chegar no fim da noite, então eu me comparava também com muitas pessoas que moravam aqui, só que eu não tinha condições de morar aqui... então eu tinha que me adaptar na minha realidade e isso também influenciava na questão social [aqui entendida como a esfera social da vida] porque eu não me sentia parte de alguns grupos, então eu não queria tá inserida naquele meio justamente por me sentir inferior. (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

Diante deste contexto, apreende-se que apenas a inserção da estudante no programa Bolsa Nível não lhe garantia a reparação destas desigualdades, “[...] o tempo que eu tinha livre às vezes o pessoal tava lá jogando né no pátio e eu não queria porque tinha que estudar mais do que o pessoal, porque eu ia chegar em casa ia dormir... pra acordar de 4h de novo.”, relata a entrevistada. Sobrinho (2010) apud Garrido (2015, p. 256), aponta que

Os jovens que escapam parcialmente dos constrangimentos mais duros da origem social e econômica precisam fazer um esforço muito maior que os estudantes procedentes de famílias de renda mais alta [...] As lacunas de formação cultural e os constrangimentos econômicos constituem pesadas desvantagens nas disputas por melhores lugares nos cursos de maior apreço econômico-social e, de um modo geral, nas formações sociais.

Assim, observa-se que abdicar dos momentos de socialização em detrimento da necessidade de um esforço maior em relação aos demais estudantes, escancara as desvantagens dos/as estudantes do interior ou que mesmo residindo na sede da universidade gastaram horas no trânsito. Embora aparente ser uma questão pessoal de estabelecimento de prioridades e responsabilidade individual, a socialização consiste numa etapa importante para o desenvolvimento pessoal e educacional. O terceiro entrevistado enfatiza a dificuldade em residir longe da família: “Foi uma dificuldade sair da casa dos meus pais para ir para morar em apartamento”; questão essa que costuma influenciar na rotina e decisões dos/as estudantes, ainda acrescenta:

Eu tentava ir para Glória [cidade de origem] pelo menos duas vezes na semana e eu evitava de ficar o final de semana aqui em Recife, porque o que mais me tocou, me machucou, foi tá distante da minha família, então para mim era muito difícil e pra eu me adaptar dessa forma, no começo é muito difícil, então, eu fazia de tudo para... Inventava desculpa na verdade para estar em Glória para poder de fato passar vínculos de amigos que eu tinha... Então para mim ficar em Recife era uma necessidade mas era uma necessidade que me machucava muito. (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática).

Em conformidade à ideia de permanência simbólica apresentada por Santos (2009), outros autores reconhecem as particularidades desta fase de ingresso na universidade, ainda mais quando se trata da inserção de indivíduos pertencentes à camada popular. Acerca dessa questão, Almeida et al (2012) apud Garrido (2015, p. 9) aponta: “Além de ter de se adaptar às regras institucionais, muito diferentes daquelas vivenciadas até então, o estudante se vê

obrigado a construir uma nova rede de relações sociais e formar grupos que lhe propiciem suporte afetivo e social naquele contexto inicialmente desconhecido.” O que evidencia que essas questões não podem ser desconsideradas durante as implementações dos programas e serviços da PAE. No que diz respeito à assistência estudantil, Garrido (2015, p. 12) enfatiza que

[...] as medidas adotadas pelas IES ainda não alcançam uma ampla cobertura e restringem-se, quase sempre, a minimizar dificuldades de natureza material da população discente. Vê-se que, a despeito da existência de uma legislação voltada para a assistência estudantil, conforme já foi dito, ações concretas precisam ganhar mais impulso.

O autor, ainda que reconheça a importância das bolsas e auxílios, chama atenção para a necessidade de outros dispositivos de enfrentamento à escassez material, apontando ações que podem subsidiar os discentes, a saber: acolhimento, orientação, assistência psicopedagógica, dentre outras. No que tange à essas ações, no âmbito da UFPE, é válido ressaltar a execução destas, ainda que timidamente, pois a cada edital dos programas de moradia são realizadas palestras e dinâmicas de grupo com os novos bolsistas, além do acolhimento por parte dos antigos moradores nas Casas dos Estudantes, o que facilita o processo de mudança e criação de vínculos com os profissionais e demais bolsistas. Além disso, o Núcleo de Saúde do Estudante (NASE) tem disposto de atendimento psicológico, odontológico e clínico geral, juntamente com apoio pedagógico, cujas implicações serão melhor discutidas no próximo tópico.

Além das atividades desenvolvidas pela equipe de profissionais da Psicologia e do Serviço Social, durante o processo de inserção dos/as estudantes nos programas, outras ações têm se demonstrado significativas não apenas para o processo de socialização, mas também de tomada de consciência política em defesa da educação superior, da AE e demais pautas recorrentes no ambiente universitário. Esses espaços consistem nos Diretórios acadêmicos (DA's), Movimento da Casa dos Estudantes (MCE), Diretório Central dos Estudantes (DCE) e mobilizações mais pontuais como assembleias, panfletagens, etc. Não obstante, a relação dos/as estudantes com esses espaços ocorre de diferentes formas, como expresso nos relatos abaixo:

[...] eu participava só se fosse para sair na rua... nos atos assim, tipo teve o departamento de farmácia quando pegou fogo né, aí a gente fez um grande movimento então eu participei, mas diretório, algo mais concreto não, assim eu participava de ato que envolvesse o departamento ou para os estudantes. (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

[...] tem gente que tem vergonha, tem gente que não quer estar nesse meio, aí diz “ah eles vão resolver” então assim “ah se eles resolverem vai me beneficiar também não vou precisar ir...” Também tem gente que não quer colocar a cara para essas coisas, assim eu **acho que a maior dificuldade é o apoio mesmo da classe estudantil e também de alguns docentes daqui.** (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

Assim, observa-se que muitos fatores influenciam na adesão ou não às mobilizações organizadas pelos universitários, fatores os quais podem estar relacionados a condições subjetivas, como a vergonha e a timidez, ou concretas como a falta de “tempo livre”, embora a subjetividade seja determinada também por condições objetivas. Acerca disto, Maia e Teles (2018, p. 39) caracterizam os jovens – aqui remete-se à figura do/a jovem estudante – como pessoas que “[...] dispõem de mais tempo e liberdade para contestar, lutar e agir politicamente”, mas apontam que essa realidade varia a depender da classe social, tendo em vista que os jovens das camadas populares encontram mais dificuldades, o que se demonstra contraditório pois, “[...] são os que mais necessidade tem de entrarem na luta, justamente pelo fato de suas condições de existência ser mais precárias”. Assim, é imperioso discutirmos as implicações que a inserção dos discentes na Política de Assistência Estudantil têm produzido para a mitigação dessas dificuldades. Para tanto, observemos os seguintes relatos:

Eu não sou muito de movimento, eu acho que foi até um problema para mim não ser, um problema não, acho que às vezes... **eu que fui um cara que tanto precisava das políticas da Universidade, às vezes eu não tinha tempo, às vezes eu negligenciava** muitas das vezes, mas quando estava fora da universidade, **quando estava morando em apartamento era mais difícil**, porque não sabia de tanta realidade do que a gente passava, a gente no contexto dos meninos, dos estudantes... **então, quando eu vim na casa [Casa dos Estudantes] eu comecei a enxergar a política pública como uma necessidade, porque se nós não brigássemos pela nossa melhoria, quem iria... quem ia brigar por nós?** (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática)

[...] eu não era a pessoa que ia mobilizar nas ruas, na Reitoria... nunca que me envolvia com DA's, nem com o diretório acadêmico, nem com diretório estudantil, mas eu sempre estava na reunião para prestar atenção, de fato e quando eu fosse falar com pessoas que não esteja na área, não saiba o que é uma política pública... eu ter o nivelamento, a forma de mostrar de fato que isso é importante para os estudantes e para a sociedade de alguma forma. (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática)

O entrevistado em questão, mora no interior de Pernambuco e acessou diferentes modalidades de moradia durante a graduação, o mesmo foi realocado da Bolsa Moradia, que consiste no repasse financeiro para o pagamento de aluguel e custos com as demais despesas, para a Bolsa Residência que consiste na vaga em uma das três Casas dos Estudantes e um valor em pecúnia. Logo, por se tratarem de duas experiências bem distintas, dada as particularidades que as casas dos estudantes apresentam, o ex-bolsista enfatiza a tomada de consciência que obteve ao mudar de uma realidade para a outra.

Além disso, o mesmo ressalta que embora não tenha atuado ativamente dos espaços políticos, sempre esteve acompanhando as pautas discutidas, haja vista que para a própria manutenção e organização das Casas dos Estudantes é de suma importância a realização de assembleias e formação das diretorias das casas, estas que atuam como intermediação entre os moradores e os servidores públicos, que compõem o corpo técnico da PAE, e como

representação das casas nos espaços de controle social, como as reuniões com os Reitores e Pró-reitores das universidades podendo representar o próprio Movimento de Casas dos Estudantes (MCE).

Uma outra realidade, é a do entrevistado graduado em Serviço Social, o qual teve antes de seu ingresso na universidade experiências de socialização de cunho político, o mesmo participou voluntariamente das ações desenvolvidas em prol da biblioteca pública da Cidade de Jaboatão dos Guararapes, além de frequentar a universidade para assistir palestras. Seu contato com os espaços políticos se deu ainda na fase inicial do curso, quando o mesmo já estava inserido na PAE:

Eu participei do DA de Serviço Social em 2016. Já tinha achado interessante porque já tinha um coletivo naquela época aí a gente ganhou a eleição em 2017, e aí foi na gestão Mariele Franco, eu participei como um dos diretores do diretório acadêmico de Serviço Social. Então foi naquele período entre pós ocupação na universidade que teve contra os cortes de Temer, aí a gente se organizou para poder participar como diretoria e a maioria foi o pessoal da minha sala, que já tinha uma noção assim muito maior que eu de, em questão de movimentos. (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

**[...] eu já era bolsista e isso me ajudou mais na questão de tempo, eu tive tempo [...] pra poder intervir nas questões relacionadas à assistência estudantil, enquanto diretor da UEP, diretor do DCE e um dos participantes do DA na época,** então a bolsa fez com que eu não precisasse ter um trabalho informal pra poder sabe, ocupar o meu tempo, eu ocupava o meu tempo exclusivamente com universidade (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

Como destacado acima, a inserção do estudante na PAE lhe propiciou tempo para dedicar-se às atividades políticas desenvolvidas na universidade, lhe isentando de recorrer ao trabalho para atender suas necessidades. Embora a experiência acadêmica dos/as estudantes seja única, muitos aspectos em comum fazem-se presentes, a exemplo da própria condição enquanto bolsista. Uma vez que para esses estudantes a assistência estudantil trata-se de um objeto de representação social. Nesta perspectiva, Dutra (2015, p. 74) à luz de Nascimento (2013), considera que

[...] a assistência estudantil constitui um objeto de grande relevância cultural para os mesmos, sobretudo no atual contexto sociopolítico do país, estando consistentemente implicado nas práticas sociais desses grupos, tais como nas discussões e debates elaborados, na sua operacionalização nas IFES, na vivência enquanto demandantes e usuários, e na proposição e construção de políticas governamentais a ela relacionadas.

À vista disso, a assistência estudantil tem sido bandeira de luta dos movimentos em defesa da educação. Como enfatizado pelo ex-discente, o ano de 2016 foi marcado por significativas mobilizações estudantis em todo o país. No âmbito da UFPE, a mais significativa foi o Movimento Ocupa UFPE, que lutou não só pelas pautas de interesse estudantil como

paridade, assistência estudantil, transparência, segurança e melhorias nas condições de infraestrutura, mas também contra as propostas contrarreformistas do governo Temer. (DUTRA, 2020). Para tanto, alguns esforços empreendidos para a organização do movimento, bem como os principais desafios foram relatados pelo entrevistado:

[...] sobre essa questão das mobilizações estudantis eu participei da ocupação que teve em 2016 lá no CE, basicamente foi o que teve maior concentração dos estudantes, e ali se deu os processos de ocupação no sentido mais de convocar os estudantes para poder lutar contra os cortes, como diretor do DCE passar nas salas, na área II... ali naquela região mais da matemática, da engenharia, para poder chamar o pessoal e poder conscientizar sobre a importância da universidade pública da manutenção do orçamento público. (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

Enquanto gestão do DCE na época quando eu fiquei mais focado ali na questão de tá ali CTG, área II, CIN, essa região mais que a galera tem um pouco mais de receio de entrar é, e também porque já tinha acontecido um episódio na época da ocupação que foi até publicizado no *facebook* na época que foi a tentativa que eles disseram de invasão dos estudantes do CE, CFCH e do CAC, para ocupar o CTG aí a galera lá de dentro foi contra aí foi uma confusão danada saiu até vídeo na época, foram ocorrências isso antes da minha gestão no DCE, aí uma das preocupações que a gente tem e que eu tive na época foi justamente tentar encontrar formas de fazer com que os estudantes entendessem a importância do curso deles no contexto social brasileiro. (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

Dutra (2020, p. 71) enfatiza que “O Ocupa UFPE foi formado por comissões de comunicação, mobilização, alimentação, segurança e limpeza. Essa estrutura foi utilizada como estratégia para estabelecer a contribuição de cada estudante nas atividades.” Logo, a dinâmica apresentada no relato do ex-discente demonstra o esforço em não sobrecarregar os/as estudantes envolvidos/as. A autora chama atenção também para o caráter democrático do Movimento

Os sentidos democráticos das ocupações estudantis se desenvolveram a partir da construção do currículo e também da articulação do movimento com a comunidade. Quando falamos de democracia, nos referimos, principalmente, às formas de participação enquanto dispositivo de ações coletivas no processo de tomada de decisão. Nas instituições de ensino, a mesma é colocada em prática no tocante à participação dos (as) alunos (as), através de instrumentos que possibilitam a inserção de sujeitos que são frequentemente excluídos desse processo. (DUTRA, 2020, p. 68)

No caso da ocupação nos centros da UFPE, os instrumentos democráticos foram criados pelos próprios estudantes, muitos dos quais estavam tendo a primeira experiência com assembleias e demais ações do movimento (DUTRA, 2020), esse primeiro contato com os espaços de deliberação estudantil nos remete à primeira discussão acerca do processo de socialização nas universidades. A esse respeito, Sposito e Tarábola (2016, p. 1013) partem da concepção de que toda socialização é política, pois “[...] a forma pela qual a interiorização das normas sociais atualizaria posições e disposições de classe, sexo e raça, demonstra o sentido amplo que as relações de poder podem obter em uma sociedade”. Em alusão à essas questões, o entrevistado relata:

[...] eu acho que eu me desenvolveria muito mais, me ajudaria no processo de timidez se eu tivesse a oportunidade de exercer a função como diretor de pesquisa e extensão do DCE na época e essa foi uma lacuna muito grande assim, e desse período eu fui eleito um dos diretores da UEP e aí sim eu tive toda uma dinâmica a mais, porque é um contexto mais burocrático.

O aspecto burocrático, enfatizado pelo entrevistado, refere-se justamente à lógica burocrática presente nas instituições, inclusive as de organização estudantil. Essa lógica consiste basicamente na divisão entre dirigentes e dirigidos, o que dificulta tornarem-se espaços de discussões, ações e deliberações estudantis efetivas. Diante desse contexto, consideramos a necessidade de avançar em estudos que discutam as raízes dessa burocratização.

Logo, a nível de conclusão desta primeira aproximação com a temática, consideramos que a socialização e organização política são instâncias da vida universitária que se contemplam. Para uma efetiva permanência, faz-se necessário não apenas ter suas necessidades materiais atendidas, mas sobretudo sentir-se pertencente à esse espaço chamado universidade, que como discutido inicialmente é um ambiente de reprodução das desigualdades, próprias da ordem social vigente, que incidem suas marcas sobre a trajetória de vida dos/as discentes de modo que são transparecidas no cotidiano acadêmico, através das disparidades de acesso e oportunidades entre as classes que compõem o corpo discente.

Neste ínterim, as organizações políticas existentes na universidade têm sido um importante espaço de socialização e de denúncia dessas desigualdades, ainda que limitadas pela burocracia, suas mobilizações podem contemplar pautas que visem não só a defesa dos direitos conquistados em termos da educação superior, como um todo, e da assistência estudantil, mais especificamente, como também a ampliação destes, a fim de atenderem às novas e velhas demandas, no sentido também de ampliar o conceito de assistência estudantil e efetivamente operacionalizar uma política voltada para todos/as estudantes.

### **3.3 Aproveitamento acadêmico e expectativa profissional dos/as estudantes: limites e contribuições**

A perspectiva crítica marxista, no que tange à educação, nos possibilita considerar que o processo ensino-aprendizagem está permeado por interesses de classe, haja vista que, conforme Marx e Engels (2011) o sistema de ensino consiste numa qualificação da força de trabalho que tem por objetivo máximo integrar os indivíduos no sistema (ordem social), sendo este o único meio de aproveitar sua força de trabalho. Em síntese, é através da educação que se

“[...] reproduz o sistema dominante, tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo” (Idem, p. 14).

À vista disso, é válido reiterar que a mera expansão das vagas no ensino superior, via programas como o REUNI, SISU e o sistema de Cotas, passaria a ser questionada em sua eficácia se abrisse mão da assistência estudantil, gerando evasão. Pois, a universidade, assim como outras instituições de ensino, trata-se de um local privilegiado para dar visibilidade aos problemas sociais, inclusive às expressões da desigualdade de classe. Diante dessa realidade, permeada por determinações econômicas e sociais, é reconhecida pelo Estado a necessidade em não apenas ampliar o acesso, mas, sobretudo, garantir a permanência destes novos estudantes, pertencentes às camadas populares. A respeito disso, Souza (2017, p. 132) declara que

À assistência estudantil é ainda conferida importância por sua capacidade de ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência de segmentos da população que não têm inserção no espaço educacional, devido a sua desigual posição de classe. E com isso, busca-se reparar uma incômoda condição limitadora de acesso à escola de legítimas demandas, ou resgatar uma persistente “dívida social”.

A persistência dessa dívida social ocorre justamente pela reprodução das desigualdades, inerentes ao modo de produção capitalista, operada inclusive no ambiente acadêmico, através da legitimação da meritocracia, dos “dons individuais” e da conformação de uma hierarquia entre os cursos. Assim, no que tange ao papel da assistência estudantil diante dessa realidade, a autora reconhece que

[...] a política de assistência estudantil, ao levar em conta as posições desiguais dos estudantes, corrobora o entendimento de que o desempenho acadêmico não pode ser identificado exclusivamente pelo processo ensino-aprendizagem, mas que há determinantes sociais e econômicos que influenciam, preponderantemente, neste processo e no percurso educacional. (SOUZA, 2017, p. 143).

Esses determinantes sociais e econômicos constituem base de análise de vários autores que tratam da temática, assim consideramos neste momento uma revisão de literatura acerca dos principais aspectos considerados pertinentes ao estudo, tendo por subsídios não só os novos relatos das entrevistas, mas também os apresentados nas discussões anteriores. Tendo em vista que os entrevistados expuseram em seus relatos a condição destes enquanto oriundos da rede pública de ensino, filhos de trabalhadores autônomos/informais, moradores das cidades interioranas.

Segundo Ferreira (2009), um dos fatores determinantes do rendimento acadêmico é o deslocamento do/a estudante do seio familiar e das amizades, que comumente ocorre em razão das exigências da vida universitária, principalmente quando os/as discentes são de cidades interioranas e gastam muito tempo para o deslocamento até o campus, optando por residir na

cidade sede. Com a alteração das relações socioafetivas provocadas por essa separação, os estudantes podem ficar desestabilizados emocionalmente, junto a essa questão, outras como o novo ambiente, e novas exigências e responsabilidades influenciam o desempenho e o desenvolvimento psicossocial dos universitários.

Costa (2016), considera a qualidade de vida como um fator relevante para o aproveitamento educacional, e aponta enquanto resultados mensuráveis deste determinante: “[...] performance acadêmica, tempo para a graduação, satisfação do estudante e persistência institucional, conduta em classe, relações sociais, envolvimento extracurricular, interação entre pais e estudantes e conflitos com colegas de república.” (p. 357). A autora se baseia nos estudos de Dias (2008), esquematizados no quadro abaixo, para dar uma definição do que é qualidade de vida: “[...] do ponto de vista objetivo é a capacidade de qualidade às questões consideradas essenciais, qualidade no ambiente físico e social. Enquanto do ponto de vista subjetivo é a avaliação que cada um faz no conjunto de elementos que ele valoriza ou pode valorizar.” (p. 355).

**Quadro 4** – Dimensões objetivas e subjetivas da qualidade de vida

| Dimensões objetivas  | Dimensões subjetivas  |
|--|---|
| Saúde física e mental<br>Condições de habitação<br>Tipo de alimentação<br>Acesso a bens de consumo essenciais<br>Acesso a bens culturais Integração familiar e social<br>Acesso à participação cívica<br>Escolarização<br>Profissão<br>Rendimento suficiente | Essas dizem respeito à forma como a pessoa avalia a sua qualidade de vida, e a avaliação subjetiva pode não coincidir em alguns casos com a avaliação objetiva, feita pelos especialistas, visto que se privilegia o aspecto qualitativo em detrimento do quantitativo. É por isso que se privilegia o bem-estar geral da população |

**Fonte:** Dias (2008) apud Costa (2016, p. 355).

Não obstante, a autora aponta a existência de fatores que interferem no rendimento acadêmico que podem estar ou não relacionados à qualidade de vida do/a discente. De modo que os impactos da PAE no aproveitamento educacional dos/as alunos/as não podem ser tratados de maneira isolada. Em conformidade às questões abordadas até o momento, Suehiro (2006) apud Andrade e Teixeira (2017), apresenta que o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes envolve tanto questões pessoais e internas, no caso dos fatores

orgânicos, cognitivos, afetivos e motivacionais, quanto os aspectos relacionados à família, ao grupo social pertencente e ao ambiente escolar.

Outra importante contribuição encontra-se nos resultados obtidos na recente pesquisa desenvolvida por Julião, Pereira e Ferreira (2022) acerca do impacto do PNAES no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. Ao observarem a necessidade de um estudo que contemplasse todo o país, os dados foram coletados no banco de micro dados do ENADE, disponíveis no site do INEP, considerando critérios<sup>5</sup> próprios. Nesta perspectiva, os autores construíram a hipótese de que a política de assistência estudantil impacta positivamente no desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda. Pois, conclusões de estudos anteriores, apontaram que menores níveis de renda influenciam negativamente o desempenho acadêmico, assim; a PAE, ao atender principalmente os/as estudantes de baixa renda, mediante transferência monetária, altera o nível da renda; e, por conseguinte, aumentam-se as possibilidades de um bom desempenho acadêmico.

Além dos efeitos da renda, os autores constatam que cursar todo ou maior parte do ensino médio em escolas públicas reduz o desempenho acadêmico dos estudantes, não por acaso constitui-se como prioridade de inserção na PAE os/as alunos/as oriundos da rede pública de ensino. A disparidade na qualidade do ensino, tão referida nos relatos dos ex-bolsistas, nos remete também ao déficit educacional, o qual, segundo Dias Sobrinho (2010) apud Julião, Pereira e Ferreira (2022), perdurou no país durante décadas e juntamente com a privação do acesso à bens materiais fez com que apenas uma mínima parcela da população de baixa renda tivesse condições de ter um longo percurso escolar com qualidade, provocando o que o autor denomina de ciclos intergeracionais da educação e renda.

Ou seja, quanto mais acesso à educação maior a renda, ao mesmo tempo que quanto maior a renda mais condições de acesso à educação de qualidade, de modo que sempre se mantém a hierarquia de uma classe sobre a outra. Ainda que pessoas das classes populares acessem a educação superior sempre terão que se esforçar mais para driblar as dificuldades impostas pelas desigualdades tanto de classe quanto de raça, de gênero, e outras.

Além dos efeitos das bolsas sobre o nível de renda dos discentes, outro importante fator é a disponibilidade de tempo, como discutido anteriormente, os bolsistas principalmente os

---

<sup>5</sup> A amostra é composta pelos dados de estudantes das Universidades Federais brasileiras que realizaram o exame no ano de 2019. Foram excluídas as observações dos estudantes que não compareceram e não responderam, toda ou parte da prova, e as observações que não possuíam todas as informações necessárias para o estudo. Assim, a amostra final é totalizada por 49.457 estudantes de 63 Universidades (JULIÃO; PEREIRA; FERREIRA, 2022, p. 213).

inseridos nos programas de moradia, tem a condição de residir próximo à universidade além do acesso ao Restaurante Universitário, esta condição pode favorecer ao estudante na medida que ele economiza tempo com deslocamento e preparação das refeições. Sem desconsiderar outros fatores, podemos deduzir que isso provoca um efeito positivo, haja vista que

[...] quanto mais tempo o estudante se dedica aos estudos, maior o desempenho acadêmico, possuir alguma modalidade de bolsa acadêmica, seja bolsa de iniciação científica, bolsa de extensão, bolsa de monitoria/tutoria, bolsa PET ou outro tipo de bolsa acadêmica também proporciona efeitos positivos no desempenho acadêmico. (JULIÃO; PEREIRA; FERREIRA, 2022, p. 219)

As bolsas supracitadas referem-se aos programas acadêmicos, estes que “[...] destinam-se a todos os estudantes, desenvolvidos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, de natureza técnico-científica, regido por critérios de seleção e manutenção, por destinar bolsas de caráter acadêmico.” (SOUZA, 2017, p. 139). Para dedicar-se a esses programas o discente precisa ter horários semanais disponíveis, o que para muitos isso não é uma realidade, dada a dupla, tripla jornada que, principalmente as mulheres, possuem. Como enfatizado pela entrevistada:

Em relação ao desempenho acadêmico eu acho que foi significativo é... porque você tendo esse apoio mesmo que não seja o suficiente, lhe dá um ânimo a mais né porque principalmente... pessoas que estão no curso integral porque passar o dia aqui é bem difícil. (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

[...] a assistência ajuda né, porque tem pessoas que realmente tem que trabalhar e estudar, então a assistência ajuda muito, porque não precisa atrasar o curso... sabe? Eu vi a pessoa tendo que tirar a disciplina porque chocava com o horário de trabalho e acaba que termina o curso com 7 anos, 6 anos, porque precisa trabalhar seja porque tem que se manter, manter um filho... (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

Outrossim, diante das demandas que cada curso possui e sua tamanha variedade é difícil mensurar aqueles que exigem mais ou menos dos discentes, porém um fator importante para tratar essa questão é justamente o turno, alguns cursos como o Serviço Social possuem duas entradas e são ofertados nos turnos da manhã e tarde, condição essa muito contestada pelos estudantes que necessitam trabalhar e indicam o turno da noite como mais acessível, consiste numa questão a ser trabalhada mais a fundo para compreender os efeitos que essa mudança provocaria. Além disso, muitos cursos, principalmente da área da saúde, são integrais e exigem maior tempo em sala de aula, como Farmácia, por exemplo. A respeito dessa questão, os relatos abaixo ilustram duas experiências:

**Eu participei do UFPE no meu quintal, o programa de extensão incrível,** em Tormenta, a gente foi falar sobre a reforma previdenciária porque era uma novidade era uma mudança, eu e minha colega falou como seria a reforma da previdência... foi uma experiência incrível assim, além de conhecer novas pessoas do projeto, então a UFPE no meu quintal **foi o único projeto de extensão que eu participei com mais afinho, mas que assim, serviu pra vida toda... eu hoje sinto saudade um dia voltarei lá na cidade.** (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

Eu não conseguia né, fazer iniciação científica PIBIC, porque... por conta do tempo, não tinha sanidade mental sabe para fazer também... o tempo que tinha... “ah dedicar

mais 20 horas semanais” eu não conseguia, eu queria muito, mas não consegui, **só no fim da graduação que eu consegui fazer monitorias né eu consegui fazer três monitorias mas foi já quando eu consegui estudar, quando eu já tava bem situada com a universidade... com a minha rotina agora eu consigo me organizar no início não conseguia.** (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

Assim, como bem reconhece Imperatori (2017, apud JULIÃO, PEREIRA, FERREIRA, 2022, p. 213) trata-se de um “[...] avanço romper com o entendimento de que o desempenho acadêmico é resultado meramente da capacidade de oportunidade do aluno.” Essa compreensão traz implicações inclusive para a continuidade dos/das universitários/as na PAE, haja vista que os bolsistas estão sujeitos à avaliação do desempenho acadêmico. Logo, a consideração desses fatores por parte dos profissionais, responsáveis pelo acompanhamento, possibilita uma análise mais justa e coerente com a realidade do/a usuária da política e consequentemente a garantia do direito. Conforme disposto na Resolução da PAE/UFPE, nº 15/2019 - CEPE.

Art. 14 A permanência do estudante na PAE será assegurada mediante cumprimento dos critérios de Tempo de Permanência e de desempenho acadêmico. § 1º A permanência do estudante tem como limite o tempo mínimo de duração do curso atual previsto nos seus respectivos Projeto Pedagógico do Curso/PPC e perfil curricular, contado a partir do seu ingresso na UFPE. § 2º Excepcionalmente, o prazo previsto no caput deste artigo poderá ser estendido, mediante parecer da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE/PROAES), não devendo ultrapassar o tempo máximo de duração do curso atual, previsto nos seus respectivos PPC e perfil curricular; § 3º O estudante que extrapolar o tempo mínimo previsto para integralização do seu curso atual, deverá abrir processo no Protocolo Geral da UFPE solicitando a extensão de sua permanência, na Assistência Estudantil. § 4º O desempenho acadêmico a que se refere o caput compreende: I - matrícula semestral em número de disciplinas que permita o término do curso de graduação dentro do período previsto no Projeto Pedagógico do Curso e perfil curricular cursado pelo estudante; II - aprovação em pelo menos 50% das disciplinas cursadas nos dois semestres anteriores; III - ausência de reprovação por falta em cada um dos dois semestres anteriores, salvo nos casos de força maior, devidamente justificados.

Esse acompanhamento é realizado pela DAE/PROAES nos três campus da universidade – Recife, CAV, CAA – visando oportunizar os estudantes convocados, por falta de atendimento dos critérios acima, a se justificarem informando as situações que afetaram seu desempenho acadêmico. A partir dessas justificativas, os profissionais do setor pedagógico de cada campus desenvolvem ações de apoio pedagógico voltadas ao acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes assistidos pela PROAES (UFPE, 2023). Como podemos observar nos relatos:

Eu consegui mudar muito, eu consegui ter um rendimento bem melhor depois da monitoria [...] Eles tem um apoio pedagógico lá no NAEST muito bom, então isso é de grande importância para o estudante porque o estudante não está desamparado e fora o psiquiatra né o psicólogo que a faculdade de alguma forma mexe no psicológico [...] hoje eu tô “calçado”, hoje eu não ligo muito não, até porque eu entrei no mestrado... se eu não tivesse essa maturidade que eu tive na graduação eu sofreria bastante no mestrado. (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática).

[...] na assistência estudantil eu tinha um suporte de alguma forma, tutores de álgebra, de cálculo, que era onde eu tinha mais dificuldade. Essa tutoria **quando a gente tinha um baixo desempenho na universidade, na maioria das vezes eu tive bastante, reprovava duas cadeiras, uma cadeira... a gente era chamado pelas assistentes**

**sociais e pelos psicólogos que de fato queria entender porque a gente estava daquela forma**, então explicava a ela e de fato não era uma coisa minha, é uma coisa dos professores... que têm a disciplina que só passava 10% dos alunos, de cem alunos só passava 10. Então a assistência estudantil passou a ver que não era só os alunos que não se dedicavam eram os professores que muitas vezes era carrasco. Então eles pegavam alunos da própria política estudantil, da maioria que tinha notas desempenhadas boas, que já veio de uma escola de referência, uma escola militar e de fato botava essas pessoas para dar monitoria para gente, uma tutoria para a gente poder ter um desempenho melhor. (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática).

Além dessas estratégias voltadas especificamente para os discentes bolsistas, tem sido realizado desde 2016, com a colaboração de docentes do Departamento de Matemática e da direção da Área 2/CCEN, o Projeto Estudante Cooperador Pedagógico, que promove apoio pedagógico aos estudantes de graduação presencial do campus Recife, que estejam apresentando dificuldades de aprendizagem não superadas nas aulas regulares. O projeto tem por objetivo

minimizar as deficiências de aprendizagem desses(as) discentes, e as repercussões no seu desempenho acadêmico, especificamente em disciplinas introdutórias da Área de Exatas, cujo índice de reprovações é significativo. Atualmente, são ofertadas atividades de tutoria para as seguintes disciplinas: Álgebra Linear 1, Cálculo Diferencial e Integral I, II, III, Geometria Analítica 1, Química 1, Física 1 e 2. (UFPE, 2023)

Os estudos para a realização do perfil socioeconômico dos estudantes universitários, realizado periodicamente pelo FONAPRACE, apontam cinco aspectos fundamentais para a garantia das condições de permanência na graduação, a saber: a) permanência; b) desempenho acadêmico; c) cultura, lazer e esporte, e) assuntos da juventude. Segundo o órgão, o desempenho acadêmico pode ser aperfeiçoado com a promoção de bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, inclusão digital, fomento à participação político-acadêmica, acompanhamento psicopedagógico (COSTA, 2010, p. 66).

Uma questão que tem se demonstrado relevante para a viabilização da permanência dos/as estudantes, é a relação aluno e docente, haja vista que a metodologia adotada por cada professor/a pode apresentar tanto impactos positivos quanto e negativos ao processo de ensino-aprendizagem, e quando se trata de discentes que se encontram sobre a situação de vulnerabilidade socioeconômica, o diálogo e a compreensão fazem-se cada vez mais necessários, a predominância de professores “carrascos” na universidade, como apontado pelo ex-bolsista graduado em Licenciatura Matemática, podem conseqüentemente dificultar o processo de desempenho acadêmico, crucial inclusive para a manutenção da assistência ao/à estudante. Além do relato anterior, a graduada em Farmácia retrata sua visão acerca da relação docente e discente:

A relação com docente eu acho que é tão ampla porque... tem uns docentes que assim você consegue contar, eles sabem a importância desses programas, eles entendem. Outros... tipo para eles não significam nada, eles estão ali pra ensinar e pronto, mas tem muitos professores que eu vejo que eu consigo contar [...] Mas muitos assim... não dá para contar, em relação a esses programas não... tipo, apoiar o movimento estudantil tá lá com aluno tem uns que eu nunca vi participar, só vi criticar e tem outros que estão lá participando ativamente e sabem a importância e também compreende quando o aluno quer dar mais de si e não consegue, por essas questões também financeiras né [...] **tem outros que diz “ah porque entrou na universidade se sabia que não tinha condições? vai para casa..”** né, então teve um amigo meu que ouviu isso ele era de Santa Cruz, ai tipo **“e você não sabia que ia passar por isso, porque que não procurou alguma coisa por lá?”** sabe?... (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

Diante disso, é notória a relevância que essa relação possui para a conquista e garantia dos direitos ligados à educação, principalmente para a construção de um bom índice de desempenho acadêmico e êxito no curso. O que cabe considerar novos perfis de demanda para a AE, pois como elucidado pelo ex-bolsista:

[...] eu consegui ter desempenhos não só acadêmicos, mas psicológicos que amigos meus não tiveram, muitos amigos meus tentaram desistir do curso no finalzinho e eu não deixava, porque eu sabia que era de importância, **alguns eram até de assistência estudantil, de Bolsa Nível, tinha uma rentabilidade, mas não tava aguentando porque a questão da universidade não é só a renda que conta, acho que a universidade é um contexto.** (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática).

Observa-se que embora o Decreto nº 7.234/2010 descreva as áreas de atuação da assistência estudantil, não informa as ações que devem ser realizadas em cada uma das áreas nem seus efeitos sobre a vida acadêmica dos estudantes atendidos, dificultando a mensuração dos impactos. Além disso, apesar do PNAES ser um programa nacional, as universidades possuem autonomia para gerir os recursos disponibilizados de acordo com suas necessidades e particularidades. Segundo Costa (2010, p. 67) “O foco é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante, preferencialmente de baixa renda, para evitar a repetência e a evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição.”

Uma vez garantida as condições de permanência e êxito do estudante na graduação, aumentam-se as chances de ocorrer o que Santos (2009) denomina de “pós permanência”, que consiste nas possibilidades de permanência dos estudantes em outros graus acadêmicos (COSTA, 2017).

[...] pretendo fazer outra graduação futuramente acho que nunca podemos parar mas a expectativa profissional agora que eu entrei na residência e enquanto profissional acho que eu posso ai contribuir não só com os meus conhecimentos como assistente social mas compreender a saúde pública no seu contexto mais amplo, e também nunca deixar de estar fazendo movimentos acho que é importante nunca parar estou saindo daqui mas a residência também tem seus movimentos. (Entrevistado I, graduado em Serviço Social).

Atualmente eu tô fazendo mestrado na universidade, não sei se eu pretendo fazer outra graduação, eu tenho um desejo de fazer nutrição, mas assim talvez particular porque eu não sei se eu aguento estudar aqui de novo. [...] tento no mestrado hoje aproveitar bem mais né, de uma forma mais madura os estudos né, então eu consigo estudar melhor então consigo administrar bem meu tempo, não sei se por conta da idade de maturidade [...] mas aí eu acho que aproveitei... o máximo que eu pude né, de acordo com as minhas limitações, hoje eu faria diferente... (Entrevistada II, graduada em Farmácia).

Hoje eu faço mestrado em Engenharia Nuclear mas o meu objetivo hoje é fazer doutorado em psicologia com ênfase em matemática e fazer a graduação em psicologia, porque eu quero de alguma forma vincular as duas áreas, que eu pensei até o momento que eu não pesquisei sobre as áreas pensei que eram áreas distintas mas elas é mais juntas do que imaginava, aí hoje eu pretendo... algumas metas da minha vida são essas e pretendo lecionar também porque para mim lecionar é uma paixão. (Entrevistado III, graduado em Lic. Matemática).

Portanto, compreende-se que a inserção dos/as discentes na PAE tem favorecido seu desempenho acadêmico e profissional, tendo em vista os efeitos na renda, e em outras esferas através do apoio pedagógico, psicológico e social. Não obstante, a política apresenta limites de natureza gerencial e orçamentária para dar conta do vasto leque de fatores que envolvem o aproveitamento educacional e a trajetória acadêmica como um todo, sendo relativa a sua efetividade neste âmbito.

Assim, diante das questões abordadas e da contribuição dos relatos, a realidade tem apontado para a relevância do diálogo entre a assistência estudantil e as coordenações dos cursos, a fim de que através da transparência do perfil dos/das estudantes assistidos pela PAE sejam criadas estratégias para garantir a equidade no processo de ensino aprendizagem, e estabelecer uma relação saudável entre o corpo discente e docente, ou seja, ações mais sistemáticas para compensar o déficit educacional acometido nas escolas públicas, este que repercute nas condições de aprendizagem e socialização dos/as universitários/as, além da necessidade de condições mais uniformes e dignas de infraestrutura entre os centros acadêmicos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciou-se o trabalho de pesquisa constatamos que a assistência estudantil, sobretudo a PAE da Universidade Federal de Pernambuco, tem sofrido os rebatimentos da conjuntura política, social e econômica do país, caracterizada pelo sub/desfinanciamento das políticas sociais, precarização do trabalho, aumento do desemprego, insegurança alimentar, inflação, dentre outras problemáticas inerentes ao contexto de crise econômica, das agendas políticas ultraneoliberais como a de Michel Temer (2016-2018) e a de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), bem como, de pandemia do coronavírus (2020-2022). Diante desse cenário, tem-se o aumento da demanda pelos programas e serviços da PAE, sinalizando a precarização da vida dos estudantes e conseqüentemente novos desafios à política, por essas questões fez-se pertinente estudar sobre as determinações e os efeitos da Política de Assistência Estudantil da UFPE na vida dos/as estudantes.

Perante essa realidade, o presente estudo teve como objetivo geral sistematizar os aspectos determinantes da Política de Assistência Estudantil, através da vivência dos/as universitários/as. Constata-se que o mesmo foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu apresentar as atuais configurações da política em questão, reafirmando-a enquanto direito e, portanto, dever do Estado; e mediante à análise dos dados se aproximar da realidade, numa perspectiva de totalidade, ou seja, levando em consideração a historicidade da assistência estudantil no país, as contradições inerentes às políticas sociais e a percepção dos ex-discentes quanto à contribuição e os limites da PAE no atendimento de suas necessidades.

Como vimos na primeira seção, a assistência estudantil brasileira pode ser compreendida historicamente em três momentos, ou fases; a primeira, entre o início do século XX até final da década de 1970, foi caracterizada por ações pouco significativas para o atendimento de estudantes pertencentes às classes médias e pela falta de tratamento nacional exclusivo, a segunda fase, que foi do início dos anos 1980 até os anos iniciais do século XXI, na qual a assistência estudantil ganha maturidade com a criação de ações mais significativas e voltadas a estudantes das classes populares, e por fim a última fase que iniciou em 2007 com a criação do REUNI e perdura até os dias atuais, sendo marcada por tendências como a bolsificação, e assistencialização com programas seletivos e focalizados. Ainda nesta seção pudemos conhecer a PAE da UFPE com uma breve recapitulação histórica e como tem se

apresentado atualmente, dando base para a segunda seção a qual foi delineada pelos objetivos específicos.

O primeiro objetivo consistiu em compreender o papel da Política de Assistência Estudantil na reprodução da vida social e das condições materiais de permanência. Para atingi-lo, fez-se necessário conhecer as condições de vida dos ex-estudantes, através dos relatos, e articular os principais aspectos com as discussões teóricas, as quais foram imprescindíveis para compreendermos a relação entre trabalho e assistência. Pois, como vimos, a transferência monetária mediante os programas Bolsa Nível e auxílio complementar, colocam os/as estudantes na posição de aluno-consumidor, este/a em busca do atendimento de suas necessidades provoca a retroalimentação do mercado, e dada a insuficiência do rendimento mensal do/a discente e sua família – que está relacionada à necessidade de reprodução da superpopulação relativa – a PAE tem sido funcional ao capital por oferecer condições de consumo.

O segundo objetivo foi analisar as condições de socialização e organização política dos/as estudantes, o mesmo foi atingido mediante as reflexões pautadas nas experiências dos ex-discentes, considerando as condições objetivas e subjetivas do processo de socialização, de construção de uma identidade e sentimento de pertença à universidade. Como vimos, tem-se a dimensão simbólica da permanência, cuja garantia se dá mediante o atendimento de necessidades que extrapolam o âmbito material, elas referem-se à construção de relações sociais, às possibilidades de interação com a comunidade acadêmica e de vivenciar a universidade de forma integral, para além das salas de aula. Vimos também que a organização política dos/as estudantes constitui-se numa importante oportunidade de socialização e de construção de uma consciência coletiva, e como a inserção dos/as discentes nos programas da PAE, como a moradia, ações como o acolhimento, e a própria condição enquanto bolsistas têm contribuído para fomentar o interesse nas pautas e a participação nestes espaços.

O terceiro objetivo, por sua vez, considerou apresentar as contribuições e os limites da PAE/UFPE para o aproveitamento acadêmico e expectativa profissional dos/as estudantes. Para tanto, foram consideradas as trajetórias acadêmicas dos/as ex-discentes, dando ênfase às suas participações em projetos e programas educacionais, às suas particularidades socioeconômicas, bem como, à diversidade de fatores que determinam o desempenho acadêmico. Como pudemos observar, a PAE através dos serviços psicológicos e pedagógicos têm mitigado os efeitos do déficit educacional do ensino público, e contribuído, ainda que timidamente, para a qualidade de vida dos/as estudantes bolsistas, por conseguinte têm amenizado os índices de retenção e

evasão destes, que uma vez garantida a permanência e o êxito na graduação podem acessar outros níveis de ensino. Porém as ações não são sistemáticas, sendo muitas vezes restritas à uma parcela dos alunos/as, o que acaba relativizando a eficiência da política neste âmbito.

Nesse sentido, o estudo partiu da hipótese de que a assistência estudantil tem sido significativa para o atendimento de necessidades que extrapolam o âmbito acadêmico, ou seja, as condições materiais de permanência, tendo em vista que com a precarização da vida dos estudantes tem-se aumentado e diversificado as demandas por seus programas e serviços. Diante disso, a PAE é vista como alternativa ao trabalho, pela sua capacidade de atender, ainda que minimamente, necessidades diante das quais o rendimento do aluno e sua família é insuficiente. Assim, através da análise dos dados pôde-se observar que a política em questão está inserida nesse movimento contraditório, de atendimento seletivo e focalizado das demandas estudantis, em decorrência do subfinanciamento que acomete a maioria das políticas sociais, ao mesmo tempo que responde às necessidades de reprodução da força de trabalho.

Além disso, a PAE tem se constituído como instrumento ideológico de legitimação da política educacional nos governos. A exemplo, observamos como nos governos do PT a concessão de assistência ao estudante conferiu legitimidade aos programas Prouni, Fies e Reuni, os quais foram aceitos pela própria UNE, pois com a PAE tida como principal conquista dos/as estudantes, abriram-se margens para garantir os interesses do empresariado, tanto nacional como internacional, através do investimento e financiamento direto do Estado na rede privada em contrapartida à universalização do acesso ao ensino público superior. Essa configuração da educação e da assistência estudantil permanece até os dias atuais interferindo nas formas de luta dos estudantes, que em virtude do corporativismo estão limitadas aos interesses individuais sem que haja comprometimento com as pautas gerais que acometem a classe trabalhadora.

Logo, verifica-se que a hipótese foi confirmada pois historicamente a Política de Assistência Estudantil tem se moldado à conjuntura política, econômica e social do país, para conformar a classe trabalhadora às necessidades do mercado, visto que ao ser capturada pela lógica do capital financeiro, tem garantido a permanência de uma parcela dos/as estudantes de baixa renda — através, principalmente, do repasse de recursos financeiros provenientes do fundo público — e a inserção destes no mercado de trabalho cada vez mais exigente, competitivo e precarizado.

Assim, nos coube indagar: Como a Política de Assistência Estudantil da UFPE tem respondido às variadas demandas dos/as universitários/as na conjuntura dos últimos seis anos? Logo, a problemática em questão foi respondida, mediante o desvelamento dos aspectos

fenomênicos da realidade, e das escolhas teóricas e metodológicas que contribuíram para a análise dos mesmos. Considerando o caráter contraditório da política — com sua determinação tanto pelas lutas sociais quanto pelas necessidades de legitimação do Estado capitalista — e as particularidades de sua operacionalização na UFPE.

Nesta perspectiva, a pesquisa foi realizada à luz da teoria social crítica tendo como método de apreensão da realidade o materialismo histórico-dialético, por meio do qual foi possível apreender o movimento dinâmico e contraditório da assistência estudantil no Brasil, e mais particularmente da PAE UFPE. Com a realização da pesquisa de campo obtivemos os subsídios para o delineamento do estudo, através da entrevista semiestruturada foi possível nos aproximarmos dos aspectos que determinam a realidade social dos/as estudantes bolsistas e da própria assistência estudantil, objeto do estudo.

Entretanto, são reconhecidas as limitações da pesquisa quanto ao processo de coleta e análise dos dados. Devido às dificuldades de acesso e estabelecimento de contato, não foram consultados os ex-discentes dos campi de Caruaru (CAA) e de Vitória de Santo Antão (CAV), sendo delimitada aos graduandos/as do campus Recife. O quantitativo e o perfil das pessoas entrevistadas, não dão conta de toda a diversidade do corpo discente e conseqüentemente de suas demandas. Tentou-se ao longo do estudo contemplar a discussão acerca da desigualdade racial e de gênero, mas isso ocorreu pontualmente, sem aprofundar a chamada abordagem interseccional, eventualmente adotada para o entendimento de como os programas e serviços da PAE são planejados para responder às particularidades de determinados grupos sociais que compõem o corpo discente.

Assim, ficam abertas novas perspectivas de análise e aprofundamento de determinadas discussões realizadas nesse trabalho ou novas questões que, porventura, possam ser problematizadas, à vista de contribuir com os estudos relacionados à assistência estudantil, dando visibilidade à temática, aos desafios da política e à pertinência da construção de novas ações alinhadas às necessidades atuais do corpo discente, numa perspectiva democrática. Para tanto, recomenda-se que as futuras pesquisas aproveitem as metodologias e os instrumentos disponíveis para dar voz aos usuários da PAE, contemplando um maior número destes e estabelecendo melhores critérios de participação para viabilizar a contribuição de uma parcela mais diversificada de estudantes.

Como destacado no texto, o período em que os entrevistados estavam inseridos na PAE, corresponde ao ano de 2016 até 2022, no qual houve uma alteração drástica na dinâmica de governabilidade do país e no tratamento da crise econômica, sendo proposto como medidas de

enfrentamento a privatização das instituições e serviços públicos, as contrarreformas na saúde, educação e demais políticas, que se encontraram ameaçadas pela agenda ultraneoliberal dos últimos governos. Mas com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, definida nas últimas eleições de 2022, o quadro sofre algumas alterações, apresentam-se novas propostas que vão na contramão do que foi planejado nos governos anteriores, conferindo uma maior responsabilidade do Estado com as políticas sociais, com o enfrentamento da fome, da desigualdade social e com a valorização da educação e ciência.

Não obstante, muitos são os desafios para a recuperação do quadro orçamentário das políticas sociais, haja vista que o Estado sempre esteve cooptado pelos interesses da classe dominante e mesmo sob um governo de esquerda, a configuração do Estado social não terá profundas mudanças, que efetivamente garantam a proteção social prevista na Constituição Federal. Entretanto, mediante a postura do novo governo em reconhecer os deveres do Estado com o social, o momento é mais propício e seguro para que a classe trabalhadora, sobretudo os/as estudantes reivindiquem seus direitos e lutem contra as propostas que vão contra tudo que foi conquistado até o presente, como o mais recente e em vigor “Novo ensino Médio”, que dada as configurações apontam para o esfacelamento da educação pública, em todos os níveis, e a conformação das classes populares ao trabalho desprotegido e sem perspectivas de cobertura previdenciária, mas essas são questões para outra discussão.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA CÂMERA DE NOTÍCIAS. **Professores e dirigentes de universidades criticam cortes no orçamento da educação:** Governo alega que orçamento cresceu em 2022 em relação a 2021; sindicalista cita queda nos valores desde 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/887257-professores-e-dirigentes-de-universidades-criticam-cortes-no-orcamento-da-educacao/>. Acesso em: 10, jan 2023.
- ALMEIDA, Maria Goretti de. CARMO, Larissa de Andrade. SILVA, Seffra Renata Ramos da. O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. **4º Seminário CETROS**. Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. p. 413-423Fortaleza/CE, 2013.
- ALUNOS da UFPE se mobilizam contra cortes de verbas impostos pelo MEC: ‘Tire a mão da minha bolsa1, diz cartaz. **TV Globo e G1 PE**, 07 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/paranaguano/noticia/2022/12/07/alunos-da-ufpe-se-mobilizam-contracortes-de-verbas-impostos-pelo-mec-tire-a-mao-da-minha-bolsa-diz-cartaz.ghtml>. Acesso em: 28, fev 2023.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de. TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017
- ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. **Expansão da Educação Superior: uma análise do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de Pernambuco**. Tese (Curso de Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.
- ARRUDA, Maria Eduarda da Silva; MEDEIROS, Emmanuelle de Souza. **Atuação do/a assistente social na política de educação**. (Material de apoio elaborado para disciplina do curso de Graduação em Serviço Social da UFPE). Recife, 2022.
- BARROS, Maria Lígia. À véspera de seu aniversário, UFPE só te verba para funcionar até setembro após cortes do MEC. **Brasil de Fato**, Recife, 10 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/10/a-vespera-de-seu-aniversario-ufpe-so-tem-verba-para-funcionar-ate-setembro-apos-cortes-do-mec>. Acesso: 28, fev 2023.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Editora Cortez, 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto n. 7.233, de 19 de julho de 2010**. 2010a. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm). Acesso em: 10, jan 2023

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. 2010b. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. 2010b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm) Acesso em: 10, jan 2023

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 15, 01 jan 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 15, jan 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 15, fev 2023.

BRASIL. **Lei de Cotas nº 12.711/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) Acesso em: 15, fev 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". 2015. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015) Acesso em: 4, abr 2023.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO. **‘Escola sem partido’ transformou perseguição a trabalhadores/as em educação em parte do cotidiano escolar**. 8 de fev, de 2023. Disponível em: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75730-escola-sem-partido-transformou-perseguiçao-a-trabalhadores-as-em-educacao-em-parte-do-cotidiano-escolar> Acesso em: 8, abr 2023.

CONSTANTINO, José Albuquerque. **Educação e Serviço Social: Um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das Universidades Federais de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2015.

COSTA, Juliane Ferreira da. **A Política de Assistência Estudantil para além do auxílio financeiro: realidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB**. TCC (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira/BA, 2017.

COSTA, Márcia Cristina. Os impactos da Política de Assistência Estudantil no rendimento acadêmico. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 22, ago/dez de 2016.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CUNHA, Inês Virgínia Aleixes da. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

DIEESE. Análise cesta básica - Salário mínimo nominal e necessário - 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> Acesso em: 11, mai 2023.

DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. 2016. Disponível: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> Acesso em: 11, mai 2023.

DUARTE JUNIOR, Nestor Gomes. Transferência de renda como solução para a assistência estudantil: bolsas e auxílios financeiros como estratégia de permanência nas universidades públicas brasileiras. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória/ES, 2018.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis. **Assistência Estudantil no espaço universitário: Um estudo comparativo na perspectiva da abordagem societal das representações sociais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FERREIRA, Marco. Determinantes do Rendimento Acadêmico no Ensino Superior. IN: **Revista Internacional d'Humanitats** 15 jan-abr 2009 CEMOrOc-Feusp / Univ. Autónoma de Barcelona, p. 55-60. 2009.

GOMES, V. B. M. **Juventude e Projeto de vida: Um Estudo Interseccional dos Modos de Subjetivação de Universitários/as de Origem Popular**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

GARRIDO, Edleusa Nery. Políticas de Assistência Estudantil e de Ações Afirmativas: a permanência no ensino superior como meta. IN: **Observatório da Vida Estudantil: avaliação e qualidade no ensino superior: formar como e para que mundo?** 1ed.Salvador: Edufba, 2015, v. 4, p. 249-264. 2015.

IMPERATORI. Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago 2017.

INSTITUIÇÕES federais de ensino em PE apontam impacto causado por corte de verba anunciado pelo governo. **G1 PE**, 03 de maio de 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/paranaguaba/noticia/2019/05/03/instituicoes-federais-de-ensino-em-pe-apontam-impacto-causado-por-corte-de-verba-anunciado-pelo-governo.ghtml>. Acesso em: 28, fev 2023.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira. PEREIRA, Luiz Ismael. FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. **Revista GUAL, Florianópolis**, v. 15, n. 1, p. 203-225, janeiro-abril de 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José. LOMBARDI, José. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ed. Campinas: Autores Associados, p. 77-96, 2005.

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos Governos Lula da Silva**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

MACHADO, Fernando Meneghini. **Financiamento da Assistência Estudantil nas Universidades Federais**. Temporalis, Brasília (DF), jan./jun. 2017.

MAIA, Lucas. TELES, Gabriel. Reflexões sobre a organização estudantil. **Enfrentamento**. Goiânia: ano 11, N. 19, jan/jun. 2016.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

MEC, Ministério da Educação. Análise sobre a expansão das universidades federais de 2003 a 2012. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012**. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em 15, fev 2023.

MORAES, Michelle Rodrigues de. O processo de assistencialização das políticas sociais e a seguridade social brasileira. **Temas & Matizes**. [s. l.] v. 9. 2010. p. 177-200. 2010. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4709> Acesso em: 4, abr 2023.

MOTA, A. E. **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A terceira Fase da Assistência Estudantil: Novas Tendências operando?. **XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social - ENPESS**, Vitória-ES, 2018.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Elementos Conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. **Revista Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - Fonaprace**, p. 147-157, 2012.

NASCIMENTO, Clara Martins do; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. **Revista do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - Fonaprace**, p. 167- 179, 2012.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE - campus Vitória de Santo Antão**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

RETIZ, Marcia Helena Milesi. Juventude, Educação e Trabalho: Novos desafios, Velhos princípios. **8ª Jornada Internacional Políticas Públicas**. São Luís/Maranhão, 2017.

SEGNINI, L. R. P. **Educação e Trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, p. 72-81, 2000.

SILVA, Adriège Maria da. MENDONÇA, José Ricardo Costa de Mendonça. Assistência estudantil de Moradia no Ensino Superior: O caso da Universidade Federal de Pernambuco - Brasil. In: **XXI Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Desafios da Gestão da Educação Superior na América Latina e Caribe pós-pandemia: Inovação, integração e interculturalidade. Cidade de Loja – Equador, 2023.

SILVA, Letícia Gabrielle Lima da Costa e. **O Programa de Assistência Estudantil (PAE) na UFPE: contexto da crise e das contrarreformas, no período de 2014 a 2019**. TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Focalização e impactos do Bolsa Família na população pobre e extremamente pobre; In: SILVA, Maria. LIMA, Valéria. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos, p. 77-151. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2012.

SIMÕES, Carlos. **Teoria & Crítica aos Direitos Sociais**: o Estado social e o Estado democrático de direito. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Priscila da Silva. AMARAL, Cledir de Araújo. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de ação. **Educ. Pesquisa**, v. 48, e238181. São Paulo, 2022.

SOBREIRA, Vinícius. Cortes na assistência da UFPE atingem em cheio estudantes de baixa renda. **Brasil de Fato**, Recife, 15 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/15/cortes-na-assistencia-da-ufpe-atingem-em-cheio-estudantes-de-baixa-renda>. Acesso em: 28, fev 2023.

SOUZA, Diego de Oliveira. **A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social**. Universidade Federal de Alagoas. Alagoas, 2020.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. **Na travessia: Assistência Estudantil na Educação Profissional**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília/UnB. Brasília, 2017.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira [et. al] **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. ed 10. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. TARÁBOLA, Felipe de Souza. Experiência universitária e afiliação: Multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1009-1028, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Institucional**. Recife, 2023. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proaes>. Acesso em: 20, fev de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante - Nase**. Recife, 2023. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proaes/nase> Acesso em: 20, fev 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **UFPE redimensiona bolsas e auxílios da assistência estudantil**. Ascom. Recife, 2022. Disponível em: [UFPE redimensiona bolsas e auxílios da assistência estudantil - Busca](#). Acesso em: 21, fev 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Portaria Normativa nº 06 de 15 de fevereiro de 2022**. Recife, 2022. Disponível em: <https://sipac.ufpe.br/public/baixarBoletim.do?publico=true&idBoletim=344> Acesso em: 21, fev 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Convocação para apresentação de justificativa por desempenho acadêmico relativo aos semestres cursados no ano de 2022 (Recife, CAV, CAA)**. 2023. Disponível em: [https://www.ufpe.br/proaes/destaques/asset\\_publisher/iJ0c83ImCeDO/content/convocacao-para-apresentacao-de-justificativa-por-desempenho-academico-relativo-aos-semestres-cursados-no-ano-de-2023-recife-cav-e-caa-1360019](https://www.ufpe.br/proaes/destaques/asset_publisher/iJ0c83ImCeDO/content/convocacao-para-apresentacao-de-justificativa-por-desempenho-academico-relativo-aos-semestres-cursados-no-ano-de-2023-recife-cav-e-caa-1360019) Acesso em: 27, mar 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Acompanhamento acadêmico**. Disponível em:

[https://www.ufpe.br/busca?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column1&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content%2Fview\\_content%2Fview\\_content&\\_101\\_assetEntryId=2397599&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=38966&\\_101\\_urlTitle=acompanhamentoacademico&\\_101\\_redirect=https%3A%2F%2Fwww.ufpe.br%2Fbusca%3Fp\\_p\\_id%3D3%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3Dcolumn1%26p\\_p\\_col\\_count%3D1%26\\_3\\_groupId%3D0%26](https://www.ufpe.br/busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column1&p_p_col_count=1&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content%2Fview_content%2Fview_content&_101_assetEntryId=2397599&_101_type=content&_101_groupId=38966&_101_urlTitle=acompanhamentoacademico&_101_redirect=https%3A%2F%2Fwww.ufpe.br%2Fbusca%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn1%26p_p_col_count%3D1%26_3_groupId%3D0%26)

[\\_3\\_keywords%3Dacompanhamento%2Bdo%2BDesempenho%2BAcad%25C3%25AAmico%26\\_3\\_cur%3D1%26\\_3\\_struts\\_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26\\_3\\_format%3D%26\\_3\\_formDate%3D1441824476958&inheritRedirect=true](#) Acesso em: 27, mar 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução nº 15/2019 - CEPE.** Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/398575/2067825/Res+2019+15+CEPE+%28Pol%C3%ADtica+de+Assist%C3%A2ncia+Estudantil+da+UFPE%29.pdf/aae0bc13-e6b0-4c75-8755-f83303beac64> Acesso em: 28, mar 2023.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, p. 599-616, dez. 2010.

VERAS, Dimas Brasileiro. O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968). **Revista Principia: Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**. João Pessoa-PB, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/download/176/145>. Acesso em: 02, mar 2023.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### APRESENTAÇÃO

---

- (1) Idade;**
- (2) Raça/cor;**
- (3) Orientação sexual;**
- (4) Estado civil;**
- (5) Cidade de origem;**
- (6) Composição familiar;**
- (7) Emprego;**
- (8) Pessoa responsável pela renda familiar/ocupação;**
- (9) Determinantes para a escolha do curso;**
- (10) Processo de ingresso na universidade (dificuldades/potencialidades);**

### CONTATO COM A POLÍTICA DE AE

---

- (1) Como era sua rotina acadêmica/pessoal antes de sua inserção na AE?**
- (2) Como você tomou conhecimento do programa de assistência estudantil?**
- (3) Porque você procurou a assistência estudantil?**
- (4) Quais programas e serviços você acessou durante a graduação?**
- (5) Como se deu o processo de inserção nestes programas? foi aprovado/a no primeiro edital? se não, quais alternativas tomou para suprir suas necessidades?**

### ASPECTO FINANCEIRO (RENDA)

---

- (1) Você considerava o valor suficiente para atender suas necessidades (no limite que se propõe a política)?**
- (2) Como você o administrava? quais eram as prioridades?**
- (3) Tratava-se de um complemento ou única renda?**
- (4) Gerou algum impacto no contexto familiar? foi significativo?**
- (5) A pandemia da Covid-19 impactou na sua renda familiar? A continuidade das ações de assistência estudantil ajudou a minimizar os efeitos?**

### SOCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

---

- (1) Qual era a sua percepção de universidade quando ingressou? houve estranhamentos?**
- (2) Você teve dificuldades de socialização? se sim, elas estavam relacionadas estritamente à sua personalidade/subjetividade ou a fatores concretos?**
- (3) Com sua inserção na AE esse cenário mudou?**

- (4) Você participou de algum espaço político na universidade? como diretório acadêmico e movimentos sociais? qual o diferencial em ser bolsista da AE ocupando esses espaços?**
- (5) Você participava das mobilizações estudantis contra os cortes orçamentários? de que forma?**
- (6) Na sua opinião, as mobilizações estudantis ocorrem de forma organizada? Quais as principais dificuldades encontradas no ato de mobilizar os estudantes? O que deve ser melhorado?**
- (7) E no contexto pandêmico? Que desafios você vivenciou/visualizou no campo da assistência estudantil e educacional como um todo?**
- (8) De que modo a assistência estudantil da UFPE contribui para o melhor aproveitamento dos espaços de socialização e organização política?**

#### APROVEITAMENTO EDUCACIONAL

---

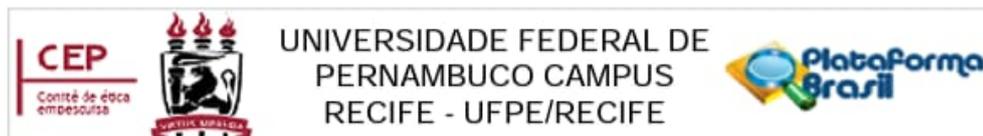
- (1) Você identificou mudanças no desempenho acadêmico, após sua inserção na AE?**
- (2) Você realizou algum trabalho informal durante a graduação? Como você enxerga a possibilidade de não possuir uma dupla/tripla jornada?**
- (3) Você participou de algum programa acadêmico (PET, PIBIC, Monitoria, projetos de extensão)? Se sim, a condição de bolsista proaes foi significativa para isso?**
- (4) E quanto a relação aluno x docente? Qual a importância da criação desses programas/projetos?**
- (5) Você possui vínculos com a universidade? Pretende fazer outra graduação? Quais suas expectativas profissionais?**

#### ENCERRAMENTO

---

- (6) Na sua opinião, o que significa vivenciar a universidade?**

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DOS MUROS: Um estudo à luz da realidade dos/as bolsistas da Universidade Federal de Pernambuco

**Pesquisador:** Adilson Aquino Silveira Júnior

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 66349522.2.0000.5208

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.901.174

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa para TCC do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco de LARISSA EMANUELLE MIGUEL DA CRUZ, com o título "A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DOS MUROS: Um estudo à luz da realidade dos/as bolsistas da Universidade Federal de Pernambuco" submetido pelo orientador Prof. Adilson Aquino Silveira Júnior, pelo Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior

#### Objetivo da Pesquisa:

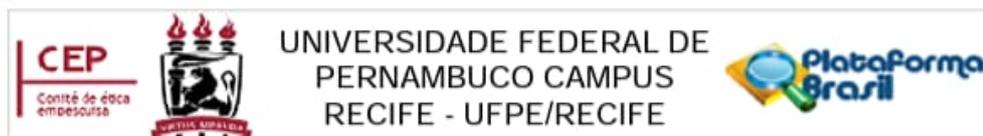
Geral:

Analisar os impactos da Política de Assistência Estudantil da UFPE na vida dos/as bolsistas, através do relato biográfico.

Específicos:

- Revelar o impacto financeiro causado na vida e na família do/a discente, durante sua inclusão nos programas.
- Apresentar as condições de socialização e organização política possibilitadas pela inserção na AE.
- Avaliar as mudanças no aproveitamento educacional e profissional do/a estudante bolsista.

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 5.901.174

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O projeto explicita que "a realização da presente pesquisa obedecerá aos preceitos éticos da Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, promulgada pelo Conselho Nacional de Saúde, a qual dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes.

**Riscos:** Os/as participantes podem se mostrar constrangidos mediante a pesquisa biográfica, por tratarem de questões relativas à sua vida pessoal, como financeira, 16 acadêmica, dentre outras, assim como podem temer a identificação real dos usuários na pesquisa. Tais riscos serão prevenidos, uma vez que em caso de incômodo na realização da pergunta, o usuário pode solicitar o inter rompimento imediato da entrevista.

**Benefícios:** A pesquisa não terá benefício direto e/ou imediato. Visa, em médio prazo, fomentar a luta pela garantia da assistência estudantil a todos os estudantes que necessitam, bem como, fornecer subsídios para o aprimoramento dos programas que compõem a política.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é pertinente pois pode oferecer subsídios para a elaboração de políticas de assistência estudantil.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram anexados ao processo: os currículos lattes do pesquisador principal e de sua orientanda; Folha de rosto devidamente preenchida e assinada; PB de Informações Básicas do Projeto de Pesquisa; Projeto de Pesquisa; Justificativa de ausência da Carta de Anuência; TCLE maiores de 18 anos; Termo de compromisso e confidencialidade.

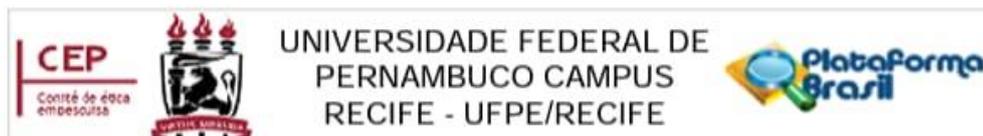
#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

APROVADO

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO, com autorização para iniciar a coleta de dados. Conforme as instruções do Sistema CEP/CONEP, ao término desta pesquisa, o pesquisador tem o dever e a responsabilidade de garantir uma devolutiva acessível e compreensível acerca dos resultados encontrados por meio da coleta de dados a todos os voluntários que participaram deste estudo, uma vez que esses indivíduos têm o direito de tomar conhecimento sobre a aplicabilidade e o desfecho da pesquisa da qual participaram.

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 5.901.174

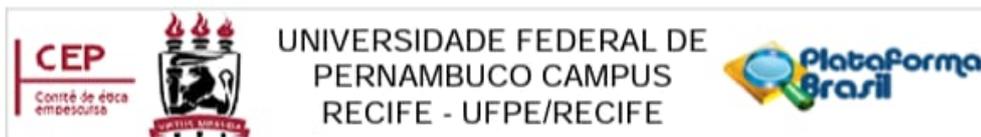
Informamos que a aprovação definitiva do projeto só será dada após o envio da NOTIFICAÇÃO COM O RELATÓRIO FINAL da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final disponível em [www.ufpe.br/cep](http://www.ufpe.br/cep) para enviá-lo via Notificação de Relatório Final, pela Plataforma Brasil. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado. Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada com a devida justificativa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento  | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                                  | Situação |
|---|---|------------------------|--|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2071104.pdf | 28/12/2022<br>15:16:04 |  | Aceito   |
| Folha de Rosto  | folhaderosto_assinada.pdf                     | 28/12/2022<br>15:13:22 | LARISSA<br>EMANUELLE<br>MIGUEL DA CRUZ | Aceito   |
| Outros  | Curriculo_Lattes_Larissa.pdf                  | 28/12/2022<br>11:57:21 | LARISSA<br>EMANUELLE<br>MIGUEL DA CRUZ | Aceito   |
| Outros  | Curriculo_Lattes_Adilson.pdf                  | 28/12/2022<br>11:56:48 | LARISSA<br>EMANUELLE<br>MIGUEL DA CRUZ | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | JUSTIFICATIVA_DE_ANUENCIA_DA_C A.pdf          | 28/12/2022<br>11:38:42 | LARISSA<br>EMANUELLE<br>MIGUEL DA CRUZ | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Termo_Confidencialidade.pdf                   | 28/12/2022<br>11:38:04 | LARISSA<br>EMANUELLE<br>MIGUEL DA CRUZ | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_Maiores_18docx.pdf                       | 28/12/2022<br>11:37:37 | LARISSA<br>EMANUELLE<br>MIGUEL DA CRUZ | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto_para_submissao.pdf                    | 28/12/2022<br>11:36:48 | LARISSA<br>EMANUELLE<br>MIGUEL DA CRUZ | Aceito   |

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 5.901.174

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 16 de Fevereiro de 2023

---

**Assinado por:**  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br

## ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DOS MUROS: Um estudo à luz da realidade dos/as bolsistas da Universidade Federal de Pernambuco, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Adilson Aquino Silveira Júnior, residente em Rua João Francisco Lisboa 120 -Ap. 304 - Bloco 13. Várzea, Recife (CEP: 50741100), Pernambuco – (81) 99947-8637, email [adilson\\_aquino@ufpe.br](mailto:adilson_aquino@ufpe.br) e contará com a participação da pesquisadora Larissa Emanuelle Miguel da Cruz – (81) 979135916, email [melarissacruz@gmail.com](mailto:melarissacruz@gmail.com).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

**Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** devido a crescente demanda pelos programas que compõem a Política de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade Federal de Pernambuco, exponenciada pelo acesso das camadas mais populares ao ensino superior e conjuntura social, política e econômica brasileira dos últimos anos, a assistência estudantil se configura, atualmente, enquanto política social indispensável para a permanência dos estudantes de baixa renda, os quais enfrentam diversos dilemas que ultrapassam o campo acadêmico. Assim, a presente pesquisa objetiva analisar o impacto dos programas da Política de Assistência Estudantil da UFPE na vida dos bolsistas, através do relato biográfico. Logo, para a concretização desta é indispensável a entrevista com os indivíduos que foram inseridos na PAE da UFPE durante a graduação, a fim de obter a coleta de dados através da história de vida destes, tendo em vista a necessidade de aproximação da realidade a ser estudada. Para tanto, o/a participante será submetido/a à uma entrevista não estruturada, em que ocorrerá a gravação do seu relato, a mesma será realizada presencialmente na sala de estudos da casa do estudante (Mista) localizada na Cidade Universitária, Recife - PE, 50730-120, individualmente, com duração de em média 1 (uma) hora e com todas as providências necessárias à preservação da identidade do (a) entrevistado (a).

**RISCOS:** O/a participante pode se mostrar constrangido/a mediante a pesquisa biográfica, por tratarem de questões relativas à sua vida pessoal, como financeira, acadêmica, dentre outras, assim como podem temer a identificação real dos usuários na pesquisa. Tais riscos serão prevenidos, uma vez que em caso de incômodo na realização da pergunta, o usuário pode solicitar o interrompimento imediato da entrevista.

**BENEFÍCIOS diretos/indiretos** para os voluntários: A pesquisa não terá benefício direto e/ou imediato ao/à voluntário/a. Entretanto, visa em médio prazo, fomentar a luta pela garantia da assistência estudantil a todos os estudantes que necessitam, bem como, fornecer subsídios para o aprimoramento dos programas que compõem a política.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, através das gravações, são de caráter sigiloso e ficarão armazenados no computador pessoal e nuvem de armazenamento no email pessoal, sob

a responsabilidade da equipe de pesquisa, no endereço Rua João Francisco Lisboa 120 - Ap. 304 - Bloco 13. Várzea, Recife (CEP: 50741100), Pernambuco, pelo período de mínimo 5 cinco anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).**

\_\_\_\_\_  
(assinatura do pesquisador)

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DOS MUROS: Um estudo à luz da realidade dos/as bolsistas da Universidade Federal de Pernambuco**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Impressã  
o digital  
(opcional)

|             |             |
|-------------|-------------|
| Nome:       | Nome:       |
| Assinatura: | Assinatura: |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E  
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 27/12/2022

**TERMO DE DEPOIMENTO Nº 136/2022 - DEPSS (11.34.30)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 27/12/2022 15:08 )*

**ADILSON AQUINO SILVEIRA JUNIOR**

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*

*DEPSS (11.34.30)*

*Matrícula: 1278578*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**136**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE DEPOIMENTO**, data de emissão: **27/12/2022** e o código de verificação:  
**ec9f643d85**